

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Leonardo Pestillo de Oliveira

**Luta por autonomia e liberdade moral: orientação esportiva como
viabilizadora de metamorfoses emancipatórias**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2015

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Leonardo Pestillo de Oliveira

**Luta por autonomia e liberdade moral: orientação esportiva como
viabilizadora de metamorfoses emancipatórias**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**Tese apresentada à Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, como exigência parcial para
obtenção do título de Doutor em
Psicologia Social, sob a orientação do
Prof. Dr. Antônio da Costa Ciampa.**

SÃO PAULO

2015

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, minha mãe e meu irmão, que mesmo estando longe sempre me apoiaram em minhas decisões, e me parabenizaram pelas minhas conquistas. À Maria Carolina pela paciência e companheirismo e ao meu amigo João Ricardo pela parceria acadêmica e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar esta tese, gostaria de agradecer àqueles que contribuíram para minha formação acadêmica na pós-graduação:

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em especial ao Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social, por toda estrutura e boa convivência com funcionários ao longo dos anos.

Ao corpo docente do Programa de Estudos Pós Graduados pela contribuição à minha formação acadêmica e principalmente pelo conhecimento compartilhado.

Ao meu orientador Professor Doutor Antonio da Costa Ciampa, pela contribuição ao meu amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal, bem como pela amizade e relacionamento pessoal.

Ao meu orientador do Doutorado Sanduíche na *Université du Québec à Trois-Rivières*, Prof. PhD Marcos Alencar Abaide Balbinotti, pela oportunidade de vivenciar novos desafios em minha vida profissional e pessoal

Aos atletas que aceitaram participar do estudo e cederam um tempo de seu trabalho para responderem aos questionários, bem como às entrevistas.

A todos os colegas de Doutorado pela rica convivência acadêmica e social, seja em São Paulo, seja no Canadá.

Ao Centro Universitário Cesumar-UniCesumar, bem como aos coordenadores de curso e de área, colegas professores, funcionários e alunos, pelo apoio nas reposições de aula e licença.

Aos amigos Lenamar Fiorese Vieira e José Luiz Lopes Vieira pela amizade ao longo do processo, em especial ao companheiro de jornada João Ricardo Nickenig Vissoci, por todo o apoio, amizade, viagens e parceria desde os tempos de graduação.

À Capes pelo apoio ao desenvolvimento científico deste estudo e pelo auxílio financeiro recebido.

Em especial meu pai Adélcino, minha mãe Aparecida, meu irmão Adélcino Junior e também à Maria Carolina, pela paciência, mas principalmente pelo incentivo, cooperação em todos os momentos da minha vida.

E a Deus pelas bênçãos e a oportunidade de ultrapassar mais uma etapa da minha vida.

OLIVEIRA, Leonardo Pestillo de. **Luta por autonomia e liberdade moral: orientação esportiva como viabilizadora de metamorfoses emancipatórias**. 2015. 153f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar a orientação esportiva como fator de influência no desenvolvimento moral em atletas associado à sua busca de autonomia e emancipação. Para alcançar este objetivo, três etapas foram realizadas: (1) Revisar sistematicamente as pesquisas realizadas sobre moral no contexto esportivo para verificar o estado dos estudos quanto às metodologias empregadas, variáveis associadas e referenciais teóricos utilizados; (2) Propor um Modelo Explicativo de Moral no esporte verificando a percepção de autonomia e sua influência no comportamento pró e antisocial nos atletas, mediados pela orientação esportiva; e (3) Analisar a influência do esporte sobre o desenvolvimento moral e a busca da autonomia de um atleta na condição da liberdade moral e política. Cada um destes objetivos corresponde a um Estudo que se complementam para atingir ao objetivo central desta tese. O Estudo 1 trata-se de uma Revisão Sistemática da literatura sobre a moral no contexto esportivo, incluindo estudos de 1982 a 2015. Um total de 113 estudos foram avaliados e apresentados seguindo indicações de três seções: a) características metodológicas dos estudos; b) variáveis associadas à moral; e c) principais suportes teóricos. No Estudo 2 em que é proposto um Modelo Explicativo de Moral no esporte, foram avaliados atletas de diversas modalidades esportivas que já tenham participado de competições a nível nacional ou internacional. Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram: Escala de Satisfação de Necessidades Básicas no Esporte (BNSSS); Escala Multidimensional de Orientação Esportiva (MSOS); e Escala de Comportamento Prosocial e Antisocial no Esporte (PABSS). Os dados foram analisados por meio de um Modelo de Equações Estruturais. No Estudo 3 foi realizada uma entrevista com um atleta escolhido a partir dos resultados do Estudo 2, com o intuito de conhecer sua história de vida. A indicação que norteou a narrativa de história de vida do sujeito foi: “Conte-me como você chegou até aqui, sua história de vida”. O relato do atleta foi analisado a partir do referencial teórico do sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação com foco voltado para a compreensão de como o esporte pode ser um potencializador para o sujeito em busca de sua autonomia. Esta tese apresenta novos achados sobre as variáveis que se relacionam com a moral no contexto esportivo e a busca pela autonomia e emancipação ao longo de sua formação atlética. Com estes resultados, espera-se contribuir para o processo de formação de atletas no contexto brasileiro, sendo uma fonte de informação para profissionais da psicologia e demais áreas sobre como proceder para que o esporte seja um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento humano desde o início de sua prática, seja na infância, adolescência ou em atletas profissionais.

Palavras-chave: Moral; Identidade; Desenvolvimento Humano; Autonomia

OLIVEIRA, Leonardo Pestillo de. **Struggle for autonomy and moral freedom: sportspersonship as enabler of emancipatory metamorphosis**. 2015. 153p. Thesis (PhD in Social Psychology) – Program of Postgraduate Studies in Social Psychology. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ABSTRACT

This study aims to investigate the sportspersonship as an influence factor in the moral development of athletes associated with their pursuit of autonomy and emancipation. To accomplish this, three steps were held: (1) To review systematically the researches on moral in the sporting context to check the status of studies as the methodologies employed, associated variables and theoretical frameworks used; (2) To propose an Explanatory Model of Moral in sports verifying the perception of autonomy and their influence on pro- and antisocial behavior in athletes, mediated by sporting orientation; and (3) To analyze the influence of sport on moral development and the pursuit of autonomy of an athlete on condition of moral and political freedom. Each of these objectives corresponds to a Study that complement each other to achieve the central objective of this thesis. Study 1 it is a Systematic Review of the literature on moral in the sporting context, including studies from 1982 to 2015. A total of 113 studies were evaluated and presented following indications of three sections: a) methodological characteristics of the studies; b) variables associated with moral; and c) main theoretical support. In Study 2 in which is proposed an Explanatory Model of Moral in the sport, were evaluated athletes from various sports who already have participated in competitions at national or international level. The instruments used for data collection were: Basic Need Satisfaction of Sport Scale (BNSSS); Multidimensional Sportspersonship Orientation Scale (MSOS); and The Prosocial and Antisocial Behavior in Sport Scale (PABSS). Data were analyzed using a Structural Equation Model. In Study 3 was conducted an interview with an athlete chosen from the results of Study 2, in order to know his life story. The indication that guided the subject's life history narrative was: "Tell me how you got here, your life story". The athlete's report was analyzed from the theoretical framework of the syntagma Identity-Metamorphosis-Emancipation with focus oriented to understanding how sport can be an enhancer for the subject in pursuit of autonomy. This thesis presents new findings on the variables that are related to morality in the sporting context and the pursuit of autonomy and emancipation throughout his athletic development. With these results, we hope to contribute to the process of athletes development in the Brazilian context, being one source of information for psychology professionals and other areas on how to go about that sport is one of the factors that contribute to human development from the early in his practice, either in childhood, adolescence or professional athletes.

Keywords: Moral; Identity; Human Development, Autonomy

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo Hipotético: impacto da competência moral no comportamento do atleta	46
Figura 2. Diagrama do fluxo do estudo	56
Figura 3. Rede de correlação entre as variáveis do estudo. Tamanho dos N = nodos (circulos) indicam a mediana do score da variável. Cores das hastes indicam a magnitude (intensidade da cor) e direção (verde = positiva, vermelho = negativa) das associações	71
Figura 4. Modelo 3 – Orientação Esportiva como variável mediadora entre Autonomia e os Comportamentos Pró e Antisociais	74
Figura 5. Linha do tempo - História de vida de Carlos	79

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1. Esquema de pensamento sobre o desenvolvimento moral em Piaget, Kohlberg e Habermas	23
Tabela 1. Delineamentos de pesquisa e características das amostras	59
Tabela 2. Variáveis associadas à moral em atletas nos diversos estudos incluídos ..	64

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1.** Escala de Satisfação de Necessidades Básicas no Esporte (*Basic Needs Satisfaction in Sport Scale-BNSSS*)
- Anexo 2.** Escala Multidimensional de Orientação Esportiva (*Multidimensional Sportspersonship Orientation Scale-MSOS*)
- Anexo 3.** Escala de Comportamento Prosocial e Antissocial no Esporte (*Prosocial and Antisocial Behavior in Sport Scale-PABSS*)
- Anexo 4.** Teste de Competência Moral (*Moral Competence Test-extended version-MCT_xt*)
- Anexo 5.** Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1. Busca completa utilizada na base Pubmed

Apêndice 2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice 3. Dilema Moral no Esporte

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
1 INTRODUÇÃO	02
1.1 Caracterização do Tema	02
1.2 Problema de pesquisa	07
1.3 Justificativa	10
1.4 Delimitação da Pesquisa	08
1.5 Objetivo Geral	11
1.6 Objetivos Específicos	11
CAPÍTULO 2	
2 REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1 Moral e Esporte: historicidade e contribuições de Habermas na atualidade	13
2.1.1 Discussões sobre moral no contexto esportivo	24
2.2 Autonomia - Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação	27
2.3 O agir comunicativo no processo de socialização - Mundo da Vida e Ordem Sistêmica	33
2.4 Políticas de identidade e Identidade Política no processo de desenvolvimento esportivo	36
CAPÍTULO 3	
3 METODOLOGIA	41
3.1 Estudo 1	41
3.1.1 Protocolo e Registro	41
3.1.2 Critério de Eligibilidade	41
3.1.3 Bases de Informação	42
3.1.4 Buscas	42
3.1.5 Seleção dos estudos	42
3.1.6 Qualidade dos Estudos	42
3.1.7 Extração dos dados	44
3.1.8 Análise dos dados	44
3.2 Estudo 2	45
3.2.1 Sujeitos	47
3.2.2 Instrumentos	47
3.2.3 Procedimentos	49
3.2.4 Análise dos dados	50
3.3 Estudo 3	50
3.3.1 Sujeito	50
3.3.2 Instrumentos	51
3.3.3 Procedimentos	53
3.3.4 Análise dos Dados	53
CAPÍTULO 4	
4 RESULTADOS	56
4.1 Resultados e discussões referentes ao Estudo 1	56
4.1.1 Métodos de pesquisa	57
4.1.2 Características da amostra	57

4.1.3 Suportes teóricos	63
4.1.4 Variáveis Associadas à Moral no Esporte	63
4.2 Resultados e discussões referentes ao Estudo 2	69
4.2.1 Análise descritiva e confiabilidade dos dados.....	70
4.2.2 Modelo de Equações Estruturais	71
4.3 Resultados e discussões referentes ao Estudo 3	77
CAPÍTULO 5	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
6 REFERÊNCIAS	100

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Caracterização do Tema

Problema de pesquisa

Justificativa

Delimitação da Pesquisa

Objetivo Geral

Objetivos Específicos

1 INTRODUÇÃO

1.1 Caracterização do Tema

A carreira de um atleta é permeada por diversas situações que se tornam pontos marcantes, sejam eles positivos ou negativos. Claro, é preciso compreender quem é este atleta, um atleta de rendimento, um praticante de atividade física voltado para sua saúde e bem estar, todos terão sua história e lidam com esta história de forma particular. A cada mudança ocorrida em sua vida, novos elementos são adicionados em seu repertório e isso faz com que o mesmo sujeito viva diversas situações representativas no seu percurso histórico, mudanças ocorrem, um processo de constante metamorfose, em busca de emancipação (CIAMPA, 2009)

Considerando-se atletas que passam boa parte de sua vida no contexto do esporte de competição, estes entram em um aspecto de aprendizagem sobre o processo social competitivo influenciados pelo ambiente que os cercam, bem como as pessoas com as quais se relacionam. Seguindo o raciocínio de aprendizagem, a competição em si não é inerentemente boa ou má, é apenas um processo; o esporte apresenta uma estrutura convencionalizada, em que as normas restritas da vida diária são colocadas de lado em favor de normas morais típicas. Com isso, o próprio comportamento do atleta se apresenta em favor das regras vigentes no ambiente esportivo, o que muitas vezes é considerado impróprio para a vida em sociedade.

As regras existentes em todo contexto servem para que a organização seja mantida dentro de padrões estabelecidos pelo próprio contexto, tendo como consequência esportes com regras distintas, e valores distintos, mesmo que todos visem o mesmo objetivo, que é a vitória. Exemplo disso, são as discussões sobre como alguns esportes são mais “tranquilos” e outros mais “violentos” ou “agressivos”, muito comum hoje quando se referem aos esportes de luta, em que o comportamento agressivo é necessário para se chegar ao triunfo frente ao adversário. Muito popular atualmente são as Artes Marciais Mixtas (*Mixed Martial Arts-MMA*), uma modalidade esportiva relativamente nova, que se tornou mais popular a partir da década de 90 e que atualmente é um dos esportes que mais crescem em todo o mundo, e que se

caracteriza pelo uso de técnicas oriundas de diversas artes marciais. O controle do próprio corpo, o uso da força física e da agressão, que são presentes neste tipo de esporte (mas considerados comportamentos imorais quando usados fora do esporte), além de funcionarem como preservação do corpo do atleta, se constituem fundamentais para sua identificação com o grupo à que pertence.

Estas contradições a respeito do comportamento do ser humano em diversos ambientes chamam a atenção pois, para que se possa compreender este ser, não basta apenas estudar o seu corpo ou sua origem, é necessário entender como ele se constitui em um contexto sociocultural. A explicação para isso se dá pelo fato de que, durante seu desenvolvimento, os comportamentos inatos (que estão ligados à sua estrutura biológica) são moldados pela atividade cultural de outros com quem se relaciona (BONIN, 1998). Assim como colocam Berger e Luckmann (2012) o indivíduo nasce e torna-se membro da sociedade, ou seja, é um ser social, que vive em grupo.

Viver em grupo não é uma tarefa simples, no entanto, conviver com grupos que tem diferentes regras e aspectos morais é mais problemático. Além de diferentes grupos há que se considerar o momento em que isso ocorre, no caso do esporte, em qual fase do seu desenvolvimento atlético ele está. Berger e Luckmann (2012) colocam que para ser membro de uma sociedade é preciso principalmente se comunicar, sendo a linguagem o principal meio, e que seu fundamento se encontra na capacidade intrínseca do organismo humano de expressividade vocal. Habermas (2003) considera que os proferimentos linguísticos são executados com o objetivo de que o falante chegue a um entendimento com o outro falante sobre algo presente no mundo.

Tornar-ser membro de uma sociedade ou grupo significa fazer parte de uma realidade ao mesmo tempo Objetiva e Subjetiva. Estes aspectos são reconhecidos se "a sociedade for entendida em termos de um processo dialético, em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização" (BERGER e LUCKMANN, 2012, p. 167). No entanto, estes momentos não ocorrem em uma sequência temporal, mas sim simultaneamente, além disso a identidade do Eu só se forma no círculo da identidade de um grupo (HABERMAS, 1990a), e cada grupo tem suas características.

No contexto esportivo, diversos autores se atentam para as fases de desenvolvimento dos atletas, são diversas teorias, e alguns autores se destacam neste campo, como por exemplo Côté (1999) que aponta três estágios de participação esportiva. O primeiro chamado de anos de experimentação (6-13anos) o atleta se depara com situações de diversão, euforia e agitação, em que irá reconhecer suas habilidades para dar continuidade ou não à sua carreira. O segundo estágio conhecido por anos de especialização (13-15 anos), marcada pelo crescente interesse e comprometimento com o esporte. Já o último, anos de investimento (a partir dos 15 anos), ocorre um aumento do compromisso por parte do atleta, demonstrando grande interesse pelo esporte, caracterizado pelo desenvolvimento da estratégia, da competitividade e das habilidades características do esporte. Os diferentes momentos históricos da carreira esportiva favorecem ou não o desenvolvimento de características específicas para o convívio no ambiente esportivo e também na sociedade, fora daquele contexto.

O ambiente, ou cultura em que o sujeito é educado, exerce influência na sua disposição para assumir atitudes específicas. Na tentativa de entender essas influencias é necessário que se descreva quais as estratégias de socialização às quais este sujeito foi exposto. Todo contexto social é composto por regras, e o sujeito além de conhecer, aceitar e conseguir emitir juízos sobre tais regras, precisamos saber qual a real disposição deste sujeito para agir de acordo com elas. Mas nem sempre essas regras são regulamentadas, como por exemplo o *fair play*, muito discutido no meio do futebol.

Segundo a FIFA (Fédération Internationale de Football Association) o *fair play* seria a regra de ouro ou o primeiro mandamento do futebol, o que representaria o respeito pelas regras. Além disso, o *fair play* é considerado como um conjunto de virtudes, levando ao chamado "jogo limpo", uma regra além das regras, mas claro, cada esporte com suas características, visto que as regras são diferentes principalmente no que se refere ao contato físico entre os atletas, como o o rúgbi, boxe e futebol (BRITO, MORAIS e BARRETO, 2011). Como não é considerado uma lei, ou uma regra específica do esporte, o *fair play* entra no contexto de ser considerado um comportamento moral por parte dos atletas.

Alguns autores utilizam o termo comportamento prosocial para discutir a questão da capacidade de agir de acordo com os preceitos morais. Este comportamento se caracteriza por ser aquele que representa uma influência positiva em outras pessoas, não significando benefício para si próprio. Dentro deste contexto se enquadram como comportamentos prosociais o altruísmo, a partilha, a cooperação, entre outros (BREDEMEIER e WEISS, 1990). Assim, o desenvolvimento moral prosocial de um indivíduo diz respeito ao processo de aquisição e mudança dos julgamentos e comportamentos que ajudariam ou beneficiariam outros indivíduos ou grupos (KOLLER e BERNARDES, 1997).

A partir destas discussões iniciais, esta tese visa suprir algumas lacunas presentes na literatura esportiva, primeiramente realizando uma revisão sistemática sobre o tema moral no esporte, algo não encontrado na literatura até o momento; além disso poucos estudos se ocupam em compreender o contexto esportivo para que este se torne um ambiente capaz de colaborar com o desenvolvimento do raciocínio moral dos atletas, demonstrando quais variáveis podem influenciar o comportamento moral (ROMAND, PANTALÉON, D'ARRIPE-LONGUEVILLE, 2009; STEINFELDT et al., 2011); e por fim, examinar como o percurso histórico de um atleta pode fornecer elementos que expliquem a sua busca por autonomia e desenvolvimento de uma competência moral.

O percurso que será realizado a partir daqui será o de compreensão do tema moral sob uma perspectiva social e sua inserção dentro do contexto esportivo. Do ponto de vista teórico, inicialmente será apresentado uma revisão acerca de como este conceito se modificou ao longo do tempo sob a perspectiva de três autores, Piaget, Kohlberg e Habermas. Piaget (2000) desenvolveu seus estudos sobre moral a partir do jogo de regras, abrangendo a questão de como é possível o sujeito adquirir uma consciência autônoma. Para ele as regras que fazem parte do jogo, assim como as regras morais são transmitidas de geração em geração, sendo que sua manutenção é devido ao respeito que as pessoas têm por elas. Ele vai além, visto que, se o respeito é algo que se desenvolve em função da interação do sujeito com o meio social, é necessário se compreender qual o tipo de relação social estabelecida. No entanto,

Piaget (2000) considera que todo ser humano pode desenvolver a capacidade de ação moral, graças às trocas que este estabelece com o meio.

Seguindo as ideias de Piaget, Kohlberg (1981) apresenta sua teoria baseada em níveis de desenvolvimento da consciência moral, que se expressa em juízos sobre conflitos de ação moralmente relevantes. No âmbito esportivo, muito se discute a respeito de como a prática esportiva leva à atitudes de crianças e adolescentes que são condizentes com a moral social, pois a partir disso desenvolvem por exemplo a capacidade de respeitar o próximo, respeitar as regras, e lidar melhor frente à figura de autoridade. Mas alguns esportes acabam sendo alvo de críticas a respeito da forma como são conduzidos, pois ao serem considerados esportes violentos, em que a agressividade é sinônimo de sucesso, pais e responsáveis acreditariam que este mesmo comportamento fosse levado para fora do ambiente esportivo.

Essa capacidade de emitir juízos morais (KOHLBERG, 1981) deve ser um ponto a ser investigado no contexto esportivo independente do esporte considerado. O referencial teórico desta tese segue os conceitos sobre o desenvolvimento moral propostos por Kohlberg que em 1964, baseando seus estudos nos achados de Piaget, propôs o conceito de competência moral, definindo-o como "a capacidade de tomar decisões e emitir juízos morais (baseados em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos" (p. 425). Este conceito é considerado importante pelos estudiosos do desenvolvimento moral em geral, no entanto, buscando uma maior compreensão do conceito de moral no contexto esportivo, além do proposto por Kohlberg, serão abordadas também as discussões recentes neste campo, mais especificamente o que Habermas (1990a) tem apresentado sobre o desenvolvimento moral, considerando-o como parte do desenvolvimento da personalidade do sujeito, sendo assim decisivo para a identidade do Eu.

No final esta discussão teórica, para complementar o tópico acerca da moral no contexto esportivo foi realizada uma análise sistemática das publicações presentes em revistas científicas de cunho nacional e internacional, com o objetivo de compreender quais as principais variáveis que estão sendo relacionadas com a moral nas pesquisas em psicologia no campo do esporte. Para complementar a compreensão da moral no esporte, foi desenvolvido um modelo explicativo com o objetivo de apresentar aos

profissionais da área como os atletas raciocinam e se comportam cognitivamente sobre o tema pesquisado. E por fim, um dos atletas que participou como sujeito do estudo sobre o modelo explicativo foi selecionado como sujeito emblemático, e teve sua história de vida analisada segundo o Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, objetivando a compreensão das metamorfoses que ocorreram durante seu desenvolvimento, e assim verificar o processo de busca de autonomia e emancipação que possivelmente o levaram a desenvolver uma maior maturidade do ponto de vista da competência moral.

Dessa forma, a hipótese central deste estudo é a de que uma moral pós-convencional no contexto esportivo, quando associada a um movimento autônomo perpassa uma orientação positiva da prática esportiva. Uma das formas de se investigar esta hipótese é considerar que o conceito de moral precisa ser compreendido em uma perspectiva multifacetada, identificando elementos individuais e sociais que levam o atleta a desenvolver autonomia, contextualizados e se metamorfoseando ao longo do tempo e das experiências vividas. É preciso analisar o desenvolvimento da moral numa perspectiva histórica do sujeito ao longo de sua trajetória de vida, e em especial da carreira atlética a partir das possibilidades de buscas de autonomia e maior liberdade de expressão política e moral. Com isso, é possível identificar como o contexto em que o indivíduo está inserido, ou esteve inserido, e os seus relacionamentos influenciaram no desenvolvimento de uma moral política.

Assim, a tese a ser defendida aqui é a de que, quando o sujeito possui um projeto de vida e, paralelamente a este, desenvolve uma identidade política com perspectiva emancipatória, sua participação e atuação no contexto esportivo deixa de ser um aspecto de colonização do mundo da vida e se transforma em uma prática que viabiliza a busca da autonomia moral e emancipação.

1.2 Problema de pesquisa

Partindo dos pontos levantados anteriormente sobre o contexto esportivo, as características presentes em cada modalidade e o aspecto que envolve os aspectos da moral, o seu desenvolvimento no ser humano, bem como sua presença no campo

esportivo, esta tese apresenta alguns questionamentos que formam a base da investigação científica proposta, que são: Quais as características mais presentes nas pesquisas científicas sobre moral e esporte na literatura? Como a percepção de autonomia influencia na capacidade de agir de forma prosocial quando mediada pela orientação esportiva? E, como o esporte pode ser um fator de influência para o desenvolvimento da competência moral em atletas associado à sua crescente busca pela autonomia na condição da liberdade moral e política? Considerando neste ponto, a história de vida do sujeito, bem como as características que podem ter contribuído para seu desenvolvimento como atleta e como ser humano, ou seja, não basta apenas investigar o contexto esportivo, pois o atleta é também sujeito presente na sociedade e exerce seu papel de cidadão não-atleta, fator as vezes não considerado por aqueles que acompanham sua carreira, seja como espectador, seja como profissional.

1.3 Justificativa

Partindo da proposta desta tese, de investigar como um projeto de vida baseado em uma identidade política com perspectiva emancipatória leva o atleta a buscar comportamentos prosociais baseados em autonomia, faz-se necessário uma explanação sobre os motivos que me levaram a esta temática.

A combinação moral e esporte não surge por acaso, surge de todo um processo pessoal, educacional e profissional, que de alguma forma me influenciaram a chegar a este ponto. O primeiro ponto seria o aspecto pessoal, pois esporte é um tema ao qual me dedico desde que posso me conhecer como ser humano, seja praticando, torcendo ou atualmente pesquisando, além disso, é algo com o qual me ocupo diariamente, inclusive como lazer.

Do ponto de vista educacional, a busca pela formação acadêmica em Psicologia se deu justamente como uma forma de me manter no contexto esportivo como profissional, que não atleta, e tentar juntar o prazer ao trabalho, um clichê de orientação vocacional e profissional, mas que funciona no meu caso. Após a graduação, um Mestrado na área de Educação Física serviu como mais uma afirmativa de que talvez estaria no caminho correto (pelo menos na minha opinião), continuando meus estudos

com o Grupo de Pesquisa Pró-Esporte que já ocorriam desde a graduação sob a orientação do professor José Luiz Lopes Vieira e da professora Lenamar Fiorese Vieira. Já no Doutorado, a escolha pela Psicologia Social ocorreu com o objetivo de obter conhecimentos além de apenas estudar o esporte em si, ou seja, vi nesta etapa acadêmica, uma oportunidade de uma análise mais aprofundada sobre os aspectos que envolvem a prática esportiva e também como as relações estabelecidas pelos atletas poderiam de alguma forma influenciar seus pensamentos e comportamentos. A confirmação se deu pelo contato com o referencial teórico seguido pelo meu orientador Antonio da Costa Ciampa, por meio de seus estudos sobre a identidade humana pautada no Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, juntamente com os membros do seu grupo de pesquisa NEPIM (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana). Além disso, me deparei com o teórico Jürgen Habermas que apresenta uma contribuição atual sobre a discussão de moral na sociedade. A ideia neste momento, é levar a contribuição de Habermas para o contexto esportivo, uma tarefa tão árdua quanto prazerosa.

Outro ponto presente nesta tese que merece ser destacado é quanto à metodologia, que em alguns momentos se distancia da proposta inicial do grupo de pesquisa NEPIM, mas que surgiu no momento em que passei um ano estudando no Canadá, realizando o estágio doutoral sob a supervisão do PhD Marcos Alencar Abaide Balbinotti, na Université du Québec à Trois-Rivières. A metodologia quantitativa, presente no Estudo 2, visa compreender de uma forma específica algumas variáveis que podem influenciar o comportamento dos atletas no contexto esportivo.

Comumente no Brasil, a preocupação com atletas ocorre principalmente no âmbito profissional, pouco se explorando o aspecto de desenvolvimento dos mesmos nas categorias anteriores, que servem de base para o que se tornarão como profissionais. Culminando na dificuldade de as vezes se compreender alguns comportamentos dos mesmos, considerados inadequados para o contexto esportivo e social. Essa incompreensão pode advir da falta de conhecimento sobre a história de vida do atleta, e sobre a história de vida do não-atleta, outro aspecto pouco explorado pelos estudiosos da Psicologia do Esporte, o estudo do sujeito enquanto não-atleta,

sua história, o contexto social em que viveu, as pessoas com as quais conviveu, e os demais fatores que foram de alguma forma responsáveis pelo que ele é na atualidade.

Essa seria então a proposta dessa tese, explorar os aspectos relacionados à moral em atletas na atualidade, mas levando em consideração os fatores históricos que auxiliam na compreensão de seus comportamentos. A metodologia adotada aqui será na tentativa de explorar ao máximo os fatores que são necessários para a compreensão da moral dentro do contexto esportivo e o quanto esses fatores influenciaram e influenciam a vida do atleta, tendo como pano de fundo o referencial teórico o qual estou inserido, os estudos do NEPIM.

1.4 Delimitação da Pesquisa

Para se chegar às respostas ao questionamento central da tese, a mesma foi dividida em algumas etapas, que seguem parâmetros científicos na busca de uma melhor compreensão da moral no contexto esportivo. Primeiramente foi realizada uma Revisão de Literatura sobre o tema central que é a moral, como este conceito vem sendo estudado atualmente e ao longo do tempo, os principais autores que se dedicaram e dedicam seus estudos acerca deste tema. Esta Revisão serve de base teórica para as discussões que são realizadas ao longo dos estudos realizados e que seguem uma sequência de acordo com o raciocínio sobre a moral, uma tentativa de pensamento autônomo sobre o tema. Os principais autores sobre a temática da moral utilizados nesta tese são Piaget, Kohlberg e Habermas, já para embasar teoricamente as discussões sobre a metamorfose e a busca de emancipação, Ciampa (2002; 2009) e Habermas são os autores escolhidos.

Após a Revisão de Literatura estão 3 capítulos que são chamados aqui de estudos. O Estudo 1 é uma Revisão Sistemática da literatura sobre moral no contexto esportivo com o objetivo de compreender como os pesquisadores estão tratando o tema ao longo de um período previamente estabelecido, bem como compreender as formas de investigação que são realizadas sobre a moral em atletas. No Estudo 2, é apresentado um Modelo Explicativo de Moral no Esporte, uma proposta de investigação da moral no campo esportivo, a partir da necessidade que o próprio contexto apresenta

quanto a necessidade de compreensão sobre como variáveis mensuráveis se comportam e podem influenciar o desenvolvimento da competência moral em atletas. Por fim, no Estudo 3 é realizado uma análise da história de vida de um atleta baseada no Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação, buscando demonstrar como a busca pela emancipação, e conseqüentemente pela autonomia, apresenta relação estreita com a capacidade de juízo moral do sujeito, seja no campo esportivo ou não.

1.5 Objetivo Geral

- Investigar a orientação esportiva como fator de influência no desenvolvimento moral em atletas associado à sua busca de autonomia e emancipação.

1.6 Objetivos Específicos

- Revisar sistematicamente as pesquisas realizadas sobre moral no contexto esportivo para verificar o estado dos estudos quanto às metodologias empregadas, variáveis associadas e referenciais teóricos utilizados;
- Propor um Modelo Explicativo de Moral no esporte verificando a percepção de autonomia e sua influência no comportamento pró e antisocial nos atletas, mediados pela orientação esportiva;
- Analisar a influência do esporte sobre o desenvolvimento moral e a busca da autonomia de um atleta na condição da liberdade moral e política.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DE LITERATURA

Moral e Esporte: historicidade e contribuições de Habermas na atualidade

Discussões sobre moral no contexto esportivo

Autonomia - Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação

O agir comunicativo no processo de socialização -

Mundo da Vida e Ordem Sistemica

Políticas de identidade e Identidade Política no processo de desenvolvimento esportivo

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Moral e Esporte: historicidade e contribuições de Habermas na atualidade

Os estudos sobre a moral do ser humano, o seu desenvolvimento e sua influência comportamental são realizados há tempos. No campo da Psicologia e da Filosofia, alguns autores se destacam e apresentam teorias que demonstram como esse construto está presente no sujeito, como indivíduo, e também no sujeito, como parte do coletivo em que está inserido. No contexto esportivo, o estudo da moral também se faz presente, no entanto, de forma mais específica quanto ao funcionamento moral (BEBETSOS, KONSTANTOULAS, 2006; FACCENDA, PANTALÉON, REYNES, 2009; KAVUSSANU, ROBERTS, 2001; KAVUSSANU, NTOUMANIS, 2003), agressividade (BREDEMEIER et al., 1986; BREDEMEIER, 1994, KIMBLE et al., 2010), e também relacionando a moral com outras características psicológicas (MILLER, ROBERTS, OMMUNDSEN, 2005; NTOUMANIS, TAYLOR, THØGERSEN-NTOUMANI, 2012; ŠUKYS, MAJAUSKIENĖ, 2014).

Serão apresentadas aqui, as contribuições teóricas de alguns destes autores, na tentativa de traçar um percurso histórico sobre como o termo Moral vem sendo discutido neste campo de aplicação científica. Apesar de muitos autores tratarem da temática, serão abordadas aqui apenas as discussões referentes à Piaget (2000/1932), Kohlberg (1964, 1981, 1984) e, mais especificamente Habermas (1989, 1990a, 2003, 2012ab, 2013). São estes autores que embasarão teoricamente esta tese, as questões de moral no contexto esportivo serão discutidas principalmente por meio de pesquisas empíricas, que se utilizam destes ou de outros autores como referencial teórico.

De início, é necessário discutir os pensamentos de Jean Piaget sobre a moralidade. Piaget (2000) acreditava que todo ser humano é capaz de alguma ação moral, sendo essa ação possível graças às relações que o sujeito estabelece com o meio em que habita. Em sua obra intitulada "*Le Jugement Moral chez l' enfant*" (2000, originalmente publicada em 1932), Piaget discute a moralidade a partir de experimentos realizados com crianças, que revelaram como o raciocínio moral se modifica e se desenvolve no decorrer da infância e adolescência. Essa investigação se dava a partir

de dilemas morais simples, por meio dos quais era possível observar como as crianças de diferentes idades se comportavam frente às regras do jogo, à mentira, ao roubo, à justiça e outras questões presentes nos dilemas. No entanto, mesmo Piaget considerando que a moralidade tende a se desenvolver paralelamente à cognição e à afetividade, ainda não se discutia a questão de classificá-la em estágios de desenvolvimento propriamente ditos; se limitou apenas a afirmar que o correto seria considerar diferentes fases de heteronomia e autonomia ao longo da vida do sujeito, bem como os diferentes contextos em que o desenvolvimento e as investigações ocorrem.

Freitag (1989) coloca que as investigações de Piaget se detinham longamente sobre a formação de dois conceitos considerados fundamentais para a consciência moral da criança: 1) A noção de regra social; e, 2) A noção de justiça. Além disso, destaca que a moralidade se classifica em 3 grandes estágios. O primeiro, chamado de Amoralidade ou Anomia (FREITAS, 2002), é apresentado como ausência de consciência moral, em que a criança não tem noção de regra social ou de justiça; o segundo, chamado de Heteronomia Moral, surge quando a criança desenvolve uma compreensão rudimentar das regras sociais e apresenta pouca noção de justiça, sendo esta caracterizada principalmente pelos traços punitivos; e o terceiro, Autonomia, é o momento em que o sujeito, já na fase de adolescência, apresenta consciência da necessidade da regra como um instrumento que regula as relações sociais, e estas relações sociais começam a ser percebidas como horizontais, regidas pela cooperação e pela solidariedade entre os membros do grupo. Na fase de Autonomia, o sujeito é capaz de ponderar os atos a partir de seus próprios critérios, ou seja, formando seu julgamento independentemente da opinião ou qualquer pressão do grupo. Essa evolução do julgamento moral da criança, pode ser considerada um processo de descentralização (LELEUX, 2003).

Motivado pelas considerações iniciais de Piaget, Kohlberg (1964, 1981, 1984), seu discípulo, começa a desenvolver estudos que possam avançar teórica e empiricamente o campo da moralidade a partir da ótica psicogenética, contribuindo para a compreensão da moral e seu desenvolvimento no ser humano, de forma mais específica e sistematizada, procurando evitar os problemas criados com a metodologia

piagetiana (FREITAG, 1989). A contribuição de Kohlberg (1964, 1976) e sua principal diferenciação de Piaget, é a discussão do desenvolvimento moral por meio de estágios sequenciais organizados hierarquicamente. Além disso, Kohlberg (1981) afirma que Piaget apresentava apenas o conteúdo do pensamento da criança, e não era capaz de revelar a estrutura de seu raciocínio, motivo este pelo qual não identificou estágios de desenvolvimento moral delimitados; chegou à conclusão ainda de que os conceitos de heteronomia e autonomia (Piaget, 2000/1932) não seriam suficientes para classificar os tipos de raciocínio moral delimitador para compreender seu desenvolvimento (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010; SAMPAIO, 2007).

Kohlberg (1964) apresenta então o conceito de "competência moral", que foi definido como a "capacidade de tomar decisões e emitir juízos morais (baseados em princípios internos) e a agir de acordo com tais juízos" (p. 425), conceito este que permite compreender em sua teoria a explicação sobre como o sujeito tende a agir conscientemente, quando se depara com situações que envolvam aspectos morais. Não basta conhecer e ser capaz de julgar as regras, é preciso que o sujeito se incline a agir de acordo com tais regras, mas a ação também não é moral por si só, pois é preciso que as ações do sujeito sejam coerentes com suas decisões do cotidiano (BATAGLIA, 2010, BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010). Sendo assim, Kohlberg (1984) defendia a ideia de que um juízo moral de alta competência se caracteriza por um alto nível de diferenciação e integração (uso e aplicação do mesmo conjunto de princípios morais consistentemente em várias situações) do comportamento de julgamento moral, ou seja, o sujeito apresenta coerência em seus comportamentos e juízos morais (LIND, 2000).

Já no início de suas discussões sobre moral, Kohlberg (1981) parecia deixar a impressão de que queria substituir a fundamentação filosófica, normativa, da competência de juízo moral por uma explicação considerada psicológico-evolutiva dos fatos, assim, baseia-se conscientemente na concepção de um "trabalho de mãos dadas" entre filosofia e psicologia evolutiva (APEL, 1994, p. 220). Essa diferenciação pode ser melhor compreendida a partir de duas concepções epistemológicas: a) no sentido da psicologia cognitiva (Piaget e Kohlberg), concebendo que juízos morais não são apenas expressões de sentimentos subjetivos (Positivismo Lógico), mas são

expressão de uma competência de juízo cognitivo-analógica; e, b) no sentido das ciências cognitivo-reconstrutivas do espírito e, respectivamente, das ciências sociais, ao reconhecer o paralelismo entre a valoração das pretensões de verdade, e a valoração das pretensões normativas de certeza dos juízos morais.

Na tentativa de apresentar uma ideia de evolução do julgamento moral da criança, que foi proposto por Piaget (2000/1932), e também de atualizar o desenvolvimento do julgamento moral, Kohlberg se utiliza dos chamados dilemas morais, ou seja, uma situação hipotética em que o resultado coloca um problema moral de escolha considerada restrita (no caso entre duas possibilidades) de forma normativa (APEL, 1994; LEHALLE et al., 2009; LELEUX, 2003). Neste sentido, o que determina o estado de evolução moral, não é o resultado escolhido para o desfecho do dilema, mas sim o conteúdo da argumentação moral para justificar a escolha de um ou outro dos resultados do dilema (LELEUX, 2003). Com esses aspectos definidos, Kohlberg estabelece então a compreensão do desenvolvimento moral do sujeito a partir de níveis (ou estágios) (HABERMAS, 1990a; KOHLBERG, 1976; LELEUX, 2003): Pré-Convencional, Convencional e Pós-Convencional.

Tendo como base estes estágios do desenvolvimento moral, Kohlberg (1971) procura demonstrar que (e como) "o processo de equilibração progressiva da ontogênese do juízo moral, postulado pela 'teoria do desenvolvimento cognitivo', pode ser concebido como 'hierarquia de formas da integração moral', no sentido da justiça crescente" (APEL, 1994, p. 229). Para isso, apresenta 4 teses iniciais: 1) o ato de julgar moralmente repousa sobre um processo de *role taking* (no sentido de assumir uma função); 2) cada estágio reflete uma nova estrutura lógica; 3) a estrutura pode ser concebida como estrutura de justiça; e 4) a cada estágio seguinte ela é mais abrangente e mais diferenciada/equilibrada (APEL, 1994). Kohlberg (1964, 1971) explica estas 4 teses por meio dos seis níveis do desenvolvimento moral; cada estágio de desenvolvimento moral (Pré-Convencional, Convencional e Pós-Convencional) previamente apresentados, é subdividido em 2 níveis.

O estágio Pré-Convencional corresponde ao período em que a criança é capaz de responder a regras culturais e apresenta noções sobre o que é bom e mau, justo e errado, mas interpretam estas ações passíveis de consequências físicas ou

hedonísticas (punição, recompensa, troca de favores), ou na questão do poder das pessoas que delimitam as regras; neste caso as decisões tomadas ocorrem em função de interesses pessoais e dos riscos incorridos no ato (LEHALLE et al., 2009). O primeiro estágio é chamado de "Orientação Punição-Obediência" (KOHLBERG, 1971, 1976), em que as consequências físicas da ação realizada é que determinam se ela é boa ou má, sem levar em consideração a opinião ou o valor humano destas consequências (HABERMAS, 1990a); neste nível as crianças ainda não apresentam condições de realizar operações mentais concretas, no sentido da reciprocidade lógica (reversibilidade), não compreendem a justiça no sentido de reciprocidade concreta de troca, mas no sentido de uma ordem social, ou seja, castigo, punição (APEL, 1994). O interesse principal em fazer o que é justo é em evitar a punição, é a fase da perspectiva egocêntrica, não levando em consideração os interesses dos outros (LELEUX, 2003).

O segundo estágio do nível Pré-Convencional é chamado de "Orientação instrumental-relativista" (KOHLBERG, 1971, 1976), tendo como ação justa, aquilo que satisfaz instrumentalmente as próprias necessidades e, ocasionalmente, as necessidades dos outros. As crianças já tem condições de executar operações mentais concretas, no sentido da reciprocidade e da reversibilidade lógica (KOHLBERG, 1976), sendo que esta reciprocidade é uma questão de "tu te inclinas a mim e eu me inclino a ti" (HABERMAS, 1990a, p. 60), ou "Tu não deverias importunar-me e eu não deveria importunar-te" (APEL, 1994, p. 230), e não na questão de lealdade, gratidão ou justiça. O raciocínio moral é egocêntrico (LELEUX, 2003), em que o sujeito segue as normas impostas de acordo com os interesses próprios (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010), e segundo Kohlberg (1964) uma criança neste estágio está em condições de definir justiça, de certa forma, como polidez (*fairness*), seguindo o sentido da reciprocidade concreta que corresponde à troca de dons ou de serviços, ou à troca de agrados ou golpes (APEL, 1994). Considerada uma fase da perspectiva individualista concreta, o sujeito neste estágio separa seus próprios interesses dos interesses da autoridades e de outras pessoas, tendo consciência de que cada um tem seus interesses individuais, sendo estes, divergentes (LELEUX, 2003).

Seguindo o desenvolvimento moral proposto por Kohlberg (1964, 1976), o segundo nível é chamado de Convencional, em que satisfazer as expectativas da

família ou do grupo social ao que pertence, é considerado algo avaliável pelo seu direito intrínseco (HABERMAS, 1990a), predominando assim a lógica do grupo (LEHALLE et al., 2009) ou da comunidade (LELEUX, 2003). O indivíduo tem aptidão não apenas de conformar-se às expectativas pessoais e à ordem social, mas sim de lealdade frente a ela, esta aptidão segue no sentido de manter ativamente, de apoiar e justificar essa ordem, assim identificando-se com as pessoas ou com os grupos a que está envolvido (KOHLBERG, 1971). Este nível Convencional é dividido em dois estágios de consciência moral: "Orientação bom moço" e "Orientação lei e ordem".

No estágio 3, de consciência moral "Orientação bom moço-moça", também chamado de estágio da "concordância interpessoal" (HABERMAS, 1990a), o comportamento adequado é aquele que agrada ou ajuda os outros, sendo por estes aprovado, neste sentido, o fato de um sujeito ter "boas intenções" é, pela primeira vez, algo importante. No entanto, correta é a ação moral baseada nas convenções e regras sociais que são determinadas por pessoas, tidas como autoridades, ou instituições que sejam reconhecidas socialmente (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010). É neste estágio que as crianças estão pela primeira vez em condições de assumir uma função (*role taking*), ou seja, podem transferir-se simultaneamente para dentro de dois papéis diferentes, que se relacionem um com o outro (APEL, 1994), e começam a compreender, de forma mais adequada, a chamada "Regra de Ouro" presente na Bíblia, ou seja, "trata os outros assim como tu gostarias de ser tratado" (e não assim como tu de fato és tratado por eles) (KOHLBERG, 1971, p. 149). A consequência disso é o fato de que o indivíduo neste estágio está, pela primeira vez, em condições de sobrepor o perdão à vingança (APEL, 1994), mesmo que o *role taking* seja limitado; além disso, a lealdade exercida para com os outros, o compartilhamento de sentimentos e valores, a confiança mútua, se tornam os critérios essenciais para que se possa avaliar os comportamentos sociais (LEHALLE et al., 2009).

Este terceiro estágio é também o das expectativas interpessoais mútuas, em que o direito é ser bom, preocupado com os sentimentos dos outros, permanecendo leal e digno de confiança para com os pares, que em geral são a família ou os amigos (LEHALLE et al., 2009). O que leva o sujeito a fazer o que é justo, é a necessidade de ser bom aos seus próprios olhos e também aos olhos dos outros (LELEUX, 2003) e,

sendo consciente dos seus sentimentos e das expectativas compartilhadas, coloca em evidência diferentes pontos de vista na aplicação da chamada "Regra de Ouro", colocando-se sempre no lugar do outro, prevalecendo os interesses coletivos (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010; LELEUX, 2003).

O estágio 4 é chamado de "Orientação lei e ordem", e é quando o sujeito apresenta uma orientação no sentido de autoridade, de papéis fixos e de manutenção da chamada ordem social (CRAIN, 2011, HABERMAS, 1990a). Assim, a reciprocidade positiva da justiça já não se situa mais na troca interpessoal dos chamados bens e serviços, mas sim, na troca de prestações e recompensas entre os indivíduos e o sistema (KOHLBERG, 1964), por outro lado, a reciprocidade negativa da justiça já não se limita à vingança, mas sim em se pagar o seu débito à sociedade (segundo a medida da igualdade perante a lei) (APEL, 1994). Sendo o estágio em que a perspectiva moral é a manutenção da ordem social (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010), o sujeito tende a fazer o que é justo quando realiza os deveres reais que foram acordados, apoiando as leis (exceto em casos extremos), contribuindo com a sociedade e grupo a que pertence (KOHLBERG, 1971), ou seja, adota o ponto de vista do sistema como definição de papéis e de regras (LELEUX, 2003).

O último nível do desenvolvimento moral é chamado de Pós-Convencional, em que se tornam mais claros os esforços no sentido de definir os valores e os princípios morais que apresentam validade e aplicação independentemente da autoridade dos grupos ou das pessoas (KOHLBERG, 1981, 1984), assim, o sujeito tende a agir pautado por princípios morais universais, que são baseados na reciprocidade e na igualdade, e seu pensamento é guiado por princípios morais e éticos, e não por regras sociais (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010; LELEUX, 2003). O estágio 5 é chamado de "Orientação Legalismo social-contratual", e se caracteriza pelo fato de que a ação considerada justa é definida em termos e direitos individuais gerais e de padrões que foram examinados pela sociedade em seu conjunto (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010; HABERMAS, 1990a). Este estágio é regido pelo princípio do contrato social e dos direitos à vida e à liberdade (LELEUX, 2003), pela materialização do equilíbrio entre os pontos de vista individual e coletivo (LEHALLE, ARIS, BUELGA e MUSITU, 2009), e há uma evidente consciência do relativismo dos valores e das opiniões

personais, além de uma correspondente acentuação das regras e procedimentos capazes de obter o consenso (HABERMAS, 1990a). No entanto, há que se considerar que alguns direitos e valores são relativos, como vida e liberdade, pois devem ser sustentados por toda a sociedade, independentemente da opinião da maioria (CRAIN, 2011; LELEUX, 2003), além disso, o fato de que neste estágio ainda não está presente o *moral point of view* (KOHLBERG, 1976), faz com que ele ainda não seja considerado o estágio mais alto e definitivo de desenvolvimento da competência de juízo moral (APEL, 1994).

Kohlberg (1964, 1976) coloca que a competência de juízo moral está presente apenas nas pessoas que se encontram no estágio 6, chamado de "Orientação no sentido de princípios éticos universais", em que os conceitos de reversibilidade e universalidade estão presentes de forma mais clara no sentido de competência moral do sujeito (CRAIN, 2011); o que é justo é definido pela decisão tomada pela consciência, de acordo com os chamados princípios éticos que são escolhidos de forma autônoma (APEL, 1994; KOHLBERG, 1964). Há que se considerar que os princípios que regem a chamada "Regra de Ouro" são abstratos e éticos, ou seja, não são regras morais concretas, são princípios universais de justiça, reciprocidade e igualdade dos direitos humanos, além de respeito pela dignidade dos seres humanos como pessoas (APEL, 1994; HABERMAS, 1990a). Mas é neste estágio que Kohlberg (1964) considera estarem presentes os princípios éticos universais de justiça (igualdade de direitos) válidos pela humanidade (LELEUX, 2003), e o indivíduo adere explicitamente aos princípios morais no sentido de preservação da vida, igualdade, respeito e luta contra todas as formas de opressão (CRAIN, 2011; LEHALLE, ARIS, BUELGA e MUSITU, 2009).

Nos últimos anos de sua vida, Kohlberg relacionou-se com o filósofo Alemão Habermas (BIAGGIO, 2002), e as discussões sobre o desenvolvimento moral evoluíram e passaram por algumas alterações. Habermas (2003) apresenta suas discussões sobre moral baseando-se nos achados de Kohlberg e também Piaget, considerando que o segundo apresenta um modelo instrutivo para filósofos ao explicar (na ontogênese) o desenvolvimento cognitivo que termina numa compreensão descentrada do mundo. Já com relação a Kohlberg, Habermas (1990a) apresenta contribuições

valiosas no que concerne às suas discussões sobre o desenvolvimento da moral, uma delas é considerar a entrevista de julgamento moral como uma atividade interpretativa (hermenêutica), que auxilia no processo de avaliação da competência moral do sujeito (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010). Sobre a hermenêutica filosófica, Habermas (2012a) a apresenta como uma forma de investigar "a competência interpretativa de falantes adultos sob o aspecto da maneira pela qual um sujeito apto a falar e agir, imerso em um ambiente estranho, trata de tornar exteriorizações incompreensíveis para si" (p. 243).

Outra contribuição de Habermas (1990a) para a teoria de desenvolvimento moral de Kohlberg (1976), foi adicionar um sétimo estágio, deixando o nível Pós-Convencional com 3 estágios. A questão da moralidade em Habermas insere-se, pois, no corpo de sua teoria da ação comunicativa (FREITAG, 1989). Neste estágio 7, supõe-se como ideal que a possibilidade de universalização de uma máxima de ação seja estabelecida como norma, não apenas pela experiência mental do sujeito, mas sim por concreto entendimento entre os envolvidos, no que concerne à "Liberdade Moral e Política" de todas as pessoas que compõem uma sociedade fictícia (APEL, 1994). Partindo deste pressuposto, Habermas (1990a) considera esse sétimo estágio necessário para se discutir o que ele chama de ética universal da linguagem, correspondente à evolução da competência comunicativa, no âmbito da comunicação e interação real das pessoas (APEL, 1994).

Esse acréscimo ocorre pelo fato de Habermas considerar que no estágio 6, apresentado por Kohlberg, não há discussão de uma ética universal da linguagem, apenas de uma orientação segundo a consciência (HABERMAS, 1990a), considerando o esquema de Kohlberg (1976) incompleto. Em 1973 Kohlberg escreve pela primeira vez sobre uma possível complementação dos seis estágios da competência do juízo moral (do ponto de vista metafísico-religioso), e aceita em 1983, em seu livro "*Moral Stages: a Current Formulation and Responsive to Critics*", a interpretação de Habermas sobre sua teoria. No entanto, Kohlberg relatou que, apesar das divergências entre ambos, entenderam-se no sentido de que o postulado de um 7º estágio, no sentido de estágio final da competência comunicativa, seria supérfluo (APEL, 1994).

Os aspectos da moral discutidos por Piaget, Kohlberg e Habermas se assemelham e se distinguem, cada um segundo sua lógica de pensamento, e suas considerações que contribuem para uma melhor compreensão de como a competência de juízo moral se desenvolve no ser humano. Uma melhor ilustração das relações existentes entre os três autores, está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1. Esquema de pensamento sobre o desenvolvimento moral em Piaget, Kohlberg e Habermas.

Piaget		Kohlberg				Habermas	
Repertório	Etapas do Desenvolvimento	Níveis de consciência Moral	Noção de Justiça	Sanções a serem evitadas	Níveis de consciência moral - Ideia da vida	Esfera de validade	Reconstruções filosóficas
Sentimentos, sensações, ações sobre o mundo no qual vivem	Pré Convencional	1. Orientação "punição-obediência"	Ordem social - os mais fracos devem obediência aos mais fortes	Penalidade (subtração de gratificações físicas)	1 - Maximizar o prazer/evitar a dor através da obediência	Ambiente natural e social	Hedonismo ingênuo (punição, recompensa, troca de favores)
		2. Hedonismo instrumental - Orientação ingênuo e egoística	Polidez - Troca de agrados ou ofenças. Trata os outros como eles lhe tratam				
Capacidade de raciocinar sobre o mundo de uma forma mais lógica e adulta	Convencional	3. Orientação "bom moço"	Compreensão da regra de ouro / Reflexão sobre o role taking	Vergonha (subtação de afeto e de reconhecimento social)	3 - Eticidade concreta de grupos primários	Grupo das pessoas de referência primário - obter aprovação	Pensamento concreto de ordem - satisfazer as expectativas interpessoais
		4. Orientação "lei e ordem"	Perspectiva de manutenção da lei e da ordem				
Capacidade de raciocinar sobre o mundo de uma forma mais lógica e adulta	Pós Convencional	5. Orientação Legalismo social-contratual	Princípio racional de legitimação do direito	Culpa (reação da consciência moral)	5 - Liberdades civis, beneficência pública	Todos os associados jurídicos - preserva a imparcialidade	Direito natural racional - respeito ao direito dos outros
		6. Orientação no sentido de princípios éticos universais	Moral point of view				
					7 - liberdade moral e política	Todos enquanto membros de uma fictícia sociedade mundial	Ética universal da linguagem - evolução da competência comunicativa

Fonte: Kohlberg (1971, 1976, 1981); Piaget (2000/1932); Habermas (1990a, 2003/1983).

2.1.1 Discussões sobre moral no contexto esportivo

Apesar das discussões sobre a moral do ser humano ocorrerem principalmente no campo da Filosofia, outras áreas também se ocupam deste construto para discutir principalmente o comportamento de sujeitos como membros de um grupo. No campo esportivo não é diferente, no entanto, a moral neste campo de estudo, e prática, é discutida não de forma tão explícita. Outros aspectos são abordados no sentido de se compreender principalmente o comportamento de atletas, treinadores, demais profissionais do campo esportivo, e também de torcedores.

Um dos principais assuntos a serem estudados e que apresentam relação com a moral, é a agressividade no esporte. Bredemeier e col. (1986), Bredemeier (1994), Guivernau e Duda (2002) apresentam estudos principalmente com crianças e adolescentes que estão iniciando a prática esportiva; dando suporte principalmente para discussões acerca de como o contexto esportivo pode proporcionar um desenvolvimento global mais voltado para a competência moral de quem o pratica (VIEIRA, 1993, VIEIRA et al., 2010; WEINBERG, GOULD, 2011). Porém, a agressividade também é um assunto discutido quando relacionada com o comportamento violento (KIMBLE et al., 2010), e em esportes como o hóquei, em que jogar com agressividade e violência podem ser confundidos e às vezes de difícil distinção, visto que combates entre os atletas neste esporte são permitidos, dentro das regras (STEPHENS, KAVANAGH, 2003; VISEK, WATSON, 2005).

Além da agressividade, diversos estudos no campo esportivo tem se dedicado a outros assuntos ligados à moral, tais como o funcionamento moral (FACCENDA, PANTALÉON, REYNES, 2009; KAVUSSANU, ROBERTS, NTOUMANIS, 2002; KAVUSSANU, SPRAY, 2006). Baseados na teoria de Rest (1984), os estudos mostram como a ação moral pode ser influenciada por pelo menos 4 componentes: a) interpretar a situação e reconhecer a possível ação moral; b) descobrir o que se deve fazer e aplicar ideais morais à situação para determinar o curso moral da ação; c) decidir sobre o curso da ação que pretende prosseguir com base nas seleções entre valores conflitantes; e d) implementar o que se pretende fazer (ROMAND, PANTALÉON, CABAGNO, 2009), sendo que uma deficiência em um ou mais destes componentes,

pode resultar em um baixo funcionamento moral.

Estes quatro componentes estão presentes em diversos estudos que objetivam esclarecer pontos sobre julgamento moral (MOURATIDOU, CHATZOPOULOS, KARAMAVROU, 2008; PROIOS, DOGANIS, 2006), raciocínio/razão moral (BREDEMEIER, 1985; LONG et al., 2006; PROIOS et al., 2004b), e comportamento moral (BOARDLEY, JACKSON, 2012; SAGE, KAVUSSANU, 2007ab). Mas também é possível encontrar estudos que se ocupam em compreender como a moral está presente em um grupo, não apenas no sujeito; estes estudos apresentam discussões sobre a atmosfera moral (GUIVERNAU, DUDA, 2002; JONES, McNAMEE, 2000; STEINFELDT et al., 2011), que corresponde à cultura compartilhada e compreensão mútua do que é um comportamento apropriado ou inapropriado, baseado nas interações entre os membros do grupo (MILLER, ROBERTS, OMMUNDSEN, 2005).

Em contrapartida, há que se evidenciar os estudos que apresentam como foco a compreensão dos comportamentos que vão na contramão da moral, ou seja, não apenas se ocupar dos comportamentos agressivos, que são observados, mas também questões relativas aos aspectos não morais presentes no contexto esportivo. Muitos estudos têm sido realizados com o intuito de compreender o desengajamento moral de atletas, relacionando-o com outras variáveis como o uso de drogas ou substâncias que aumentem o desempenho esportivo (BOARDLEY, GRIX, DEWAR, 2014; HODGE et al., 2013; LUCIDI, ZELLI, MALLIA, 2013); ou discutindo o desengajamento moral como preditor de um comportamento antisocial (BOARDLEY, KAVUSSANU, 2010; BOARDLEY, KAVUSSANU, 2009; TSAI, WANG, LO, 2014). Este por sua vez tem sido utilizado a partir das discussões de Bandura e se classifica como um processo autorregulatório envolvendo a reestruturação cognitiva de uma conduta antisocial, pautada em ações que causam sofrimento a outros sem que o executor se autocondene pela ação danosa (CORRION et al., 2009).

O contexto esportivo tem se tornado um ambiente em que a velocidade das informações precisa ser repassada paralelamente à conquista de resultados positivos, ou seja, a mercantilização do esporte pode ser um fator que dificulte uma investigação mais aprofundada das características psicológicas presentes nos envolvidos, sejam atletas, treinadores ou outros profissionais envolvidos neste ambiente. Sobre a moral

não é diferente, visto que compreender a competência de julgamento moral de um sujeito não é uma tarefa fácil, nem rápida. Como visto por meio dos suportes teóricos apresentados, são necessárias várias informações para pelo menos inferir algo sobre o pensamento alheio, e ainda assim, há que se levar em consideração o momento em que se passa o processo de investigação, pois o ser humano está em constante mudança, de pensamento, de atitudes; sua vida muda.

Sendo assim, uma das questões a serem analisadas é a identidade moral do sujeito, no caso, de atletas, compreendendo características do contexto em que estão envolvidos (esportivo e não), suas relações, e suas mudanças ao longo do tempo. A identidade moral reflete o grau em que "ser moral" é uma definição ou a característica central no sentido do *self* (KAVUSSANU, WILLOUGHBY, RING, 2012), e tem sido estudada como preditora de comportamentos pró e antissociais (SAGE, KAVUSSANU, DUDA, 2006). Cada modalidade esportiva apresenta suas características específicas, no entanto, o contexto esportivo como um todo pode influenciar de forma semelhante seus participantes.

Os esportes de combate, as artes marciais, são frequentemente incluídos nas discussões sobre moral, visto que sua prática é baseada em ensinamentos e aspectos milenares, o que contribui para uma associação direta com um comportamento e pensamento baseado na moral e na consciência corporal, auto controle, disciplina, garantindo uma boa convivência com os demais, com respeito e colaboração (CYNARSKI, 2014). O estudo das artes marciais exige uma penetração do ponto de vista da filosofia, sociologia, psicologia, teologia e o estudo das religiões, ciências culturais, história, pedagogia, ciências médicas e ciências da cultura física (teoria de treinamento, teoria de esportes de combate e outros) (SIEBER, CYNARSKI, LITWINIUK, 2007). É comum encontrar autores que tecem críticas à prática de artes marciais, principalmente em jovens, e defendem a criação de regras mais rígidas nestes esportes (PARRY, 1998; PEARN, 1998). Mas por outro lado, também é possível encontrar estudos que enaltecem o papel das artes marciais no desenvolvimento moral ou de comportamentos prossociais (LANTZ, 2002).

Habermas contribuiu muito para as discussões no campo da moral, no entanto, sobre a moral no contexto esportivo sua contribuição foi pequena, escrevendo apenas

1 texto sobre o assunto, em 1958 (*Soziologische notizen zum verhältnis von arbeit und freizeit*¹). Mas a partir dos escritos de Habermas sobre a ação comunicativa, é possível fazer uma relação com o esporte, ou seja, o esporte é também um produto de acordos firmados comunicativamente que estabelecem o que constitui um comportamento compreensível e aceitável dentro dele, e são estes acordos que formam o caráter discursivo e moral do esporte (MORGAN, 2002). Obviamente, cada tipo de esporte, cada modalidade, apresenta uma característica de comunicação específica, sendo esta especificidade que garante ao contexto esportivo estabelecer suas regras e de alguma forma também os aspectos morais presentes neste. Neste ponto, Habermas considera que, quando a ação comunicativa se rompe nas práticas sociais como o esporte, ela só pode ser restaurada se o esporte é o que ele chama de "moralizado" (HABERMAS, 2012b), ou seja, tornar-se objeto de um discurso moral especial em que a ação comunicativa no esporte continua numa atitude reflexiva (MORGAN, 2002).

Além disso, as discussões de Habermas sobre a moral no contexto esportivo, levam a cabo uma outra ótica interpretativa, visto que o esporte pode apresentar características contrárias ao desenvolvimento da moral. De acordo com Edgar (2007) as competências comunicativas, e então morais, são exercidas e testadas apenas frente aos desafios estratégicos; isto é apresentado pois a participação no esporte pode ser caracterizada em termos da necessidade do uso de habilidades estratégicas para minar a competência do adversário. O autor termina sua discussão dizendo ainda que o esporte é inerentemente ambíguo, no sentido da moralidade.

2.2 Autonomia - Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação

Ao longo dos anos de pesquisa e discussão sobre as regras do jogo, Piaget (2000/1932) conclui a existência de duas morais, uma moral da heteronomia e uma moral da autonomia, acreditando existir um processo evolutivo em direção à segunda (FREITAS, 2002). É possível compreender que todo ser humano estaria em processo de busca de sua autonomia, tornando-se capaz de ações morais graças às relações que estabelece com o meio em que habita. Além disso, sempre que discussões morais

¹ HABERMAS, J. *Soziologische notizen zum verhältnis von arbeit und freizeit*. In G. Funke (Ed.), *Konkrete vernunft: Festschrift für E. Rothacker*, Bonn, Germany, 1958. (ver MORGAN, 2002).

ocorrem, por exemplo sobre como devemos nos comportar, quem somos, quem gostaríamos de ser, o que é bom para todos, entre outros, levam-nos a questionamentos, tais como os conteúdos culturais, éticos e tradicionais que podem se relacionar com a autonomia dos sujeitos. Desta forma, Piaget tratou de discutir em sua teoria, não apenas o caminho pelo qual o ser humano constrói suas estruturas mentais na sua interação com o meio, mas também o percurso que conduz o ser humano da anomia à autonomia moral.

Na apresentação de sua teoria do desenvolvimento moral, Kohlberg (1971, 1976) propõe uma tese de identidade, e de isomorfia. Já Habermas (2003), no processo de compreensão da teoria dos estágios de Kohlberg, propõe algo como a substituição desta chamada isomorfia, levantando a discussão sobre uma complementariedade. Essa substituição se dá na justificativa de que a teoria de Kohlberg apresenta algumas limitações devido às hipóteses que a sustentam: 1) os estágios do juízo moral formam uma sequência de estruturas discretas que é invariante, irreversível e consecutiva, o que limita a possibilidade dos sujeitos em atingirem objetivos por diferentes vias de desenvolvimento; 2) os estágios do juízo moral formam uma hierarquia no sentido que as estruturas cognitivas de um estágio superior "superam" as estruturas dos respectivos estágios inferiores; e, 3) todo estágio de juízo moral pode ser caracterizado como um todo estruturado, o que impede que o sujeito possa avaliar num dado momento diferentes conteúdos morais em diferentes níveis (HABERMAS, 2003).

Seguindo, Habermas ainda discute e diferencia a singularidade e a individualidade da identidade do sujeito, apoiado nas discussões de Piaget e Kohlberg, ou seja,

como *singularidade* o indivíduo é indiferença de todas as determinidades, de modo que se exhibe enquanto totalidade, ao passo que do ponto de vista ontogenético, enquanto *individualidade*, o Eu é a diferença de todas as determinidades, é um vivente formal e se reconhece como tal (LIMA, 2010, p. 142).

Dessa forma, pode-se considerar que a singularidade é responsável pela nossa diferenciação enquanto sujeitos, da mesma forma que nos iguala no que concerne às expectativas em relação à sociedade, já a individualidade nos permite acesso à

subjetividade e possibilita uma reconstrução do Eu com base nas diferenças (LIMA, 2010). Habermas (1990a) considera que o desenvolvimento moral é parte do desenvolvimento da personalidade do sujeito, o que, por sua vez, é extremamente decisivo para a identidade do Eu.

A autonomia em si pode ser considerada como o resultado de um processo de maturação e descentração do eu e do grupo, sendo esta descentração uma evolução do sujeito da heteronomia para a autonomia, realizando o processo de emancipação da autoridade da regra e da coerção do grupo, formando autonomamente seus padrões de julgamento e suas concepções das regras, sem que terceiros interfiram neste processo (FREITAG, 1989). La Taille (2007) explica que a moralidade apresenta dois sentidos, o primeiro relaciona-se à questão da liberdade, ou seja, só é autônomo o sujeito que goza de liberdade, em que suas ações não decorrem de algum poder externo a ele, ou é determinado por forças internas. Já o segundo sentido é referente à autoridade, ou seja, só é autônomo quem legitima regras, princípios e valores morais sem que haja referência de alguma fonte que seja transcendente a ele, sem referência de figuras de autoridade.

Para Habermas (1990a) o modelo de uma identidade do Eu não coercitiva é considerado mais rico e exigente do que um modelo de autonomia que seja desenvolvido exclusivamente sob o ponto de vista da moralidade. Ao apresentar a passagem do 6º para o 7º estágio considera que a natureza interna é deslocada para uma perspectiva utópica, e essa natureza interna não pode mais ser controlada segundo um princípio aplicado monologicamente. Os problemas de desenvolvimento que podem de alguma forma ser relacionados ao conceito de identidade do Eu surgiram em três diferentes tradições teóricas: 1) Psicologia Analítica do Eu (Sullivan; Erikson); 2) Psicologia Cognoscitiva do Desenvolvimento (Piaget; Kohlberg); e 3) Teoria da Ação definida pelo interacionismo simbólico (Mead; Blumer; Goffman).

Em seu livro "A Ética da Discussão e a Questão da Verdade", Habermas (2013) apresenta que a noção de autonomia descrita por Kant é essencialmente diferente da noção de liberdade subjetiva advinda do empirismo. Ressalta a questão da liberdade subjetiva como uma vontade determinada por máximas de prudência, pelas referências ou pelos motivos considerados racionais de uma pessoa. Já na autonomia, a vontade

do sujeito se deixa determinar por máximas aprovadas pelo teste da universalização. Assim, a vontade de uma pessoa é determinada por motivos que deveriam igualmente ser levados em conta por todas as outras pessoas, dando margem para a interpretação do chamado livre arbítrio e da razão prática que "permite conceber a comunidade moral como uma comunidade abrangente que faz suas próprias leis, uma comunidade formada por indivíduos livres e iguais que se sentem obrigados a tratar uns aos outros como fins em si mesmos" (p. 13).

A ideia de liberdade subjetiva leva a crer que algumas pessoas gozam de liberdade e outras não; já a autonomia é um conceito que não pode ser alcançado individualmente, pois uma pessoa só pode ser livre se todas as outras também forem. Neste sentido Habermas (2013) deixa claro que o próprio Kant apresenta um conceito que só pode ser explicado plenamente dentro de uma estrutura intersubjetivista, ideia esta ligada ao conceito de razão prática. Neste sentido, há sempre que se remeter ao processo de relacionamento do sujeito com os outros, ou seja, o que é bom para todos é válido apenas se minha identidade e meu projeto de vida refletem uma forma de vida universalmente válida (HABERMAS, 1989).

Kant apresenta seus conceitos baseados no que ele chama de 3 mundos, o dos objetos, o das normas, e o das vivências subjetivas; sobre os quais Habermas (2012ab) propõe, em sua Teoria do Agir Comunicativo, uma nova interpretação. Habermas integra os três mundos em uma totalidade e apresenta uma mudança de paradigma, da filosofia da consciência para a teoria da interação. Essa mudança de paradigma pressupõe o grupo numa situação dialógica considerada ideal, sendo que a verdade produzida neste novo contexto é processual e depende dos membros integrantes do grupo, tornando a linguagem, nesta nova concepção da razão comunicativa, um elemento constitutivo (FREITAG, 1989).

A teoria da interação serve de pano de fundo para iniciar as discussões sobre identidade do sujeito. Ciampa (2009) apresenta suas considerações sobre o tema afirmando que compreender a identidade do sujeito significa compreender a relação indivíduo-sociedade existente. Essa identidade humana seria a construção, reconstrução e desconstrução constantes, no dia a dia do convívio social, na multiplicidade das experiências vividas (KOLYNIK, 1996). Com essa ideia de

construção, reconstrução e desconstrução, a discussão da identidade amplia-se e passa a ser considerada por Ciampa (2009) como uma metamorfose, que tem como pressuposto ontológico a ideia do ser como devir (CARONE, s/d). O olhar sobre o sujeito, neste sentido, é fundamentado em algo mutável, em que o próprio sujeito é produto e produtor, autor e personagem, que se constrói através da atividade social, num determinado momento histórico (CIAMPA, 2009).

Ciampa (2009) considera que no processo de constituição das identidades, as interações que ocorrem são elementos fundamentais, lembrando que esta construção também pode ocorrer pela articulação entre as igualdades e diferenças, por meio do que se considera o critério comparativo. Entender a identidade como metamorfose exige a compreensão de dois movimentos, que são a "mesmice" e a "mesmidade". Por mesmice, Ciampa explica-o como um fenômeno decorrente da reposição da identidade, sendo possível que este processo ocorra como uma consciente busca de estabilidade ou uma inconsciente compulsão à repetição (LIMA, 2010). A mesmice promove a tipificação dos indivíduos (ALMEIDA, 2005) e estes passam a definir suas existências em função dos parâmetros convencionais da identidade (HABERMAS, 2003). No caso da mesmice, a identidade do sujeito é considerada como permanente e não como algo em reposição, dando a ideia de atemporalidade, ou seja, um ser posto, em imutabilidade (LIMA, 2010). A mesmice ocorre como algo que impede a emancipação do sujeito.

Quanto à mesmidade, esta se refere à superação da personagem reposta pelo indivíduo, conduzindo à máxima "um outro outro que também sou eu", o que leva o sujeito a formular projetos de identidade cujos conteúdos não estejam previamente definidos por uma autoridade (CIAMPA, 2002). Esse processo leva o sujeito a dispor-se a saber mais, a refletir sobre seu conhecimento, de uma forma que se recusa a conhecer este conhecimento como uma realidade absoluta (CIAMPA, 2009).

Partindo da concepção de identidade como metamorfose, e acrescentando a ideia de mesmice e mesmidade, Ciampa apresenta o sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação. Neste sentido, a identidade passa a ser concebida como uma busca pela emancipação, que neste caso será alcançada ou não, ou melhor dizendo, atualmente uma emancipação total do sujeito na sociedade é algo impossível,

o que se pode ser observado no sujeito são os chamados fragmentos emancipatórios. Habermas (1990b) afirma que o movimento para a emancipação se dá com o que ele considera o desenvolvimento de uma identidade pós-convencional, ou seja, uma identidade que antecipe uma forma de vida no sentido da autonomia, com valores e normas ainda não estabelecidos, no entanto, esta identidade pós-convencional não significa uma emancipação completa ou definitiva do sujeito (LIMA, 2010).

Seguindo a ideia de socialização, Habermas (2012) apresenta o conceito de razão comunicativa, que orientada ao entendimento, aponta para a questão da emancipação, defendendo a conjectura de que um potencial emancipatório existe em qualquer proferimento, na intenção de compreender os sentidos das produções simbólicas democráticas e autônomas. Mas é complexa a tarefa de se pensar em homens emancipados, em pleno exercício da razão, capazes de se entender como outros na esfera pública democrática (HABERMAS, 2003; FENERICH, 2013), o ideal seria considerar que “a emancipação resulta da conquista de uma razão autônoma em relação ao sentido” (FENERICH, 2013, p. 652). A realização de projetos emancipatórios, é dificultada por uma interiorização a-crítica de normas (heteronomia), pois neste caso o sujeito só se reconhece através de um projeto que seja baseado em relações de dominação (CIAMPA, 2002).

De acordo com Apel (1994), "as ciências sociais críticas mantêm sob controle seu engajamento emancipatório, que deve ser preservado em tentativas de uma reconstrução histórica, num patamar máximo de auto-reflexão teórico-filosófica" (p. 29). Entretanto, compreender a identidade como a tentativa de reconstrução histórica, ou seja, como metamorfose, há que se compreender também como o sujeito permanece o mesmo em alguns momentos. Para isso, Ciampa se utiliza das concepções de Mead sobre a simultaneidade da socialização e individualização, para explicar como podem ocorrer problemas que impedem o sujeito de se autodeterminar; neste sentido, a influência do discurso social é determinante no processo de construção da identidade do sujeito, melhor explicando, é toda ação de compreensão, entendimento e jogo linguístico que torna possível a socialização e individualização do bicho humano (LIMA, 2010).

Dentro do processo de socialização, fica evidente que o sujeito não pode edificar sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele, ou seja, na atitude prática dos outros nesta interação. Neste sentido, “o fundamento para a afirmação da própria identidade não é a auto-identificação *tout court*², mas a auto-identificação intersubjetivamente reconhecida” (HABERMAS, 1990a, p. 22). Para Habermas, a emancipação é o resultado da conquista pelo sujeito de uma razão autônoma em relação ao sentido (FENERICH, 2013). A racionalidade do sujeito pode ser entendida como uma capacidade de falar e agir, como alguém que se exterioriza nos modos de comportamento para os quais hajam boas razões. Estas exteriorizações apresentam uma relação, pelo menos implícita, com as pretensões de validade passíveis de crítica (HABERMAS, 2012a).

2.3 O agir comunicativo no processo de socialização - Mundo da Vida e Ordem Sistêmica

Acessar os objetivos sociais só é possível, segundo Habermas (2012a) por meio de um entendimento interpretativo do sentido, de acordo com a perspectiva internalista (participante) e a perspectiva externalista (observador). Em sua Teoria do Agir Comunicativo, Habermas (2012ab) generaliza este dualismo perspectival ao propor que o acesso do ser humano à realidade se dá por dois caminhos: 1) o caminho empírico, que privilegia a perspectiva de um observador imparcial, e apresenta como meta a detecção, observação e descrição de fenômenos, eventos e causas; e 2) a via simbólica delineada na perspectiva performativa de um sujeito participante, envolvendo práticas sociais, comunicativas e argumentativas.

O conceito de agir comunicativo refere-se “à interação de pelo menos dois sujeitos capazes de falar e agir que estabeleçam uma relação interpessoal (seja com meios verbais ou extraverbais)” (HABERMAS, 2012a, p. 166). Esta interação apresenta como objetivo um entendimento sobre a situação da ação, para assim coordenar seus planos de ação, sendo que a linguagem assume uma posição proeminente. Neste sentido, o “processo argumentativo” do sujeito, desencadeado por seu discurso prático

² Simplesmente, por ela mesma

apresenta-se como a essência da ética discursiva, e é aí que a questão da moral em Habermas se insere (FREITAG, 1989). No agir comunicativo, os desempenhos interpretativos a partir dos quais se constroem processos cooperativos de interpretação, representam o mecanismo de coordenação das ações (HABERMAS, 2012a).

Freitag (1989) coloca que esta teoria pode ser interpretada como uma forma de repensar e reordenar, em termos piagetianos, o pensamento sociológico produzido no decorrer do tempo. O agir comunicativo orienta-se no sentido do respeito de normas subjetivamente válidas, pressupõe-se nele a base de validade do discurso; além disso, o agir comunicativo só pode ser racionalizado sob o aspecto prático-moral da capacidade de entender e de coordenar do sujeito de ação, bem como da possibilidade de justificação no que se refere à norma de ação (HABERMAS, 1999).

Para compreender o que compõe uma sociedade, Habermas (2012a) apresenta duas estruturas sociais que são consideradas antagônicas, o "Sistema" e o "Mundo da Vida". O sistema é reconhecido através dos processos econômicos, tais como o dinheiro e o capital; e os processos burocráticos, tais como o poder, que de alguma forma invade outros âmbitos da sociedade e contamina formas autônomas de vida (PINTO, 1995). O que são consideradas as lógicas de funcionamento econômico e burocrático invadem, e reproduzem-se, no interior das relações sociais causando uma transformação no universo de códigos emancipatórios de conduta que se tornam uma forma empobrecida e padronizada de relações, que assim valorizam a chamada monetarização e a burocratização, invadindo o mundo da vida (HABERMAS, 2012a).

Já o Mundo da Vida representa os espaços públicos e privados que são dominados pela família e pelas relações sociais, que são carregados de tradições culturais e de processos socializadores. Todo sujeito que age comunicativamente, busca um entendimento no chamado horizonte de um mundo da vida, que constitui-se de convicções subjacentes mais ou menos difusas e sempre isentas de problemas (HABERMAS, 2012a). Lima (2010) apresenta uma explicação do mundo da vida descrito por Habermas como sendo estruturado em três componentes básicos: O primeiro seria a Cultura, que apresenta uma reserva do conhecimento válido que é alimentada pela tensa relação entre os conteúdos da tradição e os da modernidade. O

segundo é a Sociedade, que contém as normas que regulam os processos comunicativos dos sujeitos de um grupo social. E o terceiro seria a Personalidade, que compreende um conjunto de motivações que incitam o indivíduo à ação e pode produzir uma identidade “tão sólida que permite dominar com pleno sentido de realidade às situações que surgem em seu mundo da vida” (HABERMAS, 1987b, p. 202, citado por LIMA, 2010, p. 177).

Toda sociedade cercada por uma teoria da comunicação está sujeita a limitações, que precisam ser levadas em conta; neste sentido, o alcance do conceito "mundo da vida" é limitado. Por isso, Habermas (2012b) propõe um conceito de sociedade que seja capaz de englobar o mundo da vida e o sistema; sendo isso possível por meio de uma teoria da evolução social que possa distinguir "entre a racionalização do mundo da vida e a intensificação da complexidade dos sistemas sociais" (p. 216), tornando assim palpável e analisável empiricamente a ligação que Durkheim estabeleceu "entre as formas de integração social e os níveis de diferenciação do sistema" (p. 217).

Durante o processo das relações intersubjetivas que são estabelecidas entre os sujeitos, as estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem por meio da continuação do saber válido da solidariedade dos grupos, ou seja, a ação comunicativa é considerada um processo de interpretação ao qual os participantes se referem a respeito de algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, todo esse processo ocorre simultaneamente (HABERMAS, 2012a). Essa ação comunicativa presente na comunidade real, junto com a justificação lógica de nosso pensamento também pressupõe o cumprimento de uma norma moral básica, ou seja, na comunidade de argumentação se pressupõe o mútuo reconhecimento de todos os participantes, como parceiros de discussão e também com direitos iguais (APEL, 1994).

Na sociedade humana, a linguagem pode ser definida como sistemas de sinais vocais, e também pode ser considerada o sistema de sinais mais importante, mas falar de linguagem só foi possível quando as expressões vocais tornaram-se capazes de se destacarem dos estados subjetivos imediatos (BERGER e LUCKMANN, 2012). O sujeito nasce apenas com uma predisposição para a sociabilidade, tornar-se membro de uma sociedade inicia-se com o processo de interiorização, ou seja, apreensão ou

interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido. Assim, somente após realizar certo grau de interiorização é que o indivíduo torna-se membro de uma sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2012).

Durante o processo de socialização do sujeito, assim como sua manutenção na sociedade, há que se considerar a linguagem, ou seja, a comunicação, a conversa entre os participantes desta sociedade como um veículo muito importante, talvez o principal. Toda comunicação surgida entre os membros de uma sociedade servem para que se possam estabelecer vínculos principalmente pautados na tentativa de compreender não apenas o que eu penso, e faço, mas também o que o outro pensa, e faz. A discussão sobre moralidade se estabelece neste universo de trocas de informações entre as pessoas.

2.4 Políticas de identidade e Identidade Política no processo de desenvolvimento esportivo

Partindo da compreensão do Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação proposto por Ciampa (2005), é possível compreender esta identidade como um processo que rompe com a dicotomia existente entre a chamada identidade pessoal e a identidade social, considerando-se então que toda identidade é social. Assim, o reconhecimento social possibilita ao sujeito estabelecer sua identidade como uma forma de se perceber como ser humano, por meio das identidades pressupostas pelo discurso social ou pela cultura (CIAMPA, 1987, citado por LIMA, 2010).

Em seu livro "A estória do Severino e a história da Severina", Ciampa (2009) apresenta a discussão de que determinadas políticas de identidade configuram determinadas identidades coletivas. A identidade é estabelecida, de certo modo, como o resultado das realizações de identificação da própria pessoa. Não se pode edificar a própria identidade sem considerar as identificações que os outros fazem da pessoa (HABERMAS, 1990a). A identidade coletiva de um grupo, ou de uma sociedade a que o sujeito pertence, assegura a continuidade e a re-conhecibilidade.

A estes processos de socialização, que propiciam a metamorfose dos sujeitos, dá-se o nome de políticas de identidade, que visam dar conta da formação de tais

identidades no seio de uma sociedade. O principal propósito disso seria garantir sua reprodução, ou seja, os chamados "processos através dos quais as identificações se realizam dentro de horizontes que implicam um determinado mundo social" (ALMEIDA, 2005, p. 130). Ciampa (2002) discute este conceito de políticas de identidade considerando-as não apenas como formas de luta e afirmação coletivas das minorias, mas é também composta pelos discursos e ações que são edificados pelos setores hegemônicos. Neste sentido, discutem-se estratégias de ação que possam traduzir a assunção de um personagem coletivo que seja correspondente às intenções do (ou dos) movimento a que os sujeitos pertencem, confirmando assim a adesão destes a determinados modelos identificatórios.

Neste momento surge no plano coletivo um personagem (CIAMPA, 2002), que se torna responsável pela articulação entre indivíduos quanto às suas diferenças, catalisando demandas individuais em reivindicações de toda uma categoria, provocando assim impacto no âmbito social (ALMEIDA, 2005). Há possibilidade de que as políticas de identidade inspirem o vigor e a energia de mudança, o que potencializa transformações no contexto social a partir das ações e das reivindicações coletivas que foram assumidas pelos chamados grupos oprimidos. Estes, por sua vez, buscam a equilibrção das assimetrias de poder, construindo novos espaços de discussão e também novas práticas políticas emancipatórias (CIAMPA, 2002). As políticas de identidade podem servir para formação e manutenção da chamada identidade coletiva e podem ser de duas formas: emancipatórias, ou regulatórias (LIMA, 2010).

Uma política de identidade emancipatória ocorre quando ela é capaz de ampliar a possibilidade de existência do sujeito na sociedade, o que lhe garante direitos; já o aspecto regulador, ocorre quando esta política de identidade cria regras normativas, que muitas vezes impedem o sujeito de realizar sua diferenciação, dando sentido ao que se conhece por estigma, descrito por Goffman (1988) quando se refere a um atributo depreciativo, mas que em alguma medida é preciso, ou seja, é uma linguagem de relações e não de atributos; neste sentido, uma característica que estigmatiza um sujeito pode confirmar a normalidade de outro, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.

A tipificação das formas de ação requer que estas contenham um sentido objetivo, que exige por conseguinte uma objetivação linguística (BERGER e LUCKMANN, 2012). Quando estas objetivações se acumulam, estigmatizando o sujeito, um setor inteiro da autoconsciência estrutura-se em termos destas objetivações. É o que acontece no contexto esportivo, em que as diferentes modalidades "sofrem" com as características que identificam seus praticantes, o jogador de futebol que é "burro" por não estudar, os atletas de artes marciais que são agressivos e podem espancar qualquer pessoa na rua, entre outros exemplos presentes no cotidiano esportivo. Por conseguinte, as políticas de identidade obedecem a razões político-estratégicas de determinados atores sociais (ALMEIDA, 2005).

Por outro lado, o conceito de identidade política permite compreender o processo de metamorfose que ocorre nos grupos sociais, levando-os a serem enxergados como espaços democráticos que se metamorfoseiam na medida em que os interesses individuais mobilizam os interesses grupais (LIMA, 2010). Estas identidades políticas, consideradas por Ciampa (2002) como a produção de identidades pós-convencionais, podem ser impedidas de ocorrer devido a interiorização a-crítica de normas, ou seja, pela heteronomia, e/ou por uma ação externa que dificulte a realização de projetos emancipatórios. Este impedimento muitas vezes ocorre de forma violenta, por meio de coerção, imposição ou ameaças.

A identidade política surge, desta maneira, quando os sujeitos que pertencem a uma sociedade criam uma concepção de identidade para si próprios. Em um primeiro momento, estes sujeitos podem se valer de políticas de identidade para fazer valer seus direitos, ou seja, políticas regulatórias que de alguma forma visam cristalizar os papéis e lugares sociais (ALMEIDA, 2005), podendo até ser considerado alienado, pois se ajustou ao que está instituído. No segundo momento, estes sujeitos podem encontrar novas possibilidades de reconhecimento, ou como diz Ciampa (2002), o sujeito tornar-se um sujeito privado, que neste sentido pode assumir os papéis de um membro da sociedade civil, do Estado e do mundo, no sentido emancipatório.

A identidade política pode funcionar como um antagonista das dominâncias das políticas de identidade durante o processo de construção da identidade. Ciampa (2002) considera que a identidade política envolve elementos que promovam a igualdade

como associação à motivações, ideias e grupos proporcionando o reconhecimento e apoio ao processo de metamorfose e enfrentamento à opressão; e também que esta promova diferença pela identificação a uma identidade coletiva em oposição a outras possibilidades. Há então uma integração, não uma incorporação do que se considera a identidade coletiva (LIMA, 2010).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Estudo 1

Protocolo e Registro
Critério de Elegibilidade
Bases de Informação
Buscas
Seleção dos estudos
Qualidade dos Estudos
Extração dos dados
Análise dos dados

Estudo 2

Sujeitos
Instrumentos
Procedimentos
Análise dos dados

Estudo 3

Sujeito
Instrumentos
Procedimentos
Análise dos Dados

3 METODOLOGIA

Como a tese está dividida em 3 estudos, independentes metodologicamente mas complementares no sentido da compreensão do assunto tratado, a metodologia será apresentada em 3 etapas.

3.1 Estudo 1

A metodologia descrita a seguir relaciona-se ao objetivo 1 deste estudo: revisar sistematicamente as pesquisas realizadas sobre moral no contexto esportivo para verificar o estado dos estudos sobre moral no esporte, quanto às metodologias empregadas, variáveis associadas e referenciais teóricos utilizados.

3.1.1 Protocolo e Registro

Como etapa inicial deste estudo foi realizada a descrição de acordo com as diretrizes *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses* (PRISMA) *Statement* (MOHER et al, 2009), e a mesma está registrada na base Prospero (*International Prospective Register of Systematic Reviews*) (PROSPERO).

3.1.2 Critério de Elegibilidade

Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão de estudos para a realização desta revisão sistemática. Os critérios de inclusão foram: a) estudos realizados com amostras de atletas; b) estudos sobre moral ou modelos teóricos que explicassem o conceito de moral. Já os critérios de exclusão foram: a) artigos que foram publicados em idiomas que não o inglês, português, espanhol ou francês, artigos em idiomas que não os listados foram traduzidos por um especialista, e em casos de ausência deste, foram excluídos; b) revisão de literatura, artigos de opinião ou cartas de editores; c) artigos que não foram publicados em periódicos com revisão por pares.

3.1.3 Bases de Informação

A busca pelos artigos foi realizada nas seguintes bases eletrônicas: Embase, PsycINFO, Pubmed, ScienceDirect, SportDiscus, Web of Science, Lilacs e Scielo. Os artigos selecionados compreendiam todos os apresentados nas buscas, desde o início da base até Agosto de 2014, no entanto, não foram utilizados limites de data ou idioma no momento da realização das buscas. Além disso, foram conduzidas manualmente as análises de referências e citação nos artigos que foram incluídos na pesquisa inicial, utilizando Google Acadêmico, e também foi solicitado a *experts* da área, via e-mail, fontes de informação.

3.1.4 Buscas

Os descritores utilizados na busca inicial foram: *Moral, Morality, Moral Development, Moral Judgment, Moral Theory, Moral Treatment, Moral Obligations, Sport, Athlete, Athletic, Athletic Performance, Exercise* e sinônimos associados. Sem filtros para idioma e tempo, a busca completa utilizada na base Pubmed está no Apêndice 1, sendo que os operadores booleanos AND, OR e NOT foram utilizados na construção das estratégias de busca nas diferentes bases de dados já citadas.

3.1.5 Seleção dos estudos

Após a busca pelos artigos, os títulos e resumos foram avaliados independentemente por 2 revisores (LPO, JRNV). Caso os resumos não oferecessem informações suficientes para definir sua elegibilidade, foram separados para análise do texto completo. Todos os casos discordantes foram resolvidos por consenso ou, caso a discordância permanecesse, um terceiro revisor (JRNJ) emitiu sua opinião.

3.1.6 Qualidade dos Estudos

Todo o processo de avaliação da qualidade dos estudos foi realizado seguindo

padrões presentes na literatura científica. Cada estudo foi classificado de acordo com itens adaptados de Bennett et al, (2010), para surveys, e Joanna Briggs Institute - *Qualitative Assessment tool and Review for qualitative studies* (The Joanna Brings Institute, 2013), para os estudos qualitativos. Para as surveys, foram avaliados os seguintes itens: justificativa da questão do estudo, questão do estudo explícita, objetivos descritos com clareza, análise dos dados descrita seguindo métodos adequados, metodologia empregada na administração do questionário, local e data do mesmo, possibilidade de replicação do estudo seguindo os métodos descritos, evidência de confiabilidade, evidência de validade, método utilizado na verificação e entrada dos dados, uso de codificação, características da amostra (cálculo do tamanho, método de seleção, descrição da população e amostra), características do questionário (descrição, descrição do desenvolvimento, pré-teste, confiabilidade, validade, método de pontuação), consentimento dos sujeitos, aprovação ética da pesquisa e evidência de tratamento dos sujeitos seguindo padrões éticos.

Já para os estudos qualitativos, foram analisadas principalmente as características de congruência entre: perspectiva filosófica indicada e metodologia, metodologia da pesquisa e da questão de pesquisa ou objetivos, metodologia de pesquisa e os métodos utilizados para a coleta de dados, metodologia da pesquisa e da representação e análise dos dados, metodologia e a interpretação dos resultados; além da declaração que localize o pesquisador cultural ou teoricamente, influência do pesquisador na pesquisa, e vice-versa, representação dos participantes, e de suas vozes, investigação ética de acordo com os critérios atuais, ou, para estudos recentes, se haviam evidências de aprovação ética por um órgão adequado, as conclusões foram tiradas dos relatórios de pesquisa a partir da análise, ou interpretação dos dados.

Considerando-se a qualidade dos estudos, nenhum foi excluído por esta razão, visto que estudos prévios indicam a não exclusão por questões de qualidade. A possibilidade de não exclusão é apontada no *Supplementary Guidance for Inclusion of Qualitative Research in Cochrane Systematic Reviews of Interventions* (SANDELOWSKI et al., 2007), permitindo assim que temas considerados potencialmente importantes continuem incluídos, no entanto, é necessário se explicar o potencial risco de viés no processo de análise.

3.1.7 Extração dos dados

As informações foram extraídas dos artigos de forma independente, por quatro revisores (LPO, JRNV, JRNJ, CRM), em duplas. As discordâncias foram resolvidas por um quinto revisor (LFV). Nesta etapa foram coletadas características gerais dos estudos, tais como: local de realização, população alvo, metodologia utilizada, instrumentos de coleta dos dados, referencial teórico para o tema moral, métodos de análise dos dados. Procurou-se identificar ainda variáveis associadas à moral e a direção dessa associação.

3.1.8 Análise dos dados

Para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, com o objetivo de identificar temas comuns a cada item da extração dos dados. Foi realizada uma metassummarização que consiste em uma abordagem orientada para agregação quantitativa da síntese de pesquisas qualitativas e pesquisas de opinião (*surveys*). Este tipo de método aplica uma extração, agrupamento e formatação dos resultados, além do cálculo de frequência e intensidade do tamanho do efeito.

Codificação bibliográfica dos estudos incluídos. No início da análise, cada estudo recebeu um código numérico bibliográfico que diz respeito a quantidade de amostras independentes presentes em cada estudo. Assim, estudos com amostras independentes tiveram mais de uma codificação, respeitando as características individuais de cada grupo populacional. Por outro lado, quando uma mesma amostra foi publicada em diferentes artigos, estes receberam a mesma codificação.

Variáveis associadas à moral ou conceitos correlatos. Tabelas de sumarização foram criadas com base nas características metodológicas dos estudos incluídos e para as variáveis associadas (Tabela 1 e 2). Para a confecção das tabelas de sumarização conduzimos os seguintes passos: (a) selecionamos e classificamos as variáveis associadas em cada estudo. Nesse caso, como proposto em literaturas mais recentes, agrupamos as variáveis em temas emergentes unindo aquelas com menos de 3

amostras independentes (PARK et al, 2014). Para estudos que reportavam mais de uma variável associada ao conceito de moral ou correlatos, categorização independentes foram criadas para cada variável. (b) a direção foi sumarizada a partir dos resultados de cada estudo incluído. Cada resultado foi analisado individualmente gerando os indicadores de associação positiva (+), negativa (-), não significativa (0) ou indeterminada (?). (c) Na fase final da análise, calculamos o tamanho de efeito de cada variável associada a partir da proporção de amostras dando suporte para determinada direção de associação. A nomenclatura utilizada indicava de 0 a 33% nenhuma associação (não significativa), 34 a 59% indeterminada ou inconsistente e 60 a 100% positiva ou negativa.

As categorizações foram determinadas de forma independente pelos revisores e validadas de forma cruzada em reuniões presenciais. Os cálculos finais de proporção e sumarização das tabelas foram verificadas por cada revisor e discutidas em reuniões coletivas.

3.2 Estudo 2

A metodologia descrita a seguir, relaciona-se ao objetivo 2 deste estudo: propor um Modelo Explicativo de Moral no esporte, verificando a percepção de autonomia e sua influência no comportamento pró e antisocial nos atletas, mediados pela orientação esportiva. Este modelo será testado a partir da definição de Kohlberg (1964) sobre a competência moral: "a capacidade de tomar decisões e emitir juízos morais (baseados em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos" (p. 425). A Figura 1 demonstra o modelo das relações hipotético-preditivas a serem testadas.

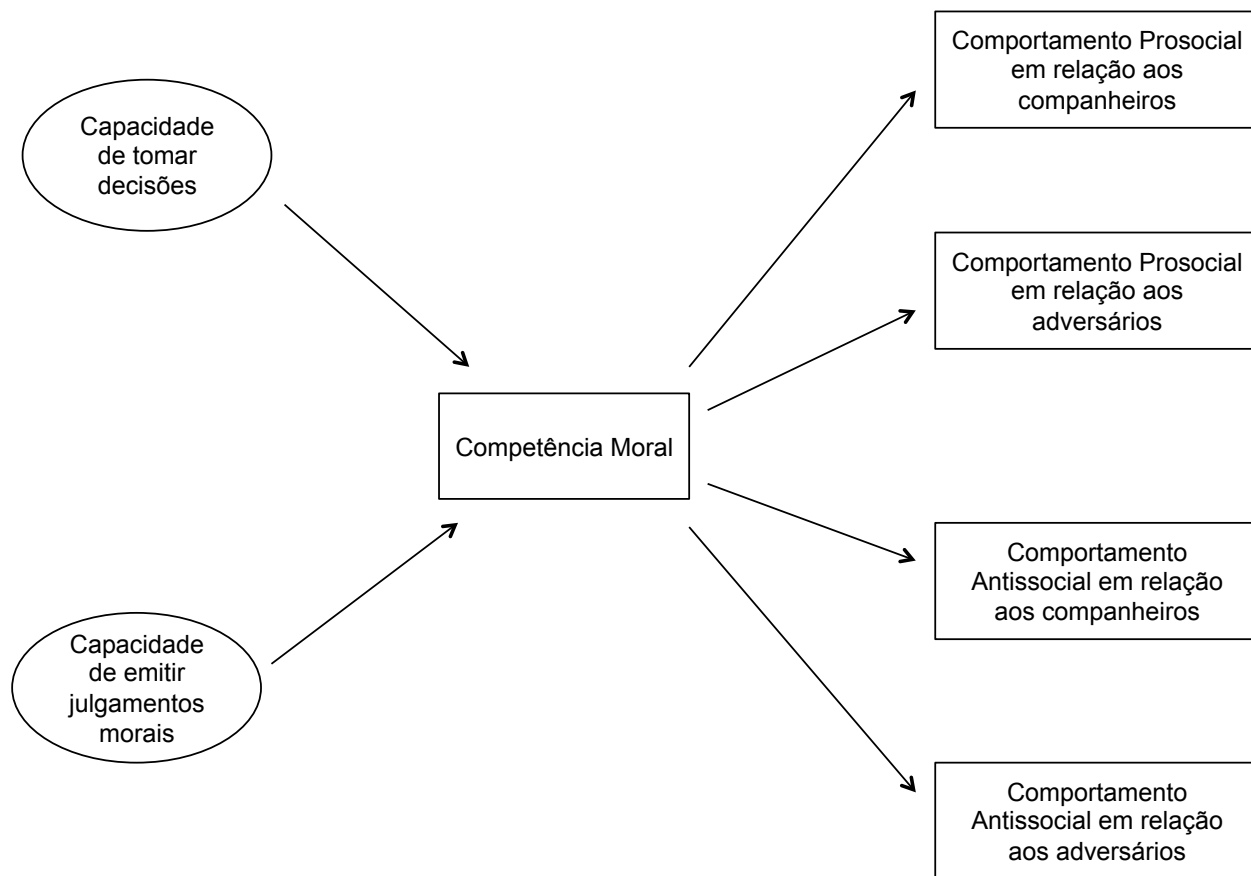


Figura 1. Modelo Hipotético: impacto da competência moral no comportamento do atleta.

O desenvolvimento deste Modelo Hipotético ocorreu a partir da compreensão do conceito de competência moral. Sendo assim, optou-se por selecionar alguns instrumentos de medidas psicológicas que pudessem abranger todas as características deste conceito, no caso a própria Competência Moral, a Capacidade de Tomar Decisões, a Capacidade de Emitir Julgamentos Morais, e a Capacidade de Agir com relação a estes julgamentos. Estes instrumentos são descritos em etapas seguintes.

A Capacidade de Tomar Decisões foi avaliada a partir de um instrumento que nos fornece a dimensão Autonomia (AUT), descrita como a capacidade do sujeito de ponderar os atos a partir de seus próprios critérios. A Capacidade de Emitir Julgamentos Morais foi avaliada a partir de uma variável latente chamada de Orientação para a Prática Esportiva (OR) que corresponde à capacidade do atleta em emitir seus julgamentos em relação às situações específicas do contexto esportivo que dizem respeito às regras e relacionamentos com companheiros de equipe e adversários. Já a capacidade de agir com relação a estes julgamentos foi avaliada pelas dimensões

Comportamentos Pró e Antisocial (PRO, ANTI) direcionados aos companheiros de equipe e adversários esportivos, comportamentos estes que podem colaborar ou prejudicar cada um dos envolvidos no processo. Para finalizar, o conceito de Competência Moral (CM) foi utilizado como variável mediadora do Modelo.

Este estudo classifica-se como uma pesquisa quantitativa, sendo que o Modelo de Equações Estruturais (MEE) é um método estatístico multivariado avançado que permite testar de forma empírica modelos teóricos complexos. Mais especificamente, a partir de um modelo teórico, o pesquisador será capaz de testar, graças ao MEE, como um conjunto de variáveis definem os construtos ou conceitos, e como estas variáveis e conceitos se relacionam entre si (CORBIÈRE e LARIVIÈRE, 2014).

3.2.1 Sujeitos

Fizeram parte deste estudo 180 atletas de diversas modalidades esportivas que tenham participado de competições nacionais e/ou internacionais ao longo de sua carreira. Algumas equipes foram contactadas para solicitar a participação dos atletas na pesquisa. Os esportes abordados foram: basquete, volei, jiu jitsu, muay thai, taekwondo, natação, handebol, basebol.

3.2.2 Instrumentos

Escala de Satisfação de Necessidades Básicas no Esporte (*Basic Needs Satisfaction in Sport Scale-BNSSS*, NG et al., 2011). Instrumento validado para o Brasil por Nascimento Junior (in press) que avalia as percepções do atleta sobre sua competência, autonomia e relacionamento no contexto esportivo. É composto por 15 itens distribuídos em 3 dimensões: a) Competência (itens 5, 6, 7 e 10); b) Autonomia (itens 1, 2, 3, 8, e 9); e c) Relacionamento (itens 4, 11 e 12). Os sujeitos devem responder o instrumento em uma escala tipo Likert de 7 pontos, que varia num *continuum* que vai de "Não é totalmente verdade" (1) a "Totalmente verdade" (7). Cada dimensão é avaliada de acordo com a média das respostas aos itens que a compõem; sendo que, valores mais elevados nas dimensões significam maior satisfação das

necessidades psicológicas básicas avaliadas (Anexo 1). Deste Instrumento será utilizada apenas a dimensão Autonomia (AUT) que correspondente à "Capacidade de Tomar Decisões" do modelo.

Escala Multidimensional de Orientação Esportiva (*Multidimensional Sportspersonship Orientation Scale-MSOS*, VALLERAND et al., 1997). Este instrumento está em processo de validação para o Brasil concomitantemente à realização desta pesquisa. O mesmo avalia a orientação dos atletas à questões relativas ao esporte. É composto por 25 itens em escala tipo Likert de 5 pontos (1 = "Não corresponde exatamente a mim"; 5 = "Corresponde exatamente a mim"), divididos em 5 dimensões: a) Respeito por convenções sociais no esporte (itens 1, 6, 11, 16 e 21); b) Respeito pelas regras e juízes (itens 2, 7, 12, 17 e 22); c) Respeito pelo comprometimento direcionado à participação esportiva (itens 3, 8, 13, 18 e 23); d) Respeito pelo adversário (itens 4, 9, 14, 19 e 24); e) Abordagem negativa direcionada à prática esportiva (itens 5, 10, 15, 20 e 25) (Anexo 2). Cada dimensão é avaliada de acordo com a média das respostas aos itens que a compõem. A partir das dimensões consideradas positivas (a, b, c, d) estabeleceu-se uma variável latente chamada de Orientação para a prática Esportiva (OR) que foi utilizada para avaliar o item correspondente à "Capacidade de Emitir Julgamentos Morais " do modelo.

Escala de Comportamento Prosocial e Antisocial no Esporte (*Prosocial and Antisocial Behavior in Sport Scale-PABSS*, KAVUSSANU e BOARDLEY, 2009). Este instrumento está em processo de validação para o Brasil concomitantemente à realização desta pesquisa. É composto por 20 itens que avaliam os comportamentos pró e anti sociais no esporte, que são respondidos em uma escala tipo Likert de 5 pontos que varia de 1 (Nunca) a 5 (Muito Frequentemente), divididos em 4 dimensões: a) Comportamento Prosocial direcionado aos companheiros de equipe (itens 1, 8, 12 e 15); b) Comportamento Prosocial direcionado aos adversários (itens 4, 6 e 10); c) Comportamento Antisocial direcionado aos companheiros de equipe (itens 3, 7, 11, 14 e 18); d) Comportamento Antisocial direcionado aos adversários (itens 2, 5, 9, 13, 16, 17, 19 e 20). Cada dimensão é avaliada de acordo com a média das respostas aos itens que a compõem; sendo que, valores mais elevados nas dimensões significam maior frequência dos comportamentos correspondentes (Anexo 3). A partir destas dimensões

foram criadas duas variáveis latentes, uma correspondente ao Comportamento Prosocial (PRO) e uma ao Comportamento Antisocial (ANTI) que serão utilizadas para avaliar a “capacidade de agir de acordo com os julgamentos morais”.

Teste de Competência Moral (*Moral Competence Test-extended version-MCT_xt*), desenvolvido por Lind na década de 1970, adaptado para 40 idiomas (LIND, 2014), validada para o Brasil por Bataglia (2010), e atualizado por Bereta (2014). O MCT_tx é composto por 3 dilemas morais que representam situações controversas: 1) Dilema dos Operários; 2) Dilema do Médico; 3) Dilema do Juiz. Para cada um dos dilemas, os sujeitos são levados a responder algumas questões: A) *Você discorda ou concorda com o comportamento dos protagonistas* (operários; médico; juiz)? Respondido em uma escala que vai de -3 (Forte Discordância) a 3 (Forte Concordância); B) Encontram-se 6 argumentos "A Favor" da atitude dos protagonistas, para cada argumento o sujeito deve responder em uma escala que vai de -4 (Rejeito fortemente este argumento) a 4 (Aceito fortemente este argumento) o quanto ele aceita este argumento a partir da pergunta *Você considera estas justificativas aceitáveis?*; C) Encontram-se 6 argumentos "Contra" a atitude dos protagonistas, para cada argumento o sujeito deve responder em uma escala que vai de -4 (Rejeito fortemente este argumento) a 4 (Aceito fortemente este argumento) o quanto ele aceita este argumento a partir da pergunta *Você considera estas justificativas aceitáveis?* A avaliação das respostas gera um C-score que reflete a capacidade do sujeito em julgar os argumentos de acordo com sua competência moral; este C-score varia de 1 a 100 que indica o percentual de variação do total das respostas dadas. Cohen (1988) classificou o C-score em: baixo (1 a 9 pontos), médio (10 a 29 pontos), muito alto (acima de 50 pontos) (LIND, 1999) (Anexo 4). Este instrumento foi utilizado para avaliar o item correspondente à "Competência Moral" (CM) do modelo.

3.2.3 Procedimentos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos do Centro Universitário Cesumar-UniCesumar sob o parecer n° 1.009.268 (Anexo 5). Todos os atletas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE) no ato da participação desta pesquisa, autorizando a utilização dos dados para fins acadêmicos/científicos (Apêndice 2).

3.2.4 Análise dos dados

A verificação do modelo foi realizada por meio do Modelo de Equações Estruturais – MEE (*Structural Equation Modeling* – SEM), mais especificamente Análise de Trajetórias (*Path Analysis*). O MEE foi escolhido por alguns motivos: 1) permite realizar uma série de análises de regressão múltipla; 2) permite testar modelos globalmente ao invés de apenas coeficientes individuais; 3) permite testar modelos com variáveis mediadoras (BYRNE, 2010). Neste sentido, o MEE foi utilizado para testar as hipóteses descritas pelo modelo conceitual (Figura 1). A qualidade de ajustamento do modelo estrutural foi avaliada através da significância dos efeitos diretos, indiretos e totais por meio dos testes χ^2 conforme proposto por Marôco (2010). As análises estatísticas foram realizadas com o auxílio do programa linguagem R (R-Project) versão 3.0.2, e consideramos estatisticamente significativos os efeitos com $p < 0,05$.

3.3 Estudo 3

A metodologia descrita a seguir, relaciona-se ao objetivo 3 deste estudo: analisar a influência do esporte sobre o desenvolvimento moral e a busca da autonomia de um atleta na condição da liberdade moral e política. Este estudo classifica-se como uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da análise de história de vida do sujeito, visando apreender as articulações entre a história individual e a história coletiva do mesmo (CORBIÈRE e LARIVIÈRE, 2014).

3.3.1 Sujeito

A escolha do sujeito deste estudo ocorreu após a realização da análise dos dados do Estudo 2. A escolha de um sujeito de pesquisa considerado emblemático é uma tarefa complexa, que exige algum esforço teórico e empírico. Ciampa (2009)

apresenta a necessidade de que neste tipo de escolha, preze-se pelo fato de o discurso do sujeito ter uma característica de que "o singular materializa o universal na unidade do particular" (p. 221). Já Antunes (2012) descreve o sujeito emblemático como alguém que é escolhido após uma interpretação consubstanciada, por parte do pesquisador, sobre a sua capacidade de expressar ou encarnar uma tendência a qual se queira abordar, tornando viável e relevante a discussão temática.

Neste estudo, a escolha do sujeito emblemático ocorreu a partir de alguns passos. Passo 1: Foram analisados os resultados dos sujeitos para o Teste de Competência Moral realizado no Estudo 2, que tem por objetivo medir as ideias ou atitudes morais do sujeito frente ao raciocínio moral proposto por Kohlberg (1981). A partir destes resultados, foram escolhidos os sujeitos com pontuação mais alta (COHEN, 1988) para se realizar uma segunda etapa de triagem. Passo 2: Foi construído um Dilema Moral no Esporte, com o objetivo de verificar quem destes sujeitos puderam ser classificados no estágio Pós-Convencional proposto por Kohlberg (1981).

As respostas dos sujeitos ao Dilema foram importantes pois estavam livres para analisar a situação, sem a imposição de respostas pré-estabelecidas como nos outros instrumentos de medida utilizados, procedendo-se então às análises das respostas dos sujeitos. Passo 3: Terminadas as análises precedentes, o sujeito que apresentou uma argumentação mais adequada ao que se compreende como uma competência moral voltada para a autonomia, em busca de sua liberdade moral e política (HABERMAS, 1990a) foi selecionado e convidado a participar do Estudo 3, com o objetivo de analisar sua história de vida e as etapas percorridas até o momento presente.

3.3.2 Instrumentos

Dilema Moral no Esporte. Foi construído um dilema moral específico para o esporte, com o intuito de investigar como os atletas avaliam uma situação específica do contexto esportivo, uma situação geral que pode ocorrer em qualquer modalidade esportiva. Para se elaborar o dilema moral, foram utilizadas as instruções fornecidas por Lind (2007). Assim, as indicações são: 1) deve lidar com a história de uma pessoa

fictícia que é muito provável que exista no real; ele/ela deve ter um nome; 2) deve ficar claro desde o início que há uma dificuldade pela frente (título da história; primeira frase); 3) deve conter uma clara decisão sob uma pressão de tempo; uma evasão da decisão ou adiá-lo não deve ser uma opção; 4) deve ser curta e de fácil compreensão (sem linguagem muito técnica); 5) deve apelar para as pessoas com elevados ideais morais (estágios 5 e 6 de Kohlberg), mas também para as pessoas com ideais mais baixos; 6) deve apelar igualmente às pessoas que concordam com a decisão do protagonista como para as pessoas que discordam.

No final do dilema, o sujeito respondeu livremente a 3 questões: Questão 1, "Você discorda ou concorda com o comportamento do atleta?"; Questão 2, "Suponha que o atleta tenha realizado o tratamento, qual seria a justificativa mais aceitável nesta situação?"; Questão 3, "Suponha que o atleta não tenha realizado o tratamento, qual seria a justificativa mais aceitável nesta situação?" (Apêndice 3). As respostas foram analisadas e os sujeitos classificados de acordo com os 6 estágios de desenvolvimento moral propostos por Kohlberg, esta classificação foi realizada por meio do programa estatístico Linguagem R (R-Project), versão 3.0.2. Especificamente foi utilizado um dicionário de palavras (desenvolvido pelo próprio pesquisador) referente a cada estágio do desenvolvimento moral.

Após a escolha do sujeito, os dados deste estudo foram obtidos por meio da Narrativa de história de vida. Esta narrativa e outros tipos de metodologias que focam em uma descrição biográfica são comuns nas pesquisas em Psicologia Social (CIAMPA, 2009) e Psicologia do Esporte (DUARTE e CULVER, 2014). Atkinson (1998) descreve a narrativa de história de vida como, a história que um indivíduo escolhe para contar sobre a vida que tem vivido, narrada da forma mais completa e honestamente possível, o que é lembrado por ele e o que ele quer que os outros saibam sobre esta vida. O viés intrínseco envolvido neste tipo de pesquisa deve ser observado, pois não se trata apenas do que o narrador escolhe dizer, mas também o que os pesquisadores escolhem como partes importantes para serem retratadas.

Importante ressaltar alguns pontos que foram respeitados durante a entrevista, tais como a mínima interferência do pesquisador, e a capacidade de ouvir e de estimular algumas lembranças sem interferir na fala do sujeito. O uso deste tipo de

metodologia permite ao sujeito explorar livremente os significados dos eventos vividos e as interações com os outros, sendo assim, importante definir uma questão que irá nortear todo o relato do sujeito, com intervenções mínimas do entrevistador, somente quando necessário, para que o sujeito se sinta à vontade durante a narrativa. Nesta pesquisa a indicação que norteou a narrativa do sujeito foi: "Conte-me como você chegou até aqui, sua história de vida".

3.3.3 Procedimentos

Todos os procedimentos éticos para a realização deste Estudo 3 estão descritos no item 3.2.3 desta Tese.

Para a coleta das informações, o pesquisador utilizou-se de um gravador para que as informações fornecidas pelo sujeito de pesquisa fossem transcritas na íntegra, sendo assim possível uma análise mais detalhada sobre o processo de desenvolvimento pessoal e esportivo.

3.3.4 Análise dos Dados

Os dados foram analisados a partir do referencial teórico do Sintagma Identidade-Metamorfose-Emancipação (CIAMPA, 2009) que aborda a identidade do sujeito como um processo contínuo de metamorfoses orientadas para a emancipação, para a busca de projetos de vida que o levem a uma condição de autonomia frente ao sistema. Neste estudo, o objetivo foi analisar a história de vida a partir do Sintagma, mas com foco voltado para a compreensão de como o esporte pode ser um potencializador da competência moral do sujeito, traçando-se um paralelo entre a busca de autonomia e o desenvolvimento moral. A questão da moral foi analisada a partir da Teoria da Ação Comunicativa desenvolvida por Habermas (2012ab).

Esta etapa de análise dos dados foi realizada com o auxílio do programa computacional ATLAS TI 5.2, destinado a análise de dados qualitativos. Esta opção se dá, não com o intuito de automatizar o processo de análise, mas sim, simplificar o

gerenciamento das informações fornecidas pelo sujeito em questão, codificando-as de forma a auxiliar a interpretação do pesquisador (MUHR, 2004).

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados e discussões referentes ao Estudo 1

Resultados e discussões referentes ao Estudo 2

Resultados e discussões referentes ao Estudo 3

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos objetivos estabelecidos no início desta tese, serão apresentados neste momento os resultados referentes a cada um dos estudos propostos. Os resultados e discussões serão apresentados para cada estudo individualmente, no entanto, seguirão uma linha de raciocínio que contempla a ideia geral do estudo

4.1 Resultados e discussões referentes ao Estudo 1

Com base nas estratégias de busca, um total de 8122 referências foram identificadas como possíveis de serem incluídas no estudo. De acordo com a Figura 2, após a revisão destas referências com os critérios de elegibilidade pré-definidos, 113 artigos foram incluídos para análise completa e extração dos dados.

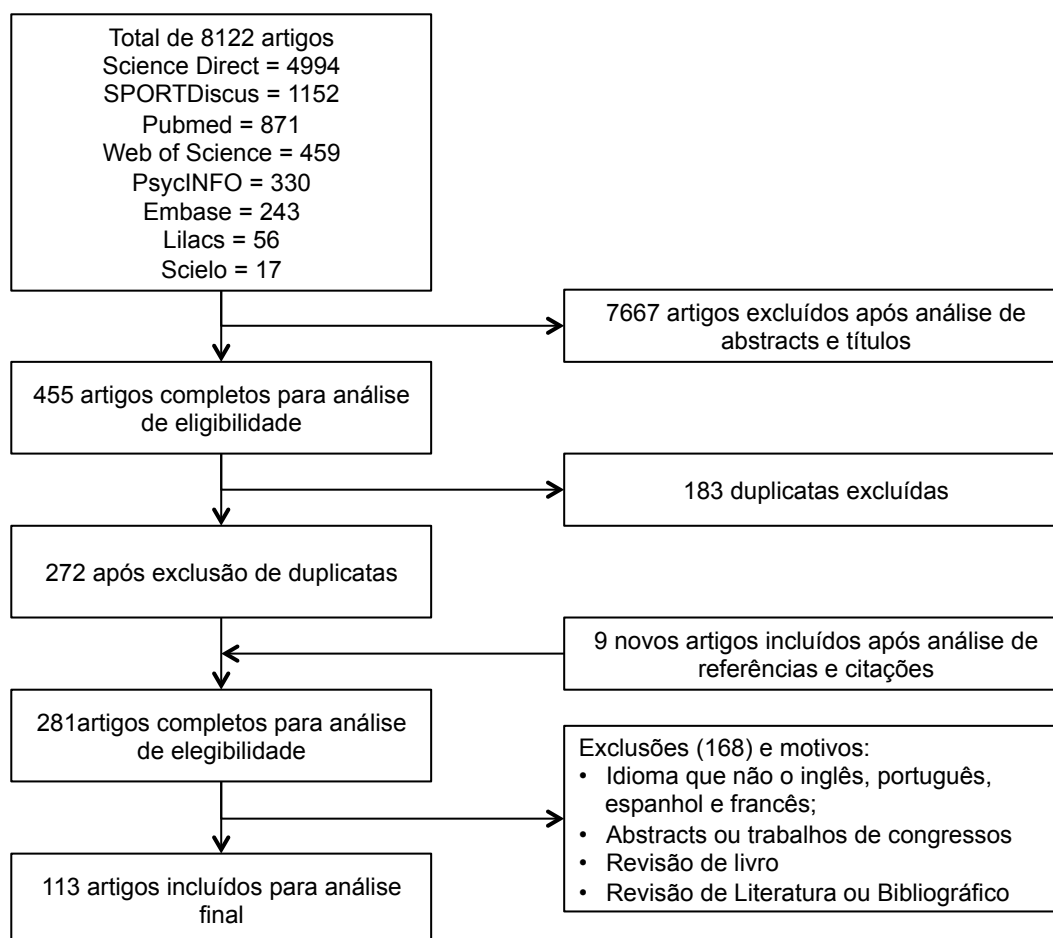


Figura 2. Diagrama do fluxo do estudo

4.1.1 Métodos de pesquisa

De acordo com estes resultados (Tabela 1), os estudos foram conduzidos a partir de métodos qualitativos (9,7%), quantitativos (83,2%), mistos (6,2%) e experimentais (0,9%) para investigarem as características de moral presentes em atletas. Quanto à coleta dos dados, os autores das pesquisas qualitativas utilizaram predominantemente entrevistas semiestruturadas (83,4%), compostas por perguntas ou dilemas morais, além de questionários (8,3%) e autoetnografia (8,3%). Nas pesquisas quantitativas, os autores utilizaram-se de entrevistas contendo dilemas morais (4,3%), questionários (*survey*) (10,6%) e principalmente escalas psicométricas estandardizadas (85,1%). Já as pesquisas com característica metodológica mista, utilizaram-se de uma combinação de entrevistas, questionários e escalas psicométricas.

Em relação às escalas psicométricas mais utilizadas, a que se destacou foi a *Prosocial and Antisocial Behaviour in Sport Scale-PABSS* (KAVUSSANU & BOARDLEY, 2009), sendo utilizada em sua versão completa ou apenas alguns itens, de acordo com cada objetivo estabelecido nos estudos. Outros dois instrumentos também se destacaram, foi o caso da *Moral Disengagement in Sport Scale-Short* (BOARDLEY & KAVUSSANU, 2008) e da *Perception of Success Questionnaire-POSQ* (ROBERTS & BALAGUE, 1991), principalmente em sua versão atualizada (ROBERTS, TREASURE, & BALAGUE, 1998).

4.1.2 Características da amostra

De acordo com os dados coletados junto às pesquisas, o número total de participantes foi de 46429, bem como, o número de sujeitos das amostras variou de 1 a 3387 (Tabela 1). Com relação às características mais específicas dos sujeitos, os pesquisadores optaram por diversas categorias, tais como: atletas que disputavam competições universitárias e escolares, atletas amadores e profissionais, e pesquisas que apresentavam grupos distintos, com o objetivo de comparar os mesmos; além disso, os sujeitos eram dos sexos masculino e feminino. A quantidade de sujeitos nas

pesquisas apresentou variabilidade; estudos com menos de 50 sujeitos somaram um total de 13, e são em sua maioria (61,5%) estudos qualitativos; os estudos com quantidade de sujeitos variando entre 51 e 200 somam 27; por outro lado, 49 estudos apresentaram quantidade de sujeitos entre 201 e 500, e 24 estudos tiveram amostras que ultrapassavam a quantidade de 500 sujeitos, e todos se caracterizam como pesquisa quantitativas ou mistas. Com relação ao sexo dos participantes, apenas 5 estudos tiveram sujeitos somente do sexo feminino, 26 estudos tiveram sujeitos somente do sexo masculino, 79 estudos com sujeitos de ambos os sexos, e 3 estudos não apresentaram com clareza esta característica da amostra.

Tabela 1. Delineamentos de pesquisa e características das amostras.

Características dos Estudos	Número de referência	Amostras
Desenho		
Quantitativo	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 112	94
Qualitativo	2, 22, 25, 50, 53, 67, 77, 102, 106, 107, 113	11
Misto	11, 14, 24, 45, 51, 79, 109	07
Experimental	58	01
Coleta de Dados		
Escala	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 52, 54, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 105, 108, 110, 112	74
Entrevista semiestruturada	2, 12, 13, 14, 15, 22, 30, 50, 53, 77, 102, 106, 107	13
Questionários	25, 26, 35, 36, 48, 49, 57, 67, 92, 99, 101, 111	13
Misto	11, 18, 24, 43, 45, 47, 51, 58, 78, 79, 89, 109	12
Autoetnografia	113	01
Tamanho da Amostra		
1-50	12, 22, 30, 45, 50, 53, 58, 77, 102, 106, 107, 109, 113	13
51-200	2, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 25, 32, 36, 41, 42, 47, 48, 49, 61, 63, 67, 70, 74, 78, 81, 86, 89, 94, 101, 112	27
201-500	1, 5, 6, 8, 9, 10, 17, 18, 19, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 37, 40, 43, 44, 60, 62, 64, 66, 69, 71, 72, 76, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 108	49
> 500	3, 4, 7, 23, 35, 38, 39, 46, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 65, 68, 73, 75, 92, 103, 105, 110, 111	24
Gênero		
Feminino	30, 36, 67, 99, 113	05

Masculino	2, 5, 8, 10, 19, 29, 37, 43, 53, 58, 66, 77, 78, 81, 82, 83, 90, 95, 96, 97, 100, 101, 106, 107, 109, 112	26
Combinado	1, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 102, 103, 104, 105, 108, 110, 111	79
Não identificado	49, 63, 74	03
Sujeitos		
Atletas Universitários/ Colegiais	4, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 48, 54, 55, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 79, 85, 86, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 108, 109, 110, 111	48
Atletas Amadores/ Clubes/ Competições regionais	5, 6, 8, 10, 11, 16, 19, 28, 29, 32, 34, 36, 43, 44, 45, 47, 56, 59, 65, 66, 75, 78, 81, 82, 83, 84, 88, 98, 99, 100, 102, 106, 107	33
Atletas-várias categorias	3, 31, 33, 51, 52, 57, 60, 61, 76, 87, 90, 94, 112	13
Atletas de Elite	22, 35, 49, 53, 101, 103, 104, 105	08
Atletas Profissionais	1, 2, 18, 30, 50, 113	06
Profissionais não atletas	74, 77, 80	03
Sujeitos em tratamento psiquiátrico	58	01
Não identificado	7	01
Tipo de esporte		
Esportes coletivos	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 17, 18, 21, 28, 29, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 56, 58, 59, 60, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107, 109, 112,	66
Esportes individuais	2, 30, 49, 89, 113	5
Combinados	13, 19, 22, 26, 31, 33, 34, 35, 48, 50, 51, 52, 53, 57, 61, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 76, 80, 83, 84, 102, 103, 104, 108	29
Não identificado	11, 16, 20, 23, 24, 25, 27, 54, 55, 62, 105, 110, 111	13
Idade		

Abaixo de 19	8, 9, 10, 12, 14, 16, 17, 21, 26, 27, 28, 31, 32, 37, 43, 44, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 67, 70, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 96, 97, 99, 100, 102, 105, 107, 109, 110, 111, 112	52
19-25	20, 64, 69, 71, 94, 106	06
Acima de 25	30, 77, 113	03
Varição da idade (8-68)	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 18, 22, 29, 34, 36, 38, 40, 41, 42, 45, 46, 50, 56, 62, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 85, 90, 93, 98	31
Não identificado	11, 13, 15, 19, 23, 24, 25, 33, 35, 39, 47, 60, 68, 79, 80, 89, 95, 101, 103, 104, 108	21
Localização		
Europa	1, 2, 4, 5, 6, 8, 10, 18, 19, 20, 22, 23, 29, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 103, 104, 105, 107, 110, 113	67
América do Norte	9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 21, 24, 25, 26, 27, 30, 32, 41, 42, 48, 57, 58, 67, 68, 79, 80, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112	35
Austrália e Nova Zelândia	3, 33, 34, 35, 101, 106	06
Outras nações	28, 56, 108, 109	04
Não identificado	7	01

1 = Bebetos & Konstantoulas (2006); 2 = Boardley et al. (2014); 3 = Boardley & Jackson (2012); 4 = Boardley & Kavussanu (2007); 5 = Boardley & Kavussanu (2010); 6 = Boardley & Kavussanu (2009); 7 = Boardley & Kavussanu (2008); 8 = Boikados et al. (2004); 9 = Bolter & Weiss (2013); 10 = Bortoli et al. (2012); 11 = Bredemeier (1994); 12 = Bredemeier (1985); 13 = Bredemeier & Shields (1984); 14 = Bredemeier & Shields (1986a); 15 = Bredemeier & Shields (1986b); 16 = Bredemeier et al. (1986); 17 = Bruner et al. (2014); 18 = Cecchini-Estrada et al. (2008); 19 = Chantal et al. (2005); 20 = Chatzisarantis & Hagger (2007); 21 = Chow et al. (2009); 22 = Corrion et al. (2009); 23 = Corrion et al. (2010); 24 = Crown & Heatherington (1989); 25 = Duquin (1984); 26 = Duquin & Schroeder-Braun (1996); 27 = Ebbeck & Gibbons (2003); 28 = Evangelista et al. (2010); 29 = Faccenda et al. (2009); 30 = Fisher & Bredemeier (2000); 31 = Gonçalves et al. (2010); 32 = Guivernau & Duda (2002); 33 = Hodge et al. (2013); 34 = Hodge & Lonsdale (2011); 35 = Jalleh et al. (2014); 36 = Janhunen (2012); 37 = Kavussanu (2006); 38 = Kavussanu & Boardley (2009); 39 = Kavussanu et al. (2013a); 40 = Kavussanu & Ntoumanis (2003); 41 = Kavussanu & Roberts (2001); 42 = Kavussanu et al. (2002); 43 = Kavussanu et al. (2006); 44 = Kavussanu & Spray (2006); 45 = Kavussanu et al. (2009); 46 = Kavussanu et al. (2013b); 47 = Kavussanu et al. (2012); 48 = Kaye & Ward (2010); 49 = Kisiellienė & Arlauskaitė (2007); 50 = Kretschmann & Benz (2012); 51 = Lee et al. (2007); 52 = Lee et al. (2008); 53 = Long et al. (2006); 54 = Lucidi et al. (2013); 55 = Lucidi et al. (2008); 56 = Maletė et al. (2013); 57 = Martin et al. (2014); 58 = Mckenney & Dattilo (2001); 59 = Miller et al. (2005); 60 = Mouratidou et al. (2012); 61 = Mouratidou et al. (2007); 62 = Mouratidou et al. (2008); 63 = Mroczkowska (2009); 64 = Ntoumanis & Standage (2009); 65 = Ntoumanis et al. (2012); 66 = Ommundsen et al. (2003); 67 = Perry-Burney & Takyi (2002); 68 = Priest et al. (1999); 69 = Proios (2014); 70 = Proios (2013); 71 = Proios (2010); 72 = Proios et al. (2011); 73 = Proios & Doganis (2006); 74 = Proios & Doganis (2003); 75 = Proios et al. (2004a); 76 = Proios et al. (2004b); 77 = Romand & Pantalson (2007); 78 = Romand et al. (2009); 79 = Rudd & Gordon (2010); 80 = Rudd et al. (2010); 81 = Rutten et al. (2010); 82 = Rutten et al. (2008); 83 = Rutten et al. (2011); 84 = Rutten et al. (2007); 85 = Sagar et al. (2011); 86 = Sage & Kavussanu (2008); 87 = Sage & Kavussanu (2010); 88 = Sage & Kavussanu (2007a); 89 = Sage & Kavussanu (2007b); 90 = Sage et al. (2006); 91 = Shields et al. (1995); 92 = Shields et al. (2007); 93 = Stanger et al. (2013); 94 = Stanger et al. (2012); 95 = Steinfeldt et al. (2012a); 96 = Steinfeldt et al. (2011); 97 = Steinfeldt et al. (2012b); 98 = Stephens (2004); 99 = Stephens & Bredemeier (1996); 100 = Stephens & Kavanagh (2003); 101 = Strelan & Boeckmann (2006); 102 = Stuart (2003); 103 = Sukys (2013); 104 = Sukys & Jansonienė (2012); 105 = Šukys & Majauskienė (2014); 106 = Tod & Hodge (2001); 107 = Traclet et al. (2011); 108 = Tsai et al. (2014); 109 = Tsang (2009); 110 = Tsohatzoudis & Emmanouilidou (2005); 111 = Vallerand et al. (1992); 112 = Visek & Watson (2005); 113 = Zanker & Gard (2008).

O nível competitivo dos sujeitos é importante de ser destacado, 48 estudos apresentaram seus resultados de pesquisa com atletas que se caracterizavam como universitários ou colegiais, 33 estudos foram realizados com atletas amadores, que faziam parte de clubes ou que competiam em campeonatos regionais, já 13 estudos tiveram como sujeitos atletas de categorias variadas; ainda, foi possível observar que 8 estudos foram realizados com atletas de elite, 6 estudos com atletas profissionais, 3 estudos com profissionais (juizes, técnicos e empresários) que lidavam diretamente com os atletas, 1 estudo com sujeitos em tratamento psiquiátrico e 1 estudo em que não foi possível concluir qual categoria os sujeitos faziam parte.

A maioria dos estudos selecionados e analisados foi realizada com sujeitos atletas que pertenciam a esportes coletivos (58,5%), mas apenas 5 (4,4%) foram realizados com atletas de esportes individuais. Alguns pesquisadores optaram por atletas que pertenciam às duas categorias (25,6%), e 13 (11,5%) estudos não deixaram claro qual tipo de esporte os atletas pertenciam. Quanto à localidade de realização destes estudos, há predominância de pesquisadores que escolheram como amostra sujeitos que habitavam na Europa, ao todo foram 67 (59,3%) estudos realizados nesta região, 35 estudos foram realizados na América do Norte (31%), 6 estudos foram realizados na Austrália ou Nova Zelândia (5,3%), e 04 estudos foram realizados em outros países, Brasil, China, Taiwan e Botswana; apenas 1 estudo não deixou claro o local em que foram feitas as coletas dos dados.

Considerando estes achados, alguns elementos servem para compreender um pouco mais sobre o processo metodológico desta tese. Algumas lacunas na literatura ficam evidentes neste momento demonstrando por exemplo que poucos estudos são realizados sobre moral no contexto esportivo utilizando como sujeitos atletas de esportes individuais, principalmente artes marciais. Poucos estudos também são realizados em países de baixo e médio desenvolvimento econômico, como o Brasil, sendo necessário então incluir estudos sobre estas características que evidenciem a possibilidade de que estes fatores tenham impacto diferente no desenvolvimento humano, quando comparado aos outros estudos. Face a isto, os estudos subsequentes serão apresentados na tentativa de suprir pelo menos em partes algumas destas lacunas.

4.1.3 Suportes teóricos

Nos estudos que se classificaram como quantitativos (94), o suporte teórico mais utilizado foi a Teoria Social Cognitiva do Pensamento e da Ação Moral (*Social Cognitive Theory of Moral Thought and Action*) de Bandura (1991), presente em 38,3% dos estudos. Esta teoria propõe que reações afetivas antecipadas, tais como a culpa, regulam a conduta moral (BOARDLEY; JACKSON, 2012; BRUNER et al., 2014; STANGER et al., 2013). Outro suporte teórico que se destacou foi o desenvolvimento moral de Kohlberg (1964, 1981, 1984) que considera o desenvolvimento da moral do ser humano baseado em 6 níveis (3 estágios) e em cada um deles o raciocínio moral é importante para se observar como o sujeito pensa e avalia determinadas situações. Já nos estudos qualitativos, diversas teorias foram utilizadas como suporte às discussões de moral, no entanto, assim como nas pesquisas quantitativas, predominou a Teoria Social Cognitiva do Pensamento e da Ação Moral de Bandura.

4.1.4 Variáveis Associadas à Moral no Esporte

A Tabela 2 apresenta um resumo de como as variáveis se relacionam com a moral nos diversos estudos analisados. Foram identificadas 8 variáveis que representam o construto Moral em cada uma das pesquisas, que são: a) Desengajamento Moral; b) Raciocínio Moral; c) Funcionamento Moral; d) Comportamento Moral-Prosocial; e) Julgamento Moral; f) Atmosfera Moral; g) Desenvolvimento Moral e, h) Orientação à Conduta Moral. Cada uma destas variáveis foi compreendida como sendo o tema principal das pesquisas, e suas relações com outras variáveis foram analisadas, ou seja, verificou-se como estas variáveis foram utilizadas nas pesquisas para descrever o construto Moral dentro do contexto esportivo, bem como quais variáveis foram utilizadas para se compreender melhor cada uma delas.

Tabela 2. Variáveis associadas à moral em atletas nos diversos estudos incluídos.

Correlação	Números de Referência	Nº de Estudos	Associações			Código Resumo	
			+	-	?		
	Fatores relacionados à Moral						
Desengajamento Moral	<p><u>Uso de drogas/doping</u>: 2 +; 33 +; 54 +; 55 +; <u>Sexo</u>: 4 + (homens); 104=; 108+ (homens); <u>Orientação ao ego</u>: 5+; <u>Comportamento Prosocial</u>: 6 -; 7 -; <u>Comportamento Antisocial</u>: 10 +; 34 +; 39 + (homens); 93 +; 107 +; <u>Projetar culpa nos outros</u>: 22 +; <u>Trapaça</u>: 103+ (Homens); <u>Não identificado</u>: 23; 94.</p> <p><u>Fair Play</u>: 8 +; <u>Pensamento assertivo</u>: 11 +; <u>Comportamentos prejudiciais</u>: 12 -; <u>Dilemas</u>: 13 (- esporte; + cotidiano); 14 (+ esporte; - cotidiano); <u>Sexo</u>: 15 + (mulheres); 24 =; <u>Interesse por esportes de contato</u>: 16 -; <u>Seguir regras</u>: 53 +; <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 74 + (tarefa); 106 (+ tarefa, - ego); <u>Orientação à meta</u>: 76 ?; <u>Legitimação do comportamento agressivo</u>: 112 -; <u>Não identificado</u>: 30; 81</p> <p><u>Comportamento Prosocial</u>: 1+; <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 18 -, 41 - (ego); 40 (+ tarefa; - ego); 90 + (tarefa); <u>Autoconceito</u>: 27+; <u>Atmosfera moral</u>: 29+; 42+; 44+; 66+; <u>Clima competitivo</u>: 59 -; <u>Idade</u>: 78 (- julgamento; - intenção; + raciocínio); 3 - (preocupação com desempenho); <u>Comportamento do técnico</u>: 9 +; 56 +; <u>Coesão/Ambiente</u>: 17 +; 82 +; 83 +, 84 +; <u>Motivação</u>: 19 +, 64 +; <u>Percepção de abuso de autoridade</u>: 26 (+ mulheres, - homens); <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 31, 37, 38, 65, 88, 89 (+ tarefa, - ego); 86?; <u>Idade</u>: 43 (+ antisocial, - prosocial); <u>Sexo</u>: 45 ? (= Prosocial, ≠ antisocial-H); 85 ? (+ Antisocial-H); <u>Não identificado</u>: 46 ?; 58 ?; 109 ?; 111 ?; <u>Aceitação da agressão</u>: 48 ≠ (Homens); <u>Influências sociais</u>: 92+; <u>Valores Olímpicos</u>: 105 +; <u>Fair Play</u>: 110 +</p>	19	73,7 (14)	10,5 (2)	5,3 (1)	10,5 (2)	+
Raciocínio Moral	<p><u>Fair Play</u>: 8 +; <u>Pensamento assertivo</u>: 11 +; <u>Comportamentos prejudiciais</u>: 12 -; <u>Dilemas</u>: 13 (- esporte; + cotidiano); 14 (+ esporte; - cotidiano); <u>Sexo</u>: 15 + (mulheres); 24 =; <u>Interesse por esportes de contato</u>: 16 -; <u>Seguir regras</u>: 53 +; <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 74 + (tarefa); 106 (+ tarefa, - ego); <u>Orientação à meta</u>: 76 ?; <u>Legitimação do comportamento agressivo</u>: 112 -; <u>Não identificado</u>: 30; 81</p>	15	40 (6)	26,7 (4)	6,6 (1)	26,7 (4)	+
Funcionamento Moral	<p><u>Comportamento Prosocial</u>: 1+; <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 18 -, 41 - (ego); 40 (+ tarefa; - ego); 90 + (tarefa); <u>Autoconceito</u>: 27+; <u>Atmosfera moral</u>: 29+; 42+; 44+; 66+; <u>Clima competitivo</u>: 59 -; <u>Idade</u>: 78 (- julgamento; - intenção; + raciocínio); 3 - (preocupação com desempenho); <u>Comportamento do técnico</u>: 9 +; 56 +; <u>Coesão/Ambiente</u>: 17 +; 82 +; 83 +, 84 +; <u>Motivação</u>: 19 +, 64 +; <u>Percepção de abuso de autoridade</u>: 26 (+ mulheres, - homens); <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 31, 37, 38, 65, 88, 89 (+ tarefa, - ego); 86?; <u>Idade</u>: 43 (+ antisocial, - prosocial); <u>Sexo</u>: 45 ? (= Prosocial, ≠ antisocial-H); 85 ? (+ Antisocial-H); <u>Não identificado</u>: 46 ?; 58 ?; 109 ?; 111 ?; <u>Aceitação da agressão</u>: 48 ≠ (Homens); <u>Influências sociais</u>: 92+; <u>Valores Olímpicos</u>: 105 +; <u>Fair Play</u>: 110 +</p>	12	58,3 (7)	25 (3)	-	16,7 (2)	+
Comportamento Moral-prosocial (orientação esportiva)	<p><u>Uso de drogas/doping</u>: 2 +; 33 +; 54 +; 55 +; <u>Sexo</u>: 4 + (homens); 104=; 108+ (homens); <u>Orientação ao ego</u>: 5+; <u>Comportamento Prosocial</u>: 6 -; 7 -; <u>Comportamento Antisocial</u>: 10 +; 34 +; 39 + (homens); 93 +; 107 +; <u>Projetar culpa nos outros</u>: 22 +; <u>Trapaça</u>: 103+ (Homens); <u>Não identificado</u>: 23; 94.</p> <p><u>Fair Play</u>: 8 +; <u>Pensamento assertivo</u>: 11 +; <u>Comportamentos prejudiciais</u>: 12 -; <u>Dilemas</u>: 13 (- esporte; + cotidiano); 14 (+ esporte; - cotidiano); <u>Sexo</u>: 15 + (mulheres); 24 =; <u>Interesse por esportes de contato</u>: 16 -; <u>Seguir regras</u>: 53 +; <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 74 + (tarefa); 106 (+ tarefa, - ego); <u>Orientação à meta</u>: 76 ?; <u>Legitimação do comportamento agressivo</u>: 112 -; <u>Não identificado</u>: 30; 81</p> <p><u>Comportamento Prosocial</u>: 1+; <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 18 -, 41 - (ego); 40 (+ tarefa; - ego); 90 + (tarefa); <u>Autoconceito</u>: 27+; <u>Atmosfera moral</u>: 29+; 42+; 44+; 66+; <u>Clima competitivo</u>: 59 -; <u>Idade</u>: 78 (- julgamento; - intenção; + raciocínio); 3 - (preocupação com desempenho); <u>Comportamento do técnico</u>: 9 +; 56 +; <u>Coesão/Ambiente</u>: 17 +; 82 +; 83 +, 84 +; <u>Motivação</u>: 19 +, 64 +; <u>Percepção de abuso de autoridade</u>: 26 (+ mulheres, - homens); <u>Orientação à tarefa e ao ego</u>: 31, 37, 38, 65, 88, 89 (+ tarefa, - ego); 86?; <u>Idade</u>: 43 (+ antisocial, - prosocial); <u>Sexo</u>: 45 ? (= Prosocial, ≠ antisocial-H); 85 ? (+ Antisocial-H); <u>Não identificado</u>: 46 ?; 58 ?; 109 ?; 111 ?; <u>Aceitação da agressão</u>: 48 ≠ (Homens); <u>Influências sociais</u>: 92+; <u>Valores Olímpicos</u>: 105 +; <u>Fair Play</u>: 110 +</p>	28	67,8 (19)	3,6 (1)	-	28,6 (8)	+
Julgamento Moral	<p><u>Auto julgamento</u>: 36 +; <u>Tipo de esporte</u>: 61 + (individual); <u>Emoções positivas</u>: 69 +; <u>Orientação esportiva</u>: 71 +; <u>Não identificado</u>: 62; 80</p>	06	66,7 (4)	-	-	33,3 (2)	+
Atmosfera Moral	<p><u>Agressão/Comportamento agressivo</u>: 2 + (normas pró-agressão); 91 + (homens, atletas escolares, esporte coletivo, vencedores e reservas são mais agressivos); 98 +, 99 +, 100 + (percepção das normas da equipe); <u>Funcionamento Moral</u>: 95 +; 96 +; 97 +</p>	08	100 (8)	-	-	-	+
Desenvolvimento Moral	<p><u>Trapaça</u>: 51? (> Homens, mais velhos, esportes coletivos); <u>Metas de desempenho</u>: 60 -; <u>Sexo</u>: 72 =; <u>Idade</u>: 73 +; <u>Não identificado</u>: 49?; 67?; 75?; 77?</p>	08	12,5 (1)	12,5 (1)	12,5 (1)	62,5 (5)	?
Orientação à conduta Moral	<p>28 ?; 101 ?; 47 + (emoções); 87 + (felicidade); 70 + (identidade atlética); 102 ?; 50?; 52 + (comportamento prósocial); 68 + (esporte individual)</p>	09	55,6 (5)	-	-	44,4 (4)	+
Não identificado	20; 21; 25; 35; 57; 63; 79; 113	8	-	-	-	100 (8)	?

Nota: Dois temas podem ter sido apresentados em um mesmo estudo

a) *Desengajamento Moral*. O Desengajamento Moral é considerado um termo para designar um conjunto de mecanismos que levam o sujeito a realizar comportamentos que são prejudiciais à si mesmo (BOARDLEY et al., 2014; HODGE et al., 2013). Bandura (1991, ver BOARDLEY; KAVUSSANU, 2010) identificou oito mecanismos que são utilizados como justificativa para se realizar um determinado comportamento tido como prejudicial, que são a justificação moral, rotulagem eufemística, comparação vantajosa, o deslocamento de responsabilidade, difusão de responsabilidade, distorção das consequências, desumanização, e atribuição de culpa. Dos 19 estudos que investigaram o desengajamento moral, 4 encontraram relação positiva com o uso de substâncias que aumentam o desempenho esportivo, mais conhecido como doping (BOARDLEY et al., 2014; HODGE et al., 2013; LUCIDI et al., 2013; LUCIDI et al., 2008); neste mesmo sentido, 5 estudos apresentaram resultados que relacionavam positivamente o uso de mecanismos de desengajamento moral e comportamentos considerados antisociais (BORTOLI et al., 2012; HODGE; LONSDALE, 2011; KAVUSSANU et al., 2013a; STANGER et al., 2013; TRACLET et al., 2011), além de relação positiva com características específicas como projetar culpa nos outros (CORRION et al., 2009) e trapaça em homens (ŠUKYS, 2013). Em contrapartida, 2 estudos encontraram relação negativa entre os mecanismos de desengajamento moral e os comportamentos prosociais (BOARDLEY; KAVUSSANU, 2009); BOARDLEY; KAVUSSANU, 2008). Considerando-se especificamente o sexo dos sujeitos, 2 estudos encontraram resultados demonstrando que os homens apresentavam mais mecanismos de desengajamento moral que as mulheres (BOARDLEY; KAVUSSANU, 2007; TSAI et al., 2014), e 1 estudo não encontrou diferença neste quesito (ŠUKYS; JANSONIENĖ, 2012).

b) *Raciocínio Moral*. O raciocínio moral pode estar intimamente ligado à tendências de ação como afirmação, agressão e submissão em situações de conflito (BREDEMEIER, 1994) e refere-se ao modo como consideramos certo ou errado determinado ato. Foram encontrados 15 estudos que investigaram a relação do raciocínio moral e outras variáveis presentes no contexto esportivo. Relações positivas foram encontradas entre o raciocínio moral e o *fair play* (BOIXADOS et al., 2004), o pensamento assertivo (BREDEMEIER, 1994), a capacidade de seguir regras (LONG et

al., 2006), a orientação à tarefa (PROIOS; DOGANIS, 2003; TOD; HODGE, 2001). Alguns estudos encontraram relações negativas com outras variáveis, tais como, a legitimação do comportamento agressivo (VISEK; WATSON, 2005) e os comportamentos prejudiciais (BREDEMEIER, 1985); além do interesse por esportes de contato (BREDEMEIER et al., 1986). Com relação ao sexo, dois estudos demonstraram resultados distintos, pois em um deles as mulheres apresentaram uma maior capacidade de raciocínio moral com relação aos homens (BREDEMEIER; SHIELDS, 1986b), já o outro não apresentou diferenças significativas entre os sexos (CROWN; HEATHERINGTON, 1989).

c) *Funcionamento Moral*. Alguns pesquisadores têm estudado a variável funcionamento moral para referir-se a três componentes específicos, a saber, o julgamento moral, a intenção moral e o comportamento moral (KAVUSSANU; NTOUMANIS, 2003); assim, os pesquisadores desenvolvem estudos de duas maneiras, a primeira delas é investigar apenas a funcionamento moral como um conceito geral, e a segunda é estudar as variáveis que compõem este conceito separadamente. Dos artigos analisados, 12 utilizaram o funcionamento moral como variável principal de estudo, e sua relação com outras variáveis foi analisada. Desta forma, as relações positivas encontradas pelos autores foram com algumas variáveis concernentes ao indivíduo, como o comportamento prosocial (BEBETSOS; KONSTANTOULAS, 2006) e o autoconceito (EBBECK; GIBBONS, 2003) dos atletas; mas também com elementos presentes no grupo ao qual pertencem, como a atmosfera moral (FACCENDA et al., 2009; KAVUSSANU et al., 2002; KAVUSSANU; SPRAY, 2006; OMMUNDSEN et al., 2003).

Em contrapartida, algumas variáveis se relacionaram negativamente com o funcionamento moral, que foram a orientação ao ego (CECCHINI-ESTRADA et al., 2008; KAVUSSANU; NTOUMANIS, 2003; KAVUSSANU; ROBERTS, 2001) e o clima competitivo no grupo em que fazem parte (MILLER et al., 2005). Um dos estudos analisou a diferença do funcionamento moral em diferentes idades, e constatou que o julgamento moral e a intenção moral foram maiores nas crianças do que nos adolescentes e nos adultos, já o raciocínio moral foi maior nos adultos em comparação aos demais (ROMAND et al., 2009).

d) *Comportamento Moral-Prosocial*. O comportamento moral ou prosocial tem sido utilizado nas pesquisas científicas como aquele que representa uma influência positiva em outras pessoas, sem que isso se caracterize um benefício próprio (BREDEMEIER; WEISS, 1990). Esta variável foi escolhida para designar aqueles estudos que utilizaram como ponto central de discussão o comportamento prosocial de atletas, bem como a orientação à esportividade (*sportpersonship*), tendo sido escolhidos 28 estudos com esta temática. Nesta perspectiva, 7 pesquisadores analisaram sua relação com a orientação à tarefa e ao ego, tendo como resultado 6 estudos com relações positivas entre os comportamentos prosociais e a orientação à tarefa, e relações negativas com a orientação ao ego (GONÇALVES et al., 2010; KAVUSSANU, 2006; KAVUSSANU; BOARDLEY, 2009; NTOUMANIS et al., 2012; SAGE; KAVUSSANU, 2007a; SAGE; KAVUSSANU, 2007b), sendo que 1 dos estudos não encontrou relações significativas entre as variáveis (SAGE; KAVUSSANU, 2008).

Outros estudos apresentaram resultados com relação positiva com os comportamentos prosociais, estas variáveis são, as Influências sociais (SHIELDS et al. (2007), os valores Olímpicos (ŠUKYS; MAJAUSKIENĖ, 2014), o *fair play* (TSORBATZOUZDIS; EMMANOUILIDOU, 2005), o comportamento do técnico (BOLTER; WEISS, 2013; MALETE et al., 2013), a coesão e o ambiente de grupo (BRUNER et al., 2014; RUTTEN et al., 2008; RUTTEN et al., 2011; RUTTEN et al., 2007) e a motivação (CHANTAL et al., 2005; NTOUMANIS; STANDAGE, 2009). Por outro lado, em um dos estudos, os comportamentos prosociais apresentaram uma relação negativa com a preocupação dos atletas com o desempenho (BOARDLEY; JACKSON, 2012), além de 2 estudos que não apresentaram resultados consistentes quanto a diferença dos comportamentos prosociais com relação ao sexo dos sujeitos (KAVUSSANU et al., 2009; SAGAR et al., 2011).

e) *Julgamento Moral*. O julgamento moral é considerado um dos componentes do conceito de funcionamento moral, e 6 estudos foram identificados como considerando esta variável como a que melhor caracteriza o conceito de moral na pesquisa. Destes, 2 não apresentaram resultados que dessem para identificar as variáveis com as quais o julgamento moral se relacionou (MOURATIDOU et al., 2008; RUDD et al., 2010). No entanto, os demais apresentaram resultados demonstrando

relações positivas entre o julgamento moral e as emoções positivas elucidadas pelos atletas (PROIOS, 2014), o auto julgamento (JANHUNEN, 2012) bem como com a orientação esportiva (*sportspersonship*) (PROIOS, 2010). Além disso, uma das pesquisas investigou a diferença entre o julgamento moral e o tipo de esporte, demonstrando que os atletas de esportes individuais apresentaram maior capacidade de julgamento moral do que os atletas de esportes coletivos (MOURATIDOU et al., 2007).

f) *Atmosfera Moral*. Além de características individuais, alguns pesquisadores optaram por investigar como a atmosfera moral influencia no comportamento dos atletas, sendo esta composta pela relação que os atletas tem com as outras pessoas consideradas significativas, tais como os técnicos, os companheiros de equipe e até mesmo os familiares (GUIVERNAU; DUDA, 2002). Cinco estudos apresentaram resultados em que a atmosfera moral quando composta por normas pró agressão tendem a levar os atletas a se comportarem de forma mais agressiva (GUIVERNAU; DUDA, 2002; SHIELDS et al., 1995; STEPHENS, 2004; STEPHENS; BREDEMEIER, 1996; STEPHENS; KAVANAGH, 2003). Em contrapartida, 3 estudos apresentaram resultados em que relacionavam positivamente a atmosfera moral com o funcionamento moral dos atletas (STEINFELDT et al., 2012a; STEINFELDT et al., 2011; STEINFELDT et al., 2012b).

h) *Desenvolvimento Moral*. Algumas teorias apresentam uma explicação específica sobre como a moral se desenvolve no ser humano, principalmente como isso ocorre em determinadas idades ligando-a a outras características da pessoa. Pesquisadores de 8 estudos relacionaram o desenvolvimento moral com outras variáveis, podendo se observar resultados bem variados quanto a isso. Por exemplo, atletas que estabelecem metas de desempenho e que são mais velhos e mais experientes apresentam menos competência moral (MOURATIDOU et al., 2012), e também apresentam comportamentos de trapaça com mais frequência, principalmente homens (LEE et al., 2007). No entanto, 1 estudo não encontrou diferenças significativas entre homens e mulheres (PROIOS et al., 2011), e 1 estudo apresentou resultados que demonstram relação positiva entre o desenvolvimento moral e a idade dos sujeitos (PROIOS; DOGANIS, 2006). Além disso, 4 estudos não apresentaram resultados que

puddessem ser interpretados como específicos da relação do desenvolvimento moral com outras variáveis (KISIELIENĖ; ARLAUSKAITĖ, 2007; PERRY-BURNEY; TAKYI, 2002; PROIOS et al., 2004a; ROMAND; PANTALÉON, 2007).

f) *Orientação à Conduta Moral*. Alguns estudos apresentaram variáveis relacionadas à moral que não se enquadraram nas categorias descritas anteriormente, sendo assim, optou-se por encaixá-los em uma categoria que pudesse abranger todos os estudos, chamada de orientação à conduta moral. Ao todo 9 estudos foram selecionados para esta categoria, sendo que 5 deles apresentaram resultados que evidenciam uma relação positiva entre a orientação do sujeito à conduta moral com as emoções positivas que este apresenta (KAVUSSANU et al., 2012), o sentimento de felicidade (SAGE; KAVUSSANU, 2010), a identidade atlética (PROIOS, 2013), o comportamento prosocial (LEE et al., 2008) e a participação em esportes individuais (PRIEST et al., 1999). No entanto, 4 estudos não apresentaram resultados em que foi possível observar a relação com outras variáveis (EVANGELISTA et al., 2010; KRETSCHMANN; BENZ, 2012; STRELAN; BOECKMANN, 2006; STUART, 2003).

Após a discussão acerca das principais variáveis presentes nas pesquisas sobre moral no esporte, alguns pontos surgiram como fatores de possível análise complementar. Este Estudo 1 foi desenvolvido com o intuito de compreender algumas características teóricas e empíricas das pesquisas sobre moral no contexto esportivo. Fica evidente que os pesquisadores utilizam-se de conceitos sobre moral de forma variada, mas estas pesquisas não supriram as lacunas apresentadas nesta tese, o que reforça a necessidade de uma compreensão mais específica sobre o tema.

Para isso, o próximo tópico desta tese será apresentado de forma sistemática e metodologicamente destinado a compreender que algumas variáveis apresentadas se relacionam e podem funcionar como elementos que auxiliem nas discussões de moral no contexto esportivo.

4.2 Resultados e discussões referentes ao Estudo 2

Para compreender o papel da percepção de autonomia na prática esportiva para os elementos que constituem competência moral em atletas, derivou-se um modelo de

equações estruturais. A apresentação dos resultados será feita em 2 momentos: 1) análise descritiva e confiabilidade dos dados; 2) modelo de equações estruturais e efeitos diretos e indiretos.

4.2.1 Análise descritiva e confiabilidade dos dados

Os atletas que participaram do estudo apresentaram valores elevados de autonomia (Md=6.6; Q1=6.2; Q3=7.0), sugerindo alta percepção de satisfação da necessidade de ponderar os atos a partir de seus próprios critérios, formando seu julgamento independentemente da opinião ou pressão do grupo (FREITAS, 2002). As características de orientação (emitir juízos morais) para a prática esportiva evidenciaram atletas com comportamentos direcionados ao respeito pelas regras e juízes do esporte (Md=4.2; Q1=3.6; Q3=4.6), respeito pelo adversário (Md=3.4; Q1=2.8; Q3=4.0), comprometimento com participação esportiva (treinamentos, dedicação e competitividade) (Md=4.2; Q1=3.8; Q3=4.4), e respeito às convenções sociais do esporte (Md=3.8; Q1=3.4; Q3=4.6).

Por fim, sobre o comportamento moral no esporte (agir de acordo com os julgamentos morais) os atletas relataram comportamentos predominantemente prosociais aos companheiros de equipe (Md=4.5; Q1=3.7; Q3=4.7) e adversários (Md=3.3; Q1=2.3; Q3=3.7), referindo a julgamentos e comportamentos que são direcionados a ajudar ou beneficiar outros indivíduos ou grupos (KOLLER e BERNARDES, 1997). Comportamentos antissociais tiveram menor intensidade tanto para companheiros (Md=2.0; Q1=1.4; Q3=2.6) quanto para adversários (Md=1.8; Q1=1.5; Q3=2.50), na percepção dos atletas. Os valores de competência moral foram baixos (Md=8.5; Q1=4.9; Q3=14.4).

Os padrões de associação entre indicadores de autonomia, orientação para a prática esportiva e comportamento prosocial e antisocial está representada na Figura 3. A rede de variáveis demonstra graficamente a correlação entre os indicadores representados em nós (círculos). O tamanho dos círculos indica a intensidade da variável e as linhas conectando os nós (hastes) indicam o coeficiente de correlação (intensidade da haste). Nós mais próximos tem maior associação em relação a

nodos mais distantes. Hastes verdes indicam associação positiva e vermelhas, negativas.

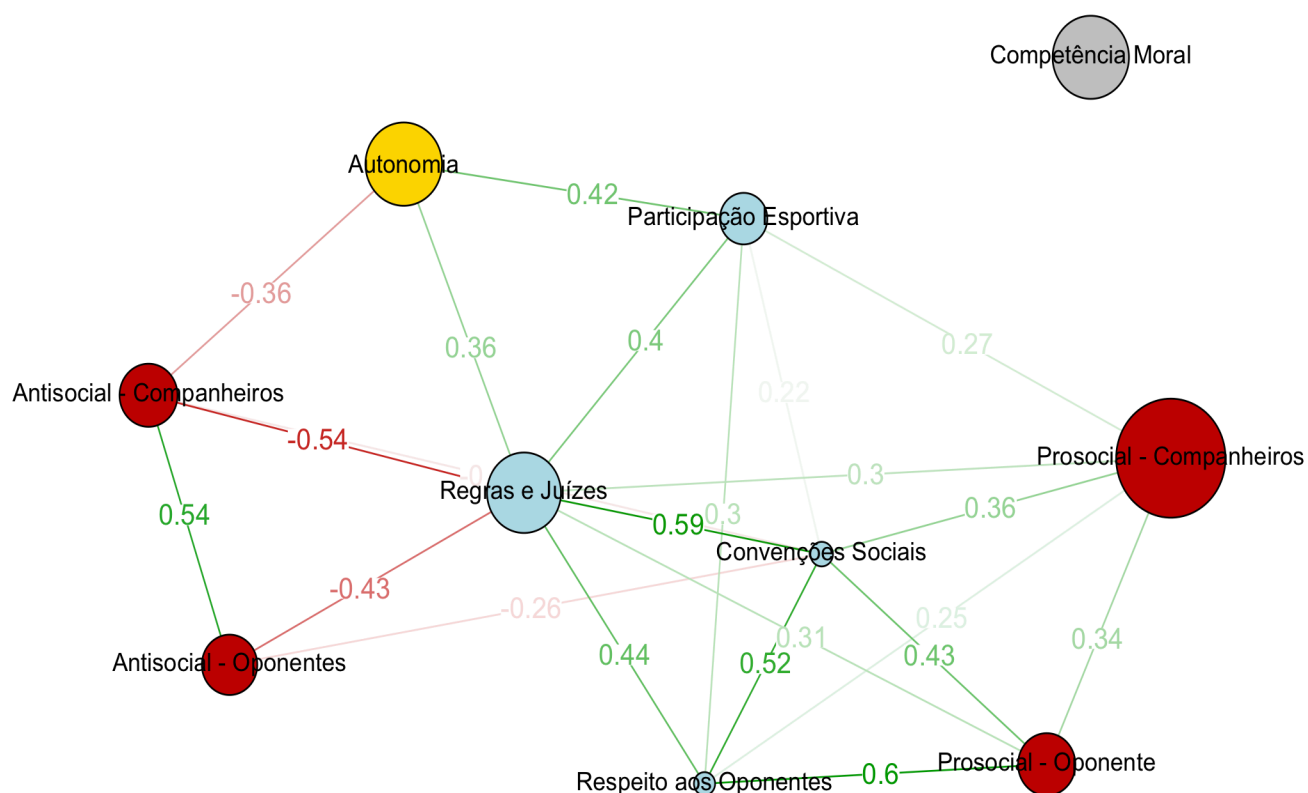


Figura 3. Rede de correlação entre as variáveis do estudo. Tamanho dos N=nodos (círculos) indicam a mediana do score da variável. Cores das hastes indicam a magnitude (intensidade da cor) e direção (verde = positiva, vermelho = negativa) das associações.

4.2.2 Modelo de Equações Estruturais

Inicialmente verificou-se o ajustamento das variáveis observadas às variáveis latentes através de análises fatoriais sequenciais. O modelo de mensuração das variáveis latentes apresentou ajustamento adequado, confirmando os indicadores locais de confiabilidade com trajetórias significativas e de magnitude adequadas. Essa etapa proporcionou evidências suficientes para a condução da análise de modelagem de equações estruturais (BYRNE, 2010; MARÔCO, 2010). Para identificação do

modelo de equações estruturais, antecipou-se a existência de três variáveis latentes e duas variáveis observadas.

A primeira variável latente foi chamada de (a) Orientação para Prática Esportiva (OR), e é formada pela variância conjunta dos escores das dimensões positivas da Escala Multidimensional de Orientação Esportiva (VALLERAND et al., 1997) (variáveis observadas). Essa variável latente refere-se às posturas morais adotadas pelos atletas em relação às convenções sociais, regras, juízes e adversários esportivos. A segunda e a terceira variáveis latentes foram estabelecidas a partir da Escala de Comportamento Prosocial e Antisocial no Esporte (KAVUSSANU e BOARDLEY, 2009); (b) Comportamento Prosocial (PRO) – formada pela variância conjunta dos escores das dimensões de comportamento prosocial direcionado aos companheiros e adversários esportivos; (c) Comportamento Antisocial (ANTI) – formada pela variância conjunta dos escores das dimensões de comportamento antisocial direcionado aos companheiros e adversários esportivos.

As variáveis observadas foram: (a) dimensão de Autonomia (AUT), presente na Escala de Satisfação de Necessidades Básicas no Esporte (NG et al., 2011); e (b) Competência Moral (CM), avaliada a partir do Teste de Competência Moral (BATAGLIA, 2010). Análises preliminares evidenciaram que a variável Competência Moral não ajustou adequadamente ao modelo, apresentando correlações fracas com os demais indicadores.

Um dos motivos para que este resultado ocorresse é o fato de que o Teste de Competência Moral é o único que não foi desenvolvido e validado especificamente para a população de esportistas (BATAGLIA, 2010; LIND, 2014). Ainda, evidências na literatura tem demonstrado inconsistências com esse instrumento tanto em indicadores psicométricos como em validade externa, demonstrando influência do conteúdo do dilema na avaliação do sujeito (BERETA, 2014). Além disso, o contexto brasileiro apresenta características que podem explicar estes resultados, por exemplo a questão da eutanásia, pouco discutida no Brasil, e que tem implicações religiosas.

Diferentes padrões de estrutura do modelo foram testados até que um modelo com trajetórias significativas ($p < 0.05$), poucos erros, indicadores de ajustamento adequados e coerência teórica foram encontrados. Inicialmente testamos um modelo

(1) com trajetórias diretas de AUT e OR para CM, e indiretos (através o CM) para os comportamentos PRO e ANTI. Contudo, tal modelo não obteve indicadores de ajustamento adequados³. Além disso, como antecipado, a variável CM não ajustou adequadamente ao modelo com trajetórias de baixa magnitude e não significativas (FLs <0.20; P>0.05).

Dessa forma, excluindo CM da análise, identificamos uma melhora e indicadores de ajustamento⁴ e confiabilidade no modelo (2), com trajetórias significativas e de magnitude moderada (FL>0.40). Este modelo verificou o impacto de AUT e OR sobre PRO e ANTI, sem adicionar efeitos indiretos de mediação, configurando uma abordagem exploratória das relações preditores entre as variáveis. Contudo, analisando as sugestões dos índices de modificação verificou-se que AUT tinha um papel de explicação da variância de OR, melhorando comportamento do modelo⁵

Assim, construímos o terceiro modelo (3) situando OR como variável mediadora entre AUT e os desfechos PRO e ANTI. Este modelo foi elaborado a partir da concepção de competência moral (KOHLBERG, 1964). Este conceito sugere que a competência moral é definida como “a capacidade de tomar decisões e emitir juízos morais (baseados em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos” (KOHLBERG, 1964, p. 425). De tal forma, AUT exerce o papel de percepção de autonomia para tomada de decisões em julgamentos morais, OR é a habilidade de emitir julgamentos morais e PRO/ANTI são os comportamentos que indicam a habilidade de agir em função dos julgamentos morais (BATAGLIA, MORAIS, LEPRE, 2010). Portanto, o modelo (3) representa o impacto de cada elemento do processo de competência moral, avaliando como este se manifesta no contexto esportivo. Especificamente, o objetivo deste modelo foi verificar o efeito da percepção de autonomia, ou liberdade política (HABERMAS, 2013), para a capacidade de emitir e indiretamente agir de acordo com julgamentos morais no esporte (Figura 4).

³ $X^2 = 141.138$; X^2 scaled = 1.29; CFI = 0.22; TLI = 0.53; RMSEA = 0.16 (95% 0.13-0.16); SRMR = 0.19; GFI = 1.00; AGFI = 0.99

⁴ $X^2 = 32.567$; X^2 scaled = 0.19; CFI = 0.94; TLI = 0.91; RMSEA = 0.05 (95% 0.00-0.10); SRMR = 0.12; GFI = 0.99; AGFI = 0.99

⁵ $X^2 = 22.884$; X^2 scaled = 0.17; CFI = 0.99; TLI = 0.99; RMSEA = 0.02 (95% 0.00-0.07); SRMR = 0.09; GFI = 0.99; AGFI = 0.99

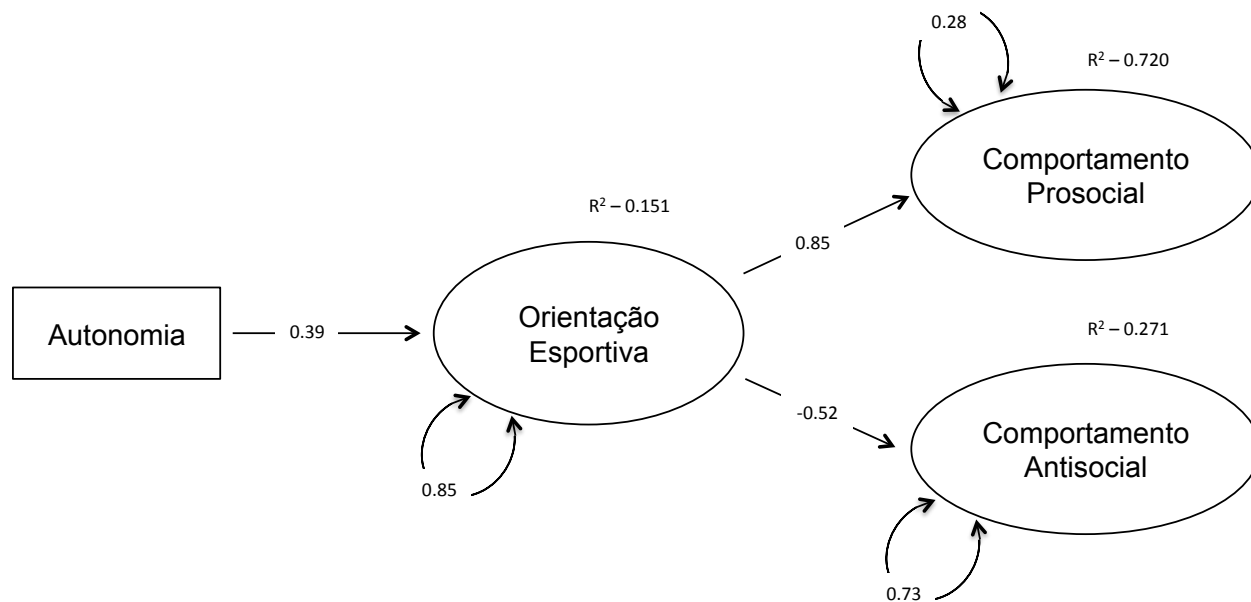


Figura 4. Modelo 3 – Orientação Esportiva como variável mediadora entre Autonomia e os Comportamentos Pró e Antisociais

O modelo estrutural apresentou indicadores de ajustamento adequados⁶, com trajetórias significativas e de intensidade moderada a alta. AUT apresentou um efeito positivo sobre a variância de OR (0.39), explicando a variância em 15%. Mediado por OR, o modelo foi capaz de explicar positivamente PRO (0.85) em 72% e negativamente ANTI (-0.52) em 27%. O efeito indireto de AUT sobre PRO foi positivo (0.18) e sobre ANTI foi negativo (-0.20).

O raciocínio desta análise é de que maiores percepções de satisfação de autonomia com a prática esportiva, facilita a capacidade de emitir orientações morais positivas em relação à prática, resultando então em mais comportamentos prosociais aos companheiros de equipe e adversários e menos comportamentos antisociais. Esses resultados são inovadores pois até onde foi possível encontrar, nenhum estudo identificou a relação entre essas variáveis, nem sugere que maior autodeterminação individual reflete em comportamentos morais mais positivos. No entanto, há que se considerar resultados da pesquisa de Vissoci et al. (2008) em que os atletas demonstraram maior tendência intrínseca de motivação, sentindo-se estimulados principalmente com as experiências relativas ao contexto esportivo, ou seja, a

⁶ $\chi^2 = 23.392$; $\chi^2_{scaled} = 0.17$; CFI = 0.99; TLI = 0.99; RMSEA = 0.00 (95% 0.00-0.07); SRMR = 0.09; GFI = 0.99; AGFI = 0.99

motivação autodeterminada intrinsecamente se constituiu como fator favorável para atitudes positivas voltadas às convenções esportivas, regras e juízes, influenciando na preocupação e comprometimento com o oponente e na tendência a comportar-se agressivamente.

O Estudo 2 nos fornece uma estrutura de análise de dados que é ampla e flexível, sendo possível por meio dela avaliar fenômenos complexos e teorias. Neste caso, objetivou-se verificar como as variáveis escolhidas se comportavam uma em relação às outras, avaliando as relações entre variáveis observáveis e conceitos latentes. Esta foi uma forma de propor um diálogo entre as pesquisas quantitativa e qualitativa presentes nesta tese, visto que estes resultados nos dão base para discutir a história de vida do sujeito apresentada no Estudo 3.

Compreender como estas variáveis se relacionam dentro de um Modelo Explicativo, torna possível verificar qualitativamente a presença delas no decorrer da vida de um sujeito. Considerando que o desenvolvimento moral é parte do desenvolvimento da personalidade do sujeito (HABERMAS, 1990a) e a autonomia em si é resultado de um processo de maturação e descentração do eu e do grupo, realizando o processo de emancipação da autoridade da regra e da coerção do grupo (FREITAG, 1989) tornando-se mais autodeterminado, só é possível compreender as ações morais (pro e antisociais) de um sujeito em busca de autonomia, quando mediados pelas orientações morais implicadas no contexto em que está inserido.

As políticas de identidade (CIAMPA, 2002) presentes no processo de formação de um atleta levam à compreensão de que o respeito pelas regras e normas esportivas são importantes e podem levar às conquistas desejadas, mas em contradição ao fato de que há uma cobrança e reconhecimento oriundos da ordem sistêmica de busca pela vitória a qualquer custo. O sucesso esportivo não é necessariamente o atleta chegar à vitória, ser famoso, e ser considerado o melhor do mundo, mas poder assumir um papel mais autônomo a partir da participação voluntária neste contexto, na competição e o prazer que tem nesta atividade.

Estes pontos nos levam a confirmar uma das hipóteses deste estudo de que uma moral pós-convencional no esporte, associada a um movimento autônomo perpassa uma orientação positiva da prática esportiva. Essa orientação positiva implica

sim no respeito pelas regras e convenções esportivas, respeito pelos adversários, pelos juízes e pela própria participação esportiva. Fato este que vai ao encontro do que o Comitê Olímpico Internacional (COI) reconhece como a promoção de Valores Olímpicos de Amizade, Respeito e Excelência (IOC, 2007).

Os valores apontados falam que a Amizade representa o ato de estender a mão e a busca pelo entendimento do próximo apesar das diferenças. O Respeito inclui o *fair play* (jogo limpo - respeito às regras do jogo), a honestidade, saber seus limites e tomar conta de sua própria saúde (não ao *doping*) e do meio ambiente. E a Excelência representa dar o melhor de si, tanto no esporte quanto na vida, participar e progredir de acordo com seus objetivos. Esses valores sugerem que o sujeito-atleta pode apresentar comportamentos mais autônomos e emancipados a partir do momento em que tem a liberdade de escolha e suas ações são determinadas por forças internas em direção a um movimento moral libertário.

Essa ideia de orientação positiva não recai em um moralismo de discurso, pois uma orientação negativa não expressa ir contra as convenções, mas sim ir a favor do agir instrumental e manutenção do *status quo* do sucesso e reconhecimento social, financeiro e burocrático deste atleta. Exemplificando esta orientação negativa entramos na discussão sobre o uso de *doping*, a violência, o quebrar regras, a busca inescrupulosa pela vitória. Isso sim dificulta a expressão de uma identidade e moral pós-convencional.

Evidências na literatura tem apontado que atletas mais autodeterminados ou motivados internamente para a prática apresentam comportamentos mais ajustados às regras do esporte e as convenções sociais do contexto (VISSOCI et al., 2008). Por outro lado, elementos de controle externo, menos autodeterminados, são mais prevalentes quando o foco não é o sucesso esportivo, mas a vitória a qualquer custo, estando associado a comportamentos fora das regras e agressivos (KAVUSSANU, 2006), uso de substâncias ilícitas para melhora no desempenho (JALLEH, FONOVAN, JOBLING, 2014) entre outros desfechos negativos.

O desenvolvimento de uma identidade pós-convencional, ou seja, uma identidade capaz de antecipar uma forma de vida no sentido de autonomia, com valores e normas ainda não estabelecidos (HABERMAS, 1990b) não significa uma

autonomia completa do sujeito. A identidade passa a ser concebida como uma busca pela emancipação, que poderá ser alcançada ou não. Ciampa (2002) cita que a realização de projetos emancipatórios é dificultada por uma interiorização a-crítica de normas (heteronomia), pois neste caso o sujeito só se reconhece através de um projeto que seja baseado em relações de dominação, fato este que pode ser observado nos resultados do Modelo apresentado, visto que a Autonomia apresentou forte correlação com comportamentos prosociais quando mediada pela Orientação Esportiva.

A escolha das variáveis Autonomia, Orientação Esportiva e Comportamentos Pró e Antisociais foi realizada seguindo informações teóricas e não representam as únicas variáveis possíveis a serem utilizadas para tal finalidade. Mas apresentam elementos que possam levar a uma maior compreensão da moral no contexto esportivo. Sendo assim, após estas análises serão apresentados os resultados da análise de história de vida de um sujeito-atleta com o intuito de compreender como estas variáveis se relacionam ao longo do tempo, durante o desenvolvimento humano.

4.3 Resultados e discussões referentes ao Estudo 3

Este momento da tese situa-se em uma metodologia baseada no paradigma epistemológico presente na teoria da ação comunicativa de Habermas (2012ab), que propõe uma discussão da sociedade por meio das expressões simbólicas de sentido. Será demonstrado aqui então, o sentido atribuído por um sujeito ao seu desenvolvimento enquanto atleta e cidadão no seu processo de Identidade-Metamorfose-Emancipação. A narrativa de história de vida foi escolhida em complemento aos resultados encontrados no Estudo 2, visto que as análises do modelo de equação estrutural realizadas mostram um panorama geral, sem a transmissão de valores e emoções dos sujeitos pesquisados, sendo necessário então apresentar estes aspectos que são importantes na pesquisa social.

No processo de análise da narrativa de história de vida do sujeito, neste caso um mestre de artes marciais, e ao investigar os processos de metamorfose que se ilustram em fragmentos emancipatórios, que levam a uma busca de autonomia, serão abordados 3 eixos principais: 1 – o caminho percorrido por ele que o conduziu até os

dias atuais; 2 – o sentido atribuído por ele a estes momentos; e 3 – o seu projeto de vida. A intenção é utilizar as discussões de Ciampa (2005) sobre a identidade como metamorfose-emancipação e relacionar com a busca de autonomia pelo sujeito, representando quais os momentos em que apresenta um pensamento moral pré-convencional (heteronômico) em direção a um pós-convencional (autônomo). Neste estudo, a busca de autonomia/emancipação será discutida em termos de fragmentos de emancipação, visto que a emancipação total do sujeito seria uma utopia.

A escolha do chamado sujeito emblemático não foi uma tarefa simples, pois este deveria apresentar condições de uma análise de sua história de vida que seguisse a ideia de Ciampa (2009) de que o singular materializa o universal na unidade do particular. Como já apresentado na etapa “Metodologia” desta tese, o sujeito foi escolhido após análise de sua capacidade de julgamento moral a partir de um dilema moral específico para o esporte.

Vamos então à história do sujeito analisada nesta tese. Carlos tinha 52 anos quando realizada a última entrevista, e atualmente tem como atividade profissional, ser mestre de muay thai e taekwondo em uma cidade do noroeste do Paraná. O Eixo 1 representa toda sua trajetória como lutador, conforme aponta Carlos, até se tornar mestre de artes marciais foi seguida de acordo com o que aprendeu com seus mestres e transmite aos seus alunos.

Seu caso se torna importante de ser analisado pela trajetória que sua vida apresenta, a forma como chegou até os dias de hoje e as metamorfoses ocorridas durante este processo. Em todo o seu discurso, um dos pontos mais recorrentes na narrativa de Carlos foi a importância dada à hierarquia e às tradições que as artes marciais lhes proporcionaram (Eixo 2), e tenta fazer com que seus atletas sigam este raciocínio, principalmente para se tornarem não apenas atletas de sucesso, mas também “*cidadãos respeitados e respeitadores*” (Eixo 3).

Algumas informações foram extraídas da história contada pelo sujeito a fim de se realizar a interpretação destes fatos e compreender como o passar do tempo e dos fatos são apresentados por ele próprio. Suas escolhas dentro e fora do contexto esportivo, sua forma de pensar e sua visão de futuro. Estas informações foram agrupadas e podem ser conferidas na Figura 5. A decisão de construir esta figura

objetiva demonstrar cronologicamente os momentos em que ele mais deu ênfase durante as entrevistas.

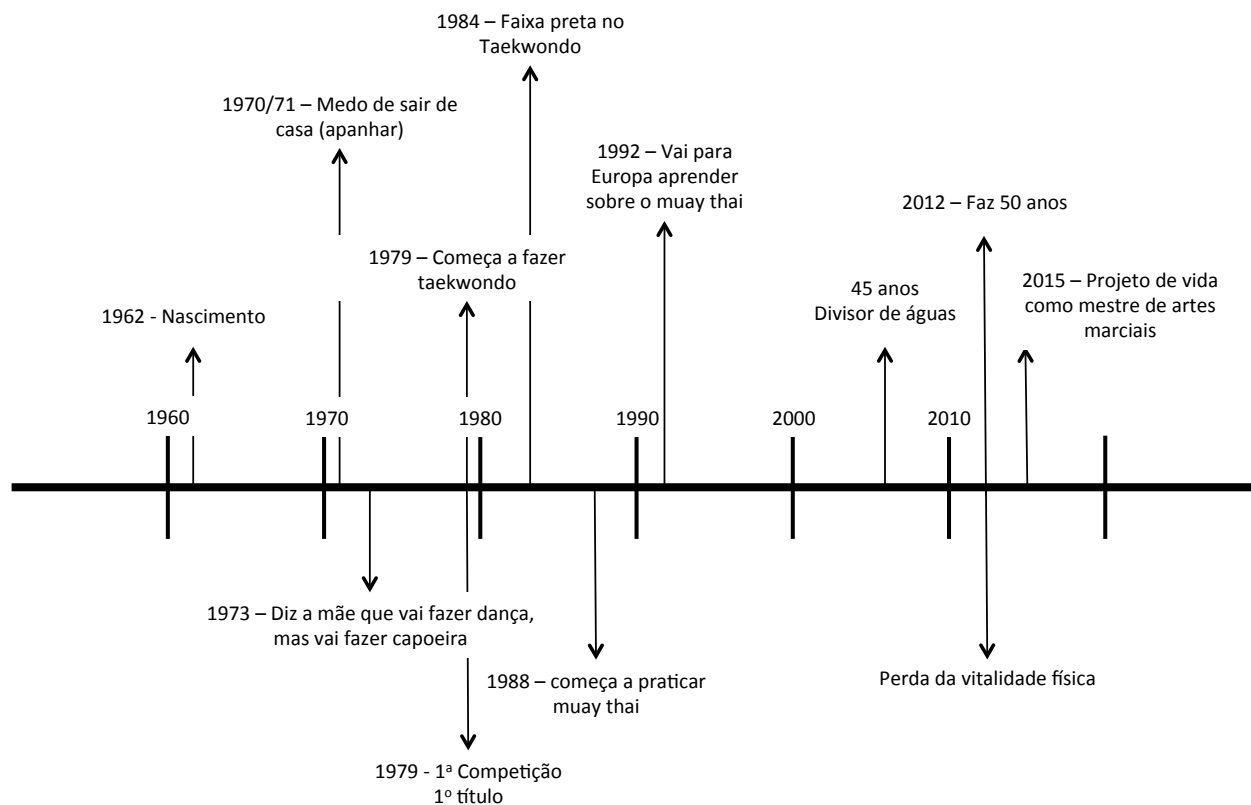


Figura 5. Linha do tempo - História de vida de Carlos

Basicamente Carlos conta sua história destacando as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo, e demonstra o contraste de sua vida atualmente, quando comparada aos fatos do início. Mudanças que ele considera serem provenientes de sua vida dentro do contexto esportivo, dos ensinamentos do mestre e dos exemplos que teve no contexto familiar, mas pouco fala de sua vida sem se remeter ao esporte. Principalmente porque nada foi citado sobre como era sua vida antes de seu ingresso neste contexto.

O garoto que tinha medo de apanhar

Após o nascimento (1962), o primeiro fato a ser destacado é sobre como iniciou sua vida no esporte. Carlos relata que por volta dos 8 anos de idade começou a ter medo de sair de casa, porém não deixa claro o que causava este medo: *“aos 8 anos, 9 anos de idade, eu comecei a ter medo de sair, medo de ir na escola, com medo de apanhar, tinha muito medo de apanhar, e eu achava, e a minha mãe achava que arte marcial era uma coisa muito violenta, e na época era mesmo, não tinha muita filosofia, muita tranquilidade, como tem hoje, e ela não me deixava praticar”*. Paralelo ao medo de sair de casa, Carlos já inclui em seu relato o desejo de praticar alguma arte marcial, sendo proibido pela mãe que achava a prática muito violenta.

Seu primeiro contato então com o mundo das artes marciais ocorre atrelado ao medo. E apesar de dizer que a arte marcial leva o seu praticante à um equilíbrio, físico, emocional e psicológico, além de ser capaz de ajudar o sujeito a se tornar um cidadão melhor, começou a praticar escondido dos pais, pois era considerado um esporte violento: *“Aos 11 anos eu falei pra ela que eu ia começar a fazer uma dança, e ela aceitou, eu falei que ia no Colégio [nome do colégio], mas era capoeira, com o grande mestre Fábio, um cara muito inteligente, professor de biologia, doutor em biologia, que era um grande mestre, e nos passava uma filosofia muito legal, sobre filosofia de vida mesmo, muito legal”*.

Neste ponto da história Carlos deixa evidente o que ele considera um dos principais pontos positivos das artes marciais, o respeito pelo mestre e os ensinamentos adquiridos por meio da prática, não apenas ensinamentos técnicos da luta, mas também para a vida. Inicia-se aqui então sua carreira enquanto praticante de uma arte marcial, sendo esta uma escolha provocada por um motivo bem especificado, a vontade de perder o medo, apesar de dizer que sempre gostou de praticar: *“eu comecei a lutar porque eu tinha medo, eu tinha medo de apanhar, então eu falei, eu preciso com 11 anos, eu falei eu preciso aprender a lutar, combater o meu medo”*, enfatizando a necessidade de tal ato, *“eu tenho que fazer isso”*.

Além do status de proibido, Carlos parece associar a arte marcial como a emancipação da sensação de medo e opressão que sentia da incapacidade de se

impor fisicamente, e buscar seu desejo. Carlos enfrenta a opressão familiar de proibição para buscar sua liberdade política no contexto social. Porém há que se analisar este momento como uma escolha baseada em fatores externos a si, a principal razão para praticar uma arte marcial é opressora, é o medo, sendo este combatido todos os dias em que aprendia não apenas a lutar, mas também a se defender.

O garoto que nasceu para lutar

Após o seu ingresso na capoeira, Carlos começa também a ter contato com outras artes marciais e quando faz 17 anos considera-se “*dono do meu próprio nariz*” e começa a praticar taekwondo, “*aos 17 eu comecei, ingressei na arte que eu era apaixonado que era o taekwondo, que tinham os [nome de lutadores reconhecidos na cidade] aqui em [nome da cidade], que foram os pioneiros*”. Carlos não deixa claro o porque era apaixonado pelo taekwondo, mas em seguida revela o desejo de buscar a fama por meio do esporte: “*a partir do momento em que eu comecei a treinar, e vi que eu tinha dom e que eu me apaixonei, eu falei ‘eu quero ser um dos caras mais famosos dentro do taekwondo’, eu quero ser competidor, quero ser lutador, quero ser conhecido nacionalmente*”.

Aos 17 anos Carlos não fala de medo, mas de liberdade adquirida para fazer suas escolhas. Sendo assim, a prática esportiva que foi iniciada em anos anteriores como um movimento de sobrevivência torna-se uma busca por fama e reconhecimento social. Ao desejar ser um dos caras mais famosos dentro do esporte Carlos apresenta seu desejo de reconhecimento alienado ao sucesso e ao status, aspectos muito discutidos no contexto esportivo de rendimento.

Seu ingresso no taekwondo não foi apenas como alguém que queria aprender as técnicas da arte marcial, logo no início participou de uma competição e sagrou-se campeão, fato este que provoca uma reação eufórica em Carlos dizendo que “*ai eu enlouqueci porque eu era faixa branca e lutei com adversários que já eram vermelha ponta preta, que eram quase formados, e ganhei de todo mundo*”. Ser campeão de sua primeira competição o levou a se comparar com um dos principais nomes das artes marciais do mundo, enfatizando a personagem de lutador: “*Então eu na ignorância dos*

17 anos eu achei que eu era o Bruce Lee, então o que eu falei? Eu nasci pra lutar, eu gosto de lutar, e aí eu decidi que eu seria o melhor lutador do Brasil na minha categoria no taekwondo”.

Carlos afirma assim sua posição colonizadora dentro do contexto exportivo. Reconhece que seu pensamento era de alguém que não tinha compreensão exata do que estava desejando e mergulha na política de identidade presente no contexto esportivo caracterizada como a busca de vitórias, títulos, reconhecimento e fama, sendo atribuída à sua atividade esportiva um status de dom, ao achar que nasceu para lutar.

Ao falar sobre seu início nas artes marciais enfatiza suas qualidades de lutador, seus desejos e objetivos dentro do mundo das artes marciais. Uma prática que iniciou como uma atividade para perder o medo e se defender na rua caso fosse necessário, passa a ser seu objetivo de vida, ser o melhor lutador de taekwondo do Brasil. Este desejo de ser o melhor, de vencer, revela a visão de que não basta apenas praticar o esporte por prazer, é preciso ser o melhor, indicando uma necessidade de poder e reconhecimento já presente em sua estrutura familiar. Carlos revela que até o início de sua vida adulta teve de tudo, todas as suas vontades satisfeitas pelo pai que detinha alto poder aquisitivo.

Uso das artes marciais para brigar

Com o passar do tempo, Carlos foi se aperfeiçoando como lutador de taekwondo e ocorre a transição do garoto que tinha medo para o jovem briguento que não levava desaforo para a casa. Inicia-se uma fase em que a arte marcial era usada fora do contexto esportivo, deslocando os aspectos morais presentes na arte marcial para um ambiente em que esta prática seria nociva às outras pessoas, podendo desencadear consequências perigosas.

“Eu era muito briguento, depois que eu era frouxo, e eu consegui chegar num patamar, eu falei ‘agora quem manda sou eu’; 20 anos de idade, 22 anos de idade, e eu briguei muito, brigar na rua mesmo, boates brigava muito, ou seja, eu não levava desaforo pra casa”.

Carlos começa a fazer uso dos ensinamentos técnicos da arte marcial em um contexto em que estas técnicas são consideradas proibidas, estando sujeito às regras sociais e jurídicas. Este fato pode ser caracterizado como desengajamento moral, que já é discutido na literatura como preditor de um comportamento antisocial (BOARDLEY, KAVUSSANU, 2010; TSAI, WANG, LO, 2014). As brigas que ocorriam na rua eram processos autorregulatórios envolvendo a reestruturação cognitiva de uma conduta antisocial, ou seja, eram ações que causavam sofrimento a outros sem que Carlos se autocondenasse pela ação danosa (CORRION et al., 2009).

O uso das técnicas marciais no tatame é uma atividade organizada, que também apresenta regras, mas são permitidas, com implicações esportivas. A partir do momento que o atleta faz uso destas habilidades e técnicas fora deste contexto esportivo ele passa a se comportar de forma pré-convencional, uma orientação ingênua e egoística, assumindo assim que as brigas na rua ocorriam sem controle, quando cita uma conversa que teve com seu mestre ao questioná-lo sobre suas atitudes no contexto social: *“mestre seguinte, eu não tenho domínio em mim, eu não consigo controlar, quando que eu vejo já foi, e todo mundo me provoca”*. Demonstrando assim uma incapacidade de sozinho reconhecer os problemas de seu comportamento, culpando os outros.

A transição do garoto frouxo para o briguento livra-o do medo de sair de casa e sofrer algum tipo de violência. No entanto, há que se considerar a possibilidade de que isto passe a ser um problema social, ao prejudicar a integridade física de outros e dele próprio. Carlos passa do status de oprimido para o de opressor, neste sentido, a identidade política pode funcionar como um antagonista das dominâncias das políticas de identidade durante o processo de construção da sua identidade de atleta. Ciampa (2002) considera que a identidade política envolve elementos que promovam a igualdade como associação à motivações, ideias e grupos proporcionando o reconhecimento e apoio ao processo de metamorfose e enfrentamento à opressão; e também que esta promova diferença pela identificação a uma identidade coletiva em oposição a outras possibilidades. Há então uma integração, não uma incorporação do que se considera a identidade coletiva (LIMA, 2010).

Os conhecimentos adquiridos no contexto esportivo tornam-se mais autônomos a partir dos ensinamentos recebidos de seu mestre, que passa a questioná-lo se seu comportamento fora do tatame seria adequado para um lutador de artes marciais. A falta de controle já reconhecida começa a se transformar em equilíbrio emocional quando passa a entender as palavras de seu mestre, que mesmo que tenham sido *“coisas infantis, que transformaram a minha vida”*, Carlos acredita que hoje como mestre de outros atletas ele tem *“a obrigação moral de passar isso, agora”*.

Carlos atribui importância à função do seu mestre neste processo como alguém que lhe apresenta caminhos a seguir que deixem de causar opressão e prejuízo a outros. Praticamente o que seu mestre faz é situá-lo na compreensão da "regra de ouro" (*“Não faça a ninguém aquilo que não quer que te façam”*). Aquilo que de minha perspectiva é igualmente bom para todos residiria de fato no interesse igual de todos apenas se minha identidade e meu projeto de vida refletissem uma forma de vida universalmente válida (HABERMAS, 1989).

Os ensinamentos recebidos no convívio diário com seu mestre o levaram a perceber que suas atitudes precisavam se modificar, era chegado o momento de mudança no plano social, que ocorre por intermédio do esporte. Carlos chega à conclusão de que precisa mudar, ou seus objetivos não serão alcançados: *“eu não quero mais me expor, eu não quero mais, que ninguém me veja bêbado, que ninguém me veja fazendo cagada”*. Segundo ele, suas decisões sempre foram bem definidas: *“eu tenho isso desde quando eu comecei lá que eu falei ‘Eu vou aprender a lutar’, sabe. Então eu falei, eu parei, eu quero ter saúde, e quer ser bom, dar bom exemplo, parei, parei, tem que parar, tem hora que não dá pra protelar”*. Inicia-se neste momento mais uma etapa de sua vida enquanto atleta e homem no mundo. Um atleta em busca de seus objetivos.

Com a prática diária, chega ao que ele chama de equilíbrio físico e emocional, não se considerando perfeito, porém alguém em busca de equilíbrio: *“você não pode ser bonzinho uma vida toda, e também você não pode ser mau uma vida toda, isso se chama equilíbrio”*. Esta sensação de equilíbrio é justificada pela prática das *“artes marciais, dado às lutas das quais eu dediquei minha vida inteira pra elas”*. E que ilustra uma transição importante no seu aspecto emocional: *“hoje eu sou um cara muito mais*

prudente, eu sou um cara que tem trabalhado muito a minha paciência, que eu nunca tive”.

O atleta que se transforma em mestre

Após anos praticando taekwondo, e adquirindo ensinamentos técnicos e pessoais, Carlos descreve o momento em que decidiu que seria mestre de artes marciais, não queria apenas ser um atleta.

“E fui treinando, treinando, treinando, no ano de 1984 depois de participar de mais de 40, 50 competições eu me formei faixa preta, ai eu peguei a faixa preta em novembro de 84 e daí eu decidi de verdade que eu seria mestre, eu falei que eu não me satisfaria sendo um instrutor ou professor, eu queria ter a graduação que o meu mestre tinha, eu queria ensinar as crianças como o meu mestre ensinava. Eu queria fazer a minha equipe como o meu mestre tinha, e fui galgando essa, esse objetivo, que são os dans”.

Com este novo objetivo, Carlos passa a treinar também uma outra arte marcial, o muay thai. Em 1988 começa a treinar a modalidade na cidade de [nome da cidade], em uma academia de onde saíram alguns dos principais lutadores de artes marciais do Brasil. Carlos fica nesta academia de 1988 a 1994, onde tem contato com mais um mestre de artes marciais, que logo descreve da seguinte forma: *“novamente eu tive uma nova paixão, o boxe tailandês, o muay thai, que eu treinei la de 88 a 93, 94”.*

Durante estes anos, e com esta nova paixão, Carlos decide que é hora de mudar mais uma vez: *“No ano de 1992 eu decidi conhecer o que tinha de melhor no muay thai do mundo, porque eu sempre tive esse perfeccionismo, eu não queria ser igual, eu queria ser melhor do que os melhores. Claro que de uma forma muito humilde, uma forma muito tranquila, sem aquela ambição besta, eu sempre com muita humildade, chegava nas academias me apresentava e dizia que humildemente eu queria aprender a modalidade que estava la, então em 92 eu decidi ir pra Europa, aonde é o centro do muay thai do mundo”.*

Durante anos Carlos passa a praticar artes marciais e a competir como atleta dentro dos limites das modalidades no Brasil. Alcança seus objetivos de ser um atleta

conhecido no Brasil, que aprimora suas técnicas diariamente e que começa a viver sua vida em função do esporte. Quando questionado se havia conquistado tudo o que queria como atleta, Carlos diz o seguinte:

“Qual que é o objetivo de um atleta? Campeonatos mundiais, e olimpíada, mas quando eu competia era muito precário o taekwondo, ele não era olímpico, os campeonatos mundiais, o Brasil não era convidado. Então, é ... a nível nacional eu acho que eu consegui, ou seja, eu queria ser conhecido no Brasil e consegui ser como atleta. Então é ... muito sofrido mas eu consegui os objetivos que eu queria”.

Mesmo não alcançando os títulos considerados os mais importantes no esporte mundial, Carlos sente-se satisfeito e realizado com sua trajetória esportiva, depositando nas artes marciais uma parcela de responsabilidade significativa no seu percurso de vida como sujeito em busca de sua autonomia e emancipação, seja no esporte, seja no convívio social. Seu relato sobre a adaptação à realidade do esporte demonstra o conflito vivido entre o desejo de ser o melhor, ser reconhecido, com as *“aulas de humildade”* que recebia de seu mestre.

Toda sua trajetória de vida, as mudanças ocorridas e a forma como a conduz neste momento são explicados por ele como reflexo do valor que coloca na arte marcial: *“eu errei muito, mas eu tentei arrumar, eu tentei consertar esses erros sabe? Não sou o cara como parece que eu estou falando, não, eu só fiz o que lá no começo eu falei pra você o que significava a arte marcial: ‘Guerra consigo mesmo’”.* Esta Guerra consigo mesmo foi explicada como algo que *“você só vai conseguir dominar, você só vai conseguir controlar o seu adversário a partir do momento que você se controla, a partir do momento que você tem domínio sobre suas ações, suas atitudes, seus sentidos, suas emoções”.*

Esta *“Gerra consigo mesmo”* extrapola os limites do tatame e o leva a um comportamento prosocial no contexto social-não esportivo: *“eu acho que eu aprendi foi uma, uma experiência muito boa em relação a você se criar, não a você aprender uma luta, você aprender a ter humildade, você aprender a ter perseverança, você aprender que você não sabe nada, que você apesar de ter uma graduação excelente, a gente ainda não sabe nada, a nossa vida é um aprendizado eterno”.*

Após achar que havia aprendido o suficiente enquanto atleta, Carlos realiza o objetivo inicial de anos anteriores, o de se tornar mestre e descreve esta transição da seguinte maneira: *“como atleta, como bom atleta você traz bons atletas com você. Chegou uma hora que eu tinha uma equipe muito grande de 40, 50 lutadores, lutadores, não alunos, tinha 250 alunos, e 40, 50 lutadores. Então eu precisava cuidar dessa molecada quando estavam competindo, e eu me preparar, pra competir, e cuidar de 30, 40 não tinha condições. Então, uma hora eu decidi falei, eu já lutei, eu já vi como era, eu já sei o que precisa, o que tem que fazer, eu já sou conhecido, agora eu vou cuidar da minha equipe”*.

Carlos faz questão de frizar que ser mestre não significa deixar de treinar, pelo contrário, o mestre precisa estar em condições de demonstrar todos os movimentos exigidos na modalidade, inclusive no processo de se tornar um mestre: *“Você ser treinador de atletas é uma coisa, você ser mestre é outra. Pra eu ser mestre eu tive que fazer todos os exames de graduação, passar por bancas examinadoras, é ... mostrar, até hoje se eu for fazer exame de graduação, ele tem que ser feito prático, eu não consigo fazer um exame teórico, e nem faria, então ele tem que ser prático”*.

Não só do ponto de vista prático, mas também no plano social o mestre de artes marciais exerce influência, principalmente quando se tem sob sua responsabilidade uma criança, alguém que está iniciando sua vida esportiva e social: *“cabeça de criança é papel em branco, a gente escreve o que quer, você coloca o que quer. O mestre ele tem um poder em relação ao adolescente, ao jovem, que nem os próprios pais têm, então colocar o seu filho numa academia irregular, uma academia onde tem um professor que não tem doutrina, que não tem origem, é, é o mesmo que você assinar o atestado que seu filho pode virar um bandido, pode virar um cara agressivo, um cara sem controle”*. Sua opinião acerca do papel de ser mestre ilustra exatamente o papel que seu mestre ainda representa em sua vida, e tenta repetí-lo.

Carlos retoma a importância da hierarquia e dos ensinamentos morais que são responsabilidade do mestre, aquele que tem o papel de transformar não apenas o atleta mas também o homem, e friza a importância de que os pais também se responsabilizem pela escolha do local onde irão colocar seus filhos para praticar uma arte marcial. Assim, expõe também o outro lado da prática destas modalidades

esportivas, a falta de fiscalização e organização oficial, emitindo quase que um alerta: *“pergunte quem é o professor, pergunte o que ele faz, pergunte onde ele estudou, onde ele se formou, aonde estão os certificados, os diplomas dele, de que escola ele vem, porque não tem nenhum órgão que cuide disso, hoje em dia qualquer pessoa pode abrir uma portinha e se intitular mestre e dizer que aprendeu por osmose”*.

A tradição esportiva, principalmente no que se refere à transmissão do que considera comportamentos prosociais, morais, Carlos destaca como fundamental no seu papel de mestre de artes marciais, especificando que ele precisa ser exemplo para seus alunos e atletas, pois sem este exemplo, a sua tarefa de mestre se torna inviável: *“como é que eu vou ser um mestre de um garoto, como é que eu vou ensinar disciplina prum garoto se eu sou indisciplinado? Como é que eu vou ensinar um menino, falar pra ele que fumar faz mal se eu fumar? E usar droga? E beber? E for alcoólatra? E conduzir uma família errada?”*.

Ao descrever seu papel de mestre, Carlos revela a transição do papel identitário, em que ser mestre não é vencer, é ensinar. Essa ação define sua mudança de perspectiva moral. Deixa de ser uma perspectiva individual (pré-convencional) e passa a ser universal (pós-convencional), em que o outro é também inserido no seu raciocínio moral.

Este papel de mestre que transmite ensinamentos esportivos e morais não surge de repente, é uma situação atual que levou anos para se consolidar, e mais uma vez cita a importância de seu mestre neste processo: *“o que eu sou pros meus alunos ele foi pra mim. Algumas coisas eu cito pros meus alunos que ele citou pra mim. Porque quando ele, quando o meu mestre, eu era rebelde, eu era filho de pai rico, eu achava que o mundo era, era, era meu; e eu fui tomando aulas de humildade com ele, prática, na bordoadá”*.

O esporte foi responsável pela perda do medo que Carlos tinha ao sair de casa, transformando-o em um sujeito agressivo e que brigava na rua todo final de semana, depositando nos outros a responsabilidade de seus atos. Ao mesmo tempo em que se transformava em um sujeito briguento, o convívio com seu mestre de artes marciais fez com que percebesse que este não seria um caminho emancipatório. A experiência

como atleta não condizia com a de briguento. A evidência deste contraste leva Carlos a conseguir se emancipar com um papel estimulando a emancipação no outro.

É quando toma a decisão de se transformar em um grande atleta, conhecido, e que com o passar do tempo assume sua posição de mestre de artes marciais, sendo agora responsável por ensinar outras crianças e adolescentes a usarem o esporte como uma forma de emancipação de seus medos e fraquezas.

Todas estas considerações acerca do ser atleta, ser mestre, buscar sua autonomia e emancipação, revelam também um lado que merece ser discutido. Carlos faz referência ao que hoje é o mais conhecido centro de artes marciais do mundo, o MMA, que tem como organização oficial o UFC. O MMA (*Mixed Martial Arts*) é uma modalidade esportiva relativamente recente e que tem conquistado quantidade de fãs e praticantes de forma significativa nos últimos anos. O UFC (*Ultimate Fighting Championship*) é uma organização que produz os eventos ao redor do mundo.

Ao relacionar as artes marciais com o MMA, Carlos diz: *“hoje meio que tá banalizado isso, na minha opinião, hoje perdeu aquela hierarquia do ‘eu tive um mestre, que teve um mestre, que teve um mestre, que eu vou ter um aluno que será mestre’, hoje não, apesar do MMA ser uma das coisas mais famosas hoje, só tá no Brasil, só perde pro futebol, deixou um pouco aquela hierarquia, meio que banalizou, porque hoje atleta ele tem que ser forte e agressivo, o atleta tem que bater mais do que o outro, e o objetivo da arte marcial não é esse, o objetivo da arte marcial é a hierarquia, é a tradição, é a disciplina, é a humildade, é a, o caráter”*.

Carlos não considera o MMA uma luta, diz que apenas reúne diversas artes marciais, acha algo interessante pois divulgou ainda mais o mundo das artes marciais, porém não se considera apaixonado e explica o motivo, mais uma vez citando a questão da hierarquia e tradição: *“levou as artes marciais ao topo do mundo, porém, desmistificou um negócio que tinha origem, que tinha porque, que tinha início, que tinha meio, hoje em dia a criançada não quer aprender uma doutrina, a criançada quer aprender MMA”*.

Concluindo seu raciocínio sobre o MMA, Carlos descreve o mundo das artes marciais de uma forma que justifica sua trajetória de vida desde o início de sua prática, enquanto um garoto medroso, até os dias atuais como mestre que transmite sua

tradição aos seus alunos e atletas: *“o objetivo da arte marcial não é ser a melhor do mundo, é só ser boa e eficiente pro seu praticante. Desde que não forme um lutador, desde que forme um cidadão. Desde que o cara pratique essa arte marcial, desde quando acorda até a hora que vai dormir, com atitude, com postura, é ... ensinando o que ele aprendeu, da forma como ele aprendeu, com a filosofia, com a doutrina que ele aprendeu”*. A arte marcial não forma apenas atletas e lutadores, mas também cidadãos.

O mestre que forma atletas e cidadãos – seu olhar para o futuro

A trajetória de Carlos como mestre de artes marciais apresenta uma etapa em que considera um divisor e águas em que, após os 45 anos o homem perde sua vitalidade e precisa se adaptar a este momento: *“até os 45 anos eu tinha essa vitalidade, essa força até os 45, 47 eu lutava semanalmente com todos os meus alunos, lutava mesmo, de contato físico, e tinha o controle da luta”*. A perda da vitalidade física porém é considerada normal, inclusive que ele próprio se preparou para isso.

“A partir dos 50 anos eu senti uma queda na vitalidade, então eu acho que eu me preparei essa vida inteira para essa queda mesmo, pra essa nova fase. Porque hoje o corpo não é tão forte, o corpo não é tão rápido, os golpes começam a se limitar, os golpes mesmo da luta começam a se limitar, mas a cabeça do cara na minha idade, quando ela é trabalhada desde a infância, ela é muito mais forte que o corpo, que a própria luta. Então ... hoje aos 52 anos de idade, eu me sinto um cara realizado e tranquilo pra tocar minha vida até quando Deus permitir que eu vá tocar”.

Mesmo com a perda da vitalidade física, Carlos treina todos os dias com seus alunos e revela que sua vida atualmente é diferente do que havia pensado um dia, porém considera sua atual situação melhor do que pensava: *“ah, aos 50 anos eu vou ser um velho careca de cavanhaque, que vai estar sentadinho, vendo os atletas treinar, vendo seus atletas ... não, eu estou la junto com eles, to treinando junto com eles, na gíria da molecada hoje em dia, saio na mão com eles ainda, ainda troco uns socos e chutes com os meninos, a luta me renova, e eles me vendo treinar, tem exemplo, não existe idade, não existe tempo pra começar, nem tempo pra parar, existe você querer,*

você querer fazer, e eu acho que eu não vou parar de treinar, porque eu me sinto, aos 50 anos eu me sinto muito forte, me sinto muito bem”.

Carlos considera que alguma coisa dentro dele não ficou velho, fato que é reforçado pelo convívio com os alunos, e também à prática esportiva: *“a arte marcial não me deixa ficar velho, nem por fora”*. Considerando ainda que as lutas o transformaram em uma pessoa melhor, e tem prazer em ser conhecido. Além disso, revela a sensação que tem quando exerce seu papel de mestre, e o quanto esta atividade colabora com o seu projeto de vida.

“Quando eu to dando aula, quando eu to no tatame, quando eu to com as crianças que eu to corrigindo uma postura, ou corrigindo uma atitude, porque no tatame eu não ensino a lutar, no tatame eu ensino muitas coisas, o que você pegar você guarda, o que você sujar você limpa, respeite o lugar onde outras pessoas vão usar, eu dou lição também de cidadania, lição de, então nessa hora que eu to no tatame eu realmente me sinto realizado, me sinto amado, porque eu vejo que a molecada se espelha em mim, se espelha nas minhas atitudes, na forma que eu falo, o que eu falo, como eu falo”.

Estes ensinamentos são frutos do que aprendeu ao longo de sua vida: *“eu vejo que a arte marcial ela tem uma coisa assim, que, que, é por isso que é tão frequentado e tá tão em moda hoje, porque ela tem uma coisa que nos fascina, que é a humildade, que é você estar sempre aprendendo, é você estar sempre buscando a sua perfeição, buscando o equilíbrio físico, o equilíbrio mental, o equilíbrio emocional”*. O processo emancipatório ocorre até mesmo em sua fala quando se refere à este momento de sua vida, deixa de se intitular como frouxo e briguento, e usa os adjetivos medroso e seguro, imputando um valor inestimável à arte marcial em sua vida:

“arte marcial salvou minha vida, me transformou num cara seguro, não agressivo, porque eu era medroso, então a minha intenção de garoto era bater em todo mundo, era saber que eu podia bater em todo mundo. Quando eu consegui, descobri que eu podia bater em todo mundo, foi na hora que eu tive o discernimento de ver que a violência é uma coisa que não tem sentido, que a violência é uma coisa que não leva a nada”

Sua prática atual, como atleta, dono de uma academia e principalmente como mestre de artes marciais, é contribuir para um melhor convívio na sociedade, se considerando responsável pela conduta de seus atletas fora do contexto esportivo também ao dizer que *“Se cada um de nós, se cada um, cada cidadão orientasse, ajudasse, desse amparo moral, amparo psicológico pra um adolescente, pra um garoto, eu acho que o mundo não estaria no padrão que está”*. Afirmando ainda que ao mesmo tempo que ensina, aprende com os alunos.

Esta é uma fala que pode ser enquadrada dentro do estágio pós-convencional do desenvolvimento moral, principalmente ao que Habermas (1990a) considera o 7º estágio de desenvolvimento, em que ele apresenta sua ideia sobre a Liberdade Moral e Política das pessoas que compõem a sociedade. Carlos afirma que todas as pessoas deveriam colaborar para a formação de uma sociedade melhor, não fala que o mundo seria perfeito, mas poderia versar ao que Habermas (2012ab) considera uma evolução da competência comunicativa, no âmbito da comunicação e interação real das pessoas.

Carlos disse que para ele, atualmente o esporte é uma ferramenta de auxílio para a sua vida e para a vida de seus alunos e atletas: *“hoje eu, eu luto, eu pratico ela pro meu interior, mas eu tenho e vou continuar ensinando crianças a lutar, pra não apanhar na escola, meninos a serem famosos lutadores, esses meninos vão se transformar em treinadores, que vão se transformar em mestre, pra eu deixar minha hierarquia”*. Ele diz não ter a pretensão de conduzir sua vida dentro do esporte como uma forma de ganhar dinheiro ou fazer fama como uma academia que tem atletas campeões. Não acredita que terá 50 campeões, pelo alto custo de treinamento e viagens para competições: *“é muito estresse, eu vou continuar fazendo o meu trabalho, pra adolescente, pra garoto”*.

A realização pessoal pelo sucesso nas artes marciais fica evidente ao terminar sua fala, não considera que o sucesso veio por causa das vitórias, por causa dos títulos, por causa das faixas que conquistou, o sucesso que ele considera é a capacidade de formar cidadãos por meio da sua prática profissional, e é isso o que importa. *“Mas, o que, que as lutas me deram? Me transformaram numa pessoa melhor, hoje eu tenho o prazer de ser conhecido, meu nome ser conhecido, é, é, é ... quase no mundo todo, fui um lutador de respeito, aonde você chegar no Brasil e dizer Mestre*

Silva, vou ser reconhecido como um bom atleta, um bom treinador e um bom Mestre. Então eu acho que isso vale ouro, vale ouro”.

Ao ser questionado se gostaria de acrescentar algo para finalizar, sua resposta demonstra clareza sobre o que recebeu das artes marciais e ainda espera dela:

“Eu acho que se eu voltasse no tempo eu queria tudo novamente, porque hoje eu me sinto um cara realizado, porque que eu digo que eu me sinto realizado? Não por ter conseguido títulos, de importância, não, eu criei muitos homens, eu criei cidadãos, pessoas que poderiam ter, não ter dado certo, com a arte marcial, com a luta, com carinho, com dedicação, eu fiz com que essas pessoas não se transformassem em lutadores, mas transformassem em cidadãos”.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese defendida neste trabalho foi a de que, quando o sujeito possui um projeto de vida e, paralelamente a este, desenvolve uma identidade política com perspectiva emancipatória, sua participação e atuação no contexto esportivo deixa de ser um aspecto de colonização do mundo da vida e se transforma em uma prática que viabiliza a busca da autonomia moral e emancipação. Estes elementos foram considerados a partir da necessidade de se compreender como o desenvolvimento moral de um atleta pode ser fundamental para o seu processo de desenvolvimento enquanto sujeito no mundo, exaltando sua capacidade de raciocinar e agir com autonomia suficiente que lhe permita conviver em sociedade. Após uma densa revisão de literatura, para encontrar elementos que suportassem esta tese, alguns estudos foram estabelecidas a fim de se compreender como a moral vem sendo discutida no contexto esportivo, bem como suas principais características.

O primeiro estudo caracterizou-se por uma Revisão Sistemática da literatura sobre moral no esporte abordando estudos nacionais e internacionais. O segundo estudo representa uma proposta de investigação da moral no esporte explorando variáveis que se relacionam por meio de um Modelo Explicativo. E o terceiro estudo compreende a análise da história de vida de um mestre de artes marciais com o intuito de compreender qual a influência do contexto esportivo sobre seu processo de desenvolvimento humano explorando a busca pela autonomia.

Estes 3 estudos nos levaram a resultados interessantes porém não esgotam as discussões acerca da temática. Inicialmente foi possível explorar as principais características dos estudos realizados sobre moral no esporte. As pesquisas analisadas revelaram pontos que merecem destaque. Um deles é a percepção de que a moral é estudada de diversas formas, com a utilização de metodologias variadas quanto ao desenho da pesquisa, instrumentos utilizados e sujeitos participantes.

Apesar desta variedade de características, algumas delas se destacaram, estando presentes na maioria dos estudos. Dentre estas características podemos citar a utilização de desenho quantitativo com uso de escalas psicométricas standardizadas que possibilitam aumentar a quantidade de sujeitos na pesquisa. Com relação a estes

sujeitos, os estudos foram conduzidos, em sua maioria, com a participação de pessoas de ambos os sexos, atletas universitários e/ou colegiais e praticantes de esportes coletivos. Adolescentes foram os mais presentes nas pesquisas, o que revela a preferência dos pesquisadores por compreender a moral em um momento da vida do sujeito em que os questionamentos individuais e sociais são bem específicos e considerados pelos estudiosos da Psicologia como uma fase em que as descobertas da vida tornam as decisões mais complexas.

Vários foram os referenciais teóricos utilizados pelos pesquisadores para dar suporte aos estudos. Os mais presentes foram a Teoria Social Cognitiva do Pensamento e da Ação Moral de Bandura, e a Teoria do Desenvolvimento Moral de Kohlberg. Estas teorias serviram de base para que os autores discutissem também diversas variáveis que se relacionam com a moral sempre levando em consideração o contexto esportivo.

Estas características colaboraram para a compreensão de como os estudos 2 e 3 poderiam ser conduzidos de forma a colaborar com a sustentação da tese inicial. Isto porque poucos estudos foram realizados no Brasil sobre este tema e os esportes individuais também foram menos explorados.

Após a compreensão das principais características dos estudos sobre moral no esporte, elaborou-se um Modelo Explicativo da moral especificamente para o contexto esportivo, verificando assim que a autonomia exerce influência positiva sobre a orientação esportiva do atleta, levando-o a maior capacidade de comportar-se de forma prosocial, ou seja, quanto mais o atleta se percebe como um sujeito direcionado à busca de autonomia, maior será sua capacidade de emitir orientações morais consideradas positivas em sua prática, o que resulta em comportamentos prosociais direcionados tanto aos companheiros de equipe quanto aos adversários.

As ações morais de um sujeito em busca de autonomia só podem ser compreendidas quando são mediadas pelas orientações morais que este apresenta no contexto em que se insere. Ou seja, confirmamos assim a hipótese de que uma moral pós-convencional no esporte, quando associada a um movimento de busca de autonomia perpassa uma orientação positiva da prática esportiva.

Os resultados dos dois primeiros estudos serviram de base para a discussão da história de vida do sujeito considerado emblemático que foi analisada abordando-se 3 eixos específicos, o caminho percorrido pelo sujeito até o momento, o sentido que ele atribui aos fatos, e o projeto de vida que estabelece para si. A busca do sujeito pela emancipação/autonomia foi observada e caracterizada por fragmentos emancipatórios apresentados ao longo de seu desenvolvimento.

Carlos é um sujeito que se descreve fazendo referência à sua vida enquanto alguém inserido no contexto esportivo. Sua fala pouco explora sua vida fora dos tatames, como ele mesmo diz. Um dos pontos que chamam atenção no seu relato é a importância dada à hierarquia e às tradições proporcionadas pelas artes marciais. Fatores presentes em sua vida, principalmente quando cita a mudança de seu status de sujeito briguento para um atleta em busca de realização esportiva. Enfatiza que não tinha condições de realizar esta mudança sozinho e exalta a importância de seu mestre neste momento.

Este episódio das brigas na rua ilustra os conflitos descritos por Carlos no decorrer de seu desenvolvimento. Conflitos que estão presentes mesmo aos 11 anos de idade quando começou a praticar capoeira escondido dos pais. Com o objetivo principal de eliminar seu medo de sair de casa e apanhar, Carlos inicia aquela que segundo ele foi a responsável por salvar sua vida, a arte marcial, que exerce a função de tirá-lo da posição de oprimido e transformá-lo em um sujeito mais confiante. Porém esta confiança só ocorre após os ensinamentos de seu mestre que passa a questioná-lo sobre seu comportamento na rua e o leva à reflexão sobre a necessidade de superar a personagem de briguento e se tornar um atleta de sucesso no esporte.

A mudança de cidade e principalmente a viagem para a Europa em busca de conhecimentos sobre o muay thai levam Carlos a uma melhor compreensão sobre o mundo das artes marciais. Esta compreensão mais específica revela nele o desejo de se tornar mestre e continuar com os ensinamentos adquiridos. Evidenciando assim a manutenção da tradição muito presente nas artes marciais.

Ao contar sua história, Carlos enfatiza a satisfação que sente ao olhar para trás e se orgulhar do percurso até os dias atuais, deposita nas artes marciais grande responsabilidade do que ele considera uma vida de sucesso. As metamorfoses

ocorridas durante a vida de um sujeito em busca de autonomia e emancipação refletem os conflitos vividos entre o desejo de ser o melhor naquilo que faz, ser reconhecido, alcançar o sucesso, e a necessidade de ser um sujeito humilde que preza pelo respeito à hierarquia e às tradições.

Carlos diz que sua trajetória de vida representa aquilo que aprendeu no mundo das artes marciais, a “Guerra consigo mesmo”, diz que seus dias são sempre lutando para melhorar, ser hoje melhor do que foi ontem. Além disso, sua prática atual como mestre de artes marciais é ajudar seus alunos e atletas a se tornarem pessoas melhores, ensinando e aprendendo com eles diariamente. Concluindo, ao descrever sua satisfação e realização em formar não apenas lutadores, mas cidadãos, revela uma propensão à aquisição de autonomia, levando-o a uma maior capacidade de tomar decisões deixando de internalizar para interiorizar, reconhecendo que não irá mudar o mundo com sua prática, porém, este ceticismo não derrotista o leva a não parar de lutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. M. de. **Sobre a Anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo, PUC, 2005.

ANTUNES, M. S. X. A compreensão do sintagma identidade-metamorfose-emancipação por intermédio das narrativas de história de vida: uma discussão sobre o método. In: LIMA, A. F. (org). **Psicologia Social Crítica: Paradoxes do Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

APEL, K. O. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ATKINSON, R. (Ed.). **The life story interview**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

BANG, H., ODIO, M. A., REIO, T. The moderating role of brand reputation and moral obligation: An application of the theory of planned behavior. **Journal of Management Development**, v. 33, n. 4, p. 282 – 298, 2014.

BARKOUKIS, V., LAZURAS, L., HARRIS, P. R. The effects of self-affirmation manipulation on decision making about doping use in elite athletes. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 16, n. 2, p. 175-181, 2014.

BARKOUKIS, V., LAZURAS, L., TSORBATZOUKIS, H., RODAFINOS, A. Motivational and social cognitive predictors of doping intentions in elite sports: an integrated approach. **Scandinavian Journal of Medicine and Science Sports**. v. 23, n. 5, p. 330 - 340, 2013.

BATAGLIA, P. U. R. A Validação do Teste de Juízo Moral (MJT) para Diferentes Culturas: o caso brasileiro. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 23, n.1, p. 83-91, abr. 2010.

BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A.; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 25-32,

Janeiro-Abril/2010.

BEBETSOS, E., KONSTANTOULAS, D. Contact sports, moral functioning and planned behaviour theory. **Perceptual and Motor Skills**, v. 103, n. 1, p. 131 - 144, 2006.

BENNETT, C.; KHANGURA, S.; BREHAUT, J. C. *et al.* Reporting guidelines for survey research: an analysis of published guidance and reporting practices. **PLoS medicine**, v. 8, n. 8, ago 2010.

BERETA, T. A. D. S. Psicologia do Trânsito e Competência Moral: uma intervenção junto a alunos de um curso de especialização. **Dissertação de Mestrado**. Programa de pós-graduação em Educação. UNESP. Câmpus de Marília, 2014.

BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg**: ética e educação moral. São Paulo: Moderna, 2002.

BOARDLEY, I. D., GRIX, J., DEWAR, A. J. Moral disengagement and associated processes in performance-enhancing drug use: a national qualitative investigation. **Journal of Sports Science**, v. 32, n. 9, p. 836 - 844, 2014.

BOARDLEY, I. D., JACKSON, B. When teammates are viewed as rivals: a cross-national investigation of achievement goals and intrateam moral behavior. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 34, n. 4, p. 503 - 524, 2012.

BOARDLEY, I. D., KAVUSSANU, M. Development and validation of the moral disengagement in sport scale. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 29, n. 5, p. 608 - 628, 2007.

BOARDLEY, I. D., KAVUSSANU, M. Effects of Goal Orientation and Perceived Value of Toughness on Antisocial Behavior in Soccer: The Mediating Role of Moral

Disengagement. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 32, n. 2, p. 176 - 192, 2010.

BOARDLEY, I. D., KAVUSSANU, M. The influence of social variables and moral disengagement on prosocial and antisocial behaviours in field hockey and netball. **Journal of Sports Sciences**, v. 27, n. 8, p. 843 - 854, 2009.

BOARDLEY, I. D., KAVUSSANU, M. The moral disengagement in sport scale-short. **Journal of Sports Science**, v. 26, n. 14, p. 1507 – 1517, 2008.

BOIXADOS, M., CRUZ, J., TORREGROSA, M., VALIENTE, L. Relationships among motivational climate, satisfaction, perceived ability, and fair play attitudes in young soccer players. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 16, n. 4, p. 301 – 317, 2004.

BOLTER, N. D., WEISS, M. R. Coaching behaviors and adolescent athletes' sportpersonship outcomes: Further validation of the Sportsmanship Coaching Behaviors Scale (SCBS). **Sport, Exercise, and Performance Psychology**, v. 2, n. 1, p. 32 – 47, 2013.

BONIN, L. F. R. Indivíduo, cultura e sociedade. In: STREY, M. N., et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOOTH, B. F. Socio-cultural aspect of play and moral development. **International Journal of Sport Psychology**, v. 13, n. 1, p. 50 – 59, 1982.

BORSBOOM, D.; CRAMER, A. O. J.; SCHMITTMANN, V. D.; EPSKAMP, S.; WALDORP, L. J. The Small World of Psychopathology. **PLoS ONE**, v. 6, n. 11, 2011.

BORTOLI, L., MESSINA, G., ZORBA, M., ROBAZZA, C. Contextual and individual influences on antisocial behaviour and psychobiosocial states of youth soccer players. **Psychology of Sport & Exercise**, v. 13, n. 4, p. 397 – 406, 2012.

BREDEMEIER, B. J. L. "And Ain't I a Woman? Toward a Multicultural Approach to Gender and Morality. **Quest**, v. 44, n. 2, p. 179 - 209, 1992.

BREDEMEIER, B. J. L. Children's moral reasoning and their assertive, aggressive, and submissive tendencies in sport and daily life. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 16, n. 1, p. 1 – 14, 1994.

BREDEMEIER, B. J. L. Divergence in children's moral reasoning about issues in daily life and sport specific contexts. **International Journal of Sport Psychology**, v. 26, n. 4, p. 453 – 463, 1995.

BREDEMEIER, B. J. L. Moral Reasoning and the Perceived Legitimacy of Intentionally Injurious Sport Acts. **Journal of Sport Psychology**, v. 7, n. 2, p. 110 – 124, 1985.

BREDEMEIER, B. J. L., SHIELDS, D. L. Divergence in moral reasoning about sport and everyday life. **Sociology of Sport Journal**, v. 1, n. 4, p. 348 - 357, 1984.

BREDEMEIER, B. J. L., SHIELDS, D. L. Game reasoning and interactional morality. **The Journal of Genetic Psychology**, v. 147, n. 2, p. 257–275, 1986a.

BREDEMEIER, B. J. L., SHIELDS, D. L. Moral growth among athletes and nonathletes: a comparative analysis. **The Journal of Genetic Psychology**, v. 147, n. 1, p. 7 - 18, 1986b.

BREDEMEIER, B. J. L., WEISS, M. R., SHIELDS, D. L., COOPER, B. A. The relationship of sport involvement with children's moral reasoning and aggression tendencies. **Journal of Sport Psychology**, v. 8, n. 4, p. 304 – 318, 1986.

BRITO, S. M.; MORAIS, J. V. e BARRETO, T. V. Regras de jogo versus regras morais-para uma teoria sociológica do fair play. **Revista Brasileira de Ciências Sociais. [online]**, v. 26, n. 75, p. 133-146, 2011.

BRUNER, M. W., BOARDLEY, I. D., CÔTÉ, J. Social identity and prosocial and antisocial behavior in youth sport. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 15, n. 1, p. 56 – 64, 2014.

BURKE, M. D., ROBERTS, T. J. Drugs in sport: An issue of morality or sentimentality? **Journal of the Philosophy of Sport**, n. 24, n. 1, p. 99 - 113, 1997.

BYRNE, B. M. **Structural equation modelling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming** (2nd ed.). New York: Routledge, 2010.

CARONE, I. **Análise epistemológica da Tese de doutoramento de Antonio da Costa Ciampa: A estória do Severino e a história da Severina**. Mimeo, (s.d.).

CASWELL, S. V., GOULD, T. E. Individual moral philosophies and ethical decision making of undergraduate athletic training students and educators. **Journal of Athletic Training**, v. 43, n. 2, p. 205 – 214, 2008.

CECCHINI-ESTRADA, J. A., GONZÁLEZ-MESA, C. G., MONTERO-MÉNDEZ, J. Participación en el deporte, orientación de metas y funcionamiento moral. **Revista Latinoamericana de Psicología**, v. 40, n. 3, p. 497 – 509, 2008.

CECCHINI-ESTRADA, J. A., GONZÁLEZ-MESA, C. G., MONTERO-MÉNDEZ, J. Sports participation and fair play. **Psicothema**, n. 19, n. 1, p. 57 – 64, 2007.

CHANTAL, Y., ROBIN, P., VERNAT, J. P., BERNACHE-ASSOLLANT, Y. Motivation, sportspersonship, and athletic aggression: a mediational analysis. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 6, n. 2, p. 233 – 249, 2005.

CHATZISARANTIS, N. L. D., HAGGER, M. S. The moral worth of sport reconsidered: Contributions of recreational sport and competitive sport to life aspirations and psychological well-being. **Journal of Sports Sciences**, v. 25, n. 9, p. 1047 – 1056, 2007.

CHOW, G. M., MURRAY, K. E., FELTZ, D. L. Individual, team, and coach predictors of players' likelihood to aggress in youth soccer. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 31, n. 4, p. 425 – 443, 2009.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2009 [1987].

CIAMPA, A. C. **Linha de Pesquisa: Identidade Social como Metamorfose Humana: Anotações sobre “fundamentos filosóficos” da Linha de Pesquisa, para sistematizar a abordagem teórica adotada**. São Paulo: PUC, texto não publicado, 2005.

CIAMPA, A. C. Políticas de Identidade e Identidades Políticas. In. DUNKER, C. I. L. & PASSOS, M. C. (orgs.). **Uma Psicologia que se interroga: ensaios**. São Paulo: Edicon, 2002.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences** (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1998.

CORBIÈRE, M.; LARIVIÈRE, N. **Méthodes qualitatives, quantitatives et mixtes**: Dans la recherche en sciences humaines, sociales et de la santé (French Edition), 2014. Presses de l'Université du Québec. Kindle Edition.

CORRION, K., GERNIGON, C., DEBOIS, N., d'ARRIPE-LONGUEVILLE, F. Factor validity and reliability of the Resistive Self-Regulatory Efficacy in Sport Scale (RSRESS) in a French sample. **International Journal of Sport Psychology**, v. 44, n. 2, p. 128 – 144, 2013.

CORRION, K., LONG, T., SMITH, A. L., d'ARRIPE-LONGUEVILLE, F. "It's Not My Fault; It's Not Serious": Athlete Accounts of Moral Disengagement in Competitive Sport. **The Sport Psychologist**, v. 23, n. 3, p. 388 – 404, 2009.

CORRION, K., SCOFFIER, S., GERNIGON, C., CURY, F., d'ARRIPE-LONGUEVILLE, F. Development and factorial validity of a moral disengagement in Sport Short Scale. **Encephale**, v. 36, n. 6, p. 495 – 503, 2010.

COSTANTINI, G.; EPSKAMP, S.; BORSBOOM, D.; PERUGINI, M.; MÖTTUS, R.; WALDORP, L. J.; CRAMER, A. O. State of the aRt personality research: A tutorial on

network analysis of personality data in R. **Journal of Research in Personality**, 2014, in press.

CÔTÉ, J. The influence of the family in the development of talent in sport. **The Sport Psychologist**, v. 13, n. 4, p. 395-417, 1999.

CRAIN, W. C. **Theories of Development: concepts and applications**. Boston, MA : Prentice Hall, 2011.

CROWN, J., HEATHERINGTON, L. The costs of winning? The role of gender in moral reasoning and judgments about competitive athletic encounters. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 11, n. 3, p. 281 – 289, 1989.

CURRAN, T., HILL, A. P., NIEMIEC, C. P. A conditional process model of children's behavioral engagement and behavioral disaffection in sport based on self-determination theory. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 35, n. 1, p. 30 – 43, 2013.

CYNARSKI, W. J. Moral values, and the people of the noble way of martial arts. **IDO MOVEMENT FOR CULTURE. Journal of Martial Arts Anthropology**, v. 14, n. 1, p. 1–10, 2014.

CYNARSKI, W. J. Moral values, and the people of the noble way of martial arts. Ido Movement for Culture. **Journal of Martial Arts Anthropology**, v. 14, n. 1, p. 1 - 10, 2014.

DUARTE, T. e CULVER, D. M. Becoming a Coach in Developmental Adaptive Sailing: A Lifelong Learning Perspective. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 26, n. 4, p. 441-456, 2014.

DUQUIN, M. E. Power and authority: moral consensus and conformity in sport. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 19, n. 3/4, p. 295 – 304, 1984.

DUQUIN, M. E. SCHROEDER-BRAUN, K. Power, empathy, and moral conflict in sport. **Peace & Conflict: Journal of Peace Psychology**, v. 2, n. 4, p. 351 – 367, 1996.

EBBECK, V., GIBBONS, S. L. Explaining the self-conception of perceived conduct using indicators of moral functioning in physical education. **Research Quarterly of Exercise & Sport**, v. 74, n. 3, p. 284 – 291, 2003.

EDGAR, A. Sport as strategic action: A Habermasian perspective. **Sport, Ethics and Philosophy**, v. 1, n. 1, p. 33-46, 2007.

EVANGELISTA, P. H. M., SALDANHA, R. P., BALBINOTTI, C. A. A., BALBINOTTI, M. A. A., BARBOSA, M. L. L. Attitudes of youthful apprentices of collective sporting modalities: a comparative study by "sex" variable. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 16, n. 2, p. 379 – 386, 2010.

FACCENDA, L., PANTALÉON, N., REYNES, E. Significant predictors of soccer players' moral functioning from components of contextual injustice, sensitivity to injustice and moral atmosphere. **Social Justice Research**, v. 22, n. 4, p. 399 – 415, 2009.

FENERICH, C. Razão, sentido e formação a partir de um diálogo entre Benjamin e Habermas. **Educação e Pesquisa [online]**, v. 39, n. 3, p. 645-658, 2013.

FISHER, L. A., BREDEMEIER, B. J. L. Caring about injustice: The moral self-perceptions of professional female bodybuilders. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 22, n. 4, p. 327 – 344, 2000.

FREITAG, Barbara. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 7-44, 2. sem. 1989.

FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Piaget e a consciência moral- um kantismo evolutivo? **Psicol. Reflex. Crit. [online]**, v.15, n. 2, p. 303-308, 2002.

GARDNER, R. E., JANELLE, C. M. Legitimacy judgments of perceived aggression and assertion by contact and non-contact sport participants. **International Journal of Sport Psychology**, v. 33, n. 3, p. 290 – 306, 2002.

GIBBONS, S. L., EBBECK, V., WEISS, M. R. Fair Play for Kids: effects on the moral development of children in physical education. **Research Quarterly of Exercise & Sport**, v. 66, n. 3, p. 247 – 255, 1995.

GLEAVES, J., LLEWELLYN, M. P., LEHRBACH, T. Before the rules are written: navigating moral ambiguity in performance enhancement. **Sport, Ethics & Philosophy**, v. 8, n. 1, p. 85 - 99, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

GONÇALVES, C. E., SILVA, M. J. C. E., CRUZ, J., TORREGROSA, M., CUMMING, S. P. The effect of achievement goals on moral attitudes in young athletes **Journal Of Sports Science and Medicine**, v. 9, n. 4, p. 605 – 611, 2010.

GUIVERNAU, M., DUDA, J. L. Moral atmosphere and athletic aggressive tendencies in young soccer players. **Journal of Moral Education**, v. 31, n. 1, p. 67 – 85, 2002.

HABERMAS, J. **A Ética da Discussão e a Questão da Verdade**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003 [originalmente publicado em 1983].

HABERMAS, J. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

HABERMAS, J. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estud. av. [online]**. 1989, vol.3, n.7, pp. 4-19.

HABERMAS, J. **Pensamento Pós-Metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e**

racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo, 2**: Sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012b.

HODGE, K., HARGREAVES, E. A., GERRARD, D., LONSDALE, C. Psychological Mechanisms Underlying Doping Attitudes in Sport: Motivation and Moral Disengagement. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 35, n. 4, p. 419 - 432, 2013.

HODGE, K., LONSDALE, C. Prosocial and Antisocial Behavior in Sport: The Role of Coaching Style, Autonomous vs. Controlled Motivation, and Moral Disengagement. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 33, n. 4, p. 527 - 547, 2011.

INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE (IOC). **The Olympic Values**. 2. ed. Lausanne: International Olympic Committee, 2007.

JALLEH, G., DONOVAN, R. J., JOBLING, I. Predicting attitude towards performance enhancing substance use: A comprehensive test of the Sport Drug Control Model with elite Australian athletes. **Journal of Science & Medicine in Sport**, v. 17, n. 6, p. 574 - 579, 2014.

JANHUNEN, K. A comparison of Likert-type rating and visually-aided rating in a simple moral judgment experiment. **Quality & Quantity: International Journal of Methodology**, v. 46, n. 5, p. 1471 – 1477, 2012.

JONES, C., McNAMEE, M. Moral Reasoning, Moral Action, and the Moral Atmosphere of Sport. **Sport, Education & Society**, v. 5, n. 2, p. 131 - 146, 2000.

KAVUSSANU, M. Dimensions of morality and their determinants in sport. **Psychology: The Journal of the Hellenic Psychological Society**, v. 9, n. 4, p. 514 – 530, 2002.

KAVUSSANU, M. Motivational predictors of prosocial and antisocial behaviour in football. **Journal of Sports Sciences**, v. 24, n. 6, p. 575 – 588, 2006.

KAVUSSANU, M., BOARDLEY, I. D. The Prosocial and Antisocial Behavior in Sport Scale. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 31, n. 1, p. 97 - 117, 2009.

KAVUSSANU, M., BOARDLEY, I. D., SAGAR, S. S., RING, C. Bracketed morality revisited: how do athletes behave in two contexts? **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 35, n. 5, p. 449 - 63, 2013a.

KAVUSSANU, M., NTOUMANIS, N. Participation in Sport and Moral Functioning: Does Ego Orientation Mediate Their Relationship? **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 25, n. 4, p. 501 - 518, 2003.

KAVUSSANU, M., ROBERTS, G. C. Moral functioning in sport: An achievement goal perspective. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 23, n. 1, p. 37 - 54, 2001.

KAVUSSANU, M., ROBERTS, G. C., NTOUMANIS, N. Contextual Influences on Moral Functioning of College Basketball Players. **The Sport Psychologist**, v. 16, n. 4, p. 347 - 367, 2002.

KAVUSSANU, M., SEAL, A., PHILLIPS, D. Observed prosocial and antisocial behaviors in male football teams: Age differences across adolescence and the role of motivational variables. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 18, n. 4, p. 326–344, 2006.

KAVUSSANU, M., SPRAY, C. Contextual Influences on Moral Functioning of Male Youth Footballers. **The Sport Psychologist**, v. 20, n. 1, p. 1- 23, 2006.

KAVUSSANU, M., STAMP, R., SLADE, G., RING, C. Observed Prosocial and Antisocial Behaviors in Male and Female Soccer Players. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 21, suppl. 1, p. 62 – 76, 2009.

KAVUSSANU, M., STANGER, N., BOARDLEY, I. D. The Prosocial and Antisocial Behaviour in Sport Scale: Further evidence for construct validity and reliability. **Journal of Sports Sciences**, v. 31, n. 11, p. 1208 - 1221, 2013b.

KAVUSSANU, M., WILLOUGHBY, A., RING, C. Moral identity and emotion in athletes. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 34, n. 6, p. 695 - 714, 2012.

KAYE, M. P., WARD, K. P. Participant-related differences in high school athletes' moral behavior. **Athletic Insight: The Online Journal of Sport Psychology**, v. 2, n. 1, p. 1 - 17, 2010.

KIHL, L. A. Pacific-10 Compliance Officers' Morality and Moral Reasoning. **Journal of Issues in Intercollegiate Athletics**, v. 2, p. 111 - 149, 2009.

KIMBLE, N. B., RUSSO, S. A., BERGMAN, B. G., GALINDO, V. H. Revealing an empirical understanding of aggression and violent behavior in athletics. **Aggression and Violent Behavior**, v. 15, n. 6, p. 446 – 462, 2010.

KISIELIENĖ, A., ARLAUSKAITĖ, D. Self-Assessment of Attitudes of The Lithuanian and European Judo Coaches and Athletes Towards Spiritual and Moral Traits of their Personality. **Education. Physical Training. Sport**, v. 67, n. 4, p. 32 – 39, 2007.

KOHLBERG, L. Development of moral character and moral ideology. In M. L. HOFFMAN & L.W. HOFFMAN (Eds.), **Review of child development research** (Vol. 1). New York: Russel Sage Foundation, p. 212-321, 1964.

KOHLBERG, L. **Essays on Moral Development: The Philosophy of Moral Development** (Vol. I). San Francisco: Harper & Row, 1981.

KOHLBERG, L. **Essays on Moral Development: The Psychology of Moral Development** (Vol.II). New York: Harper & Row, 1984.

KOHLBERG, L. From is to ought: How to commit the naturalistic fallacy and get away with it in the study of moral development. In. MISCHEL, T., (ed.) **Cognitive Development and Epistemology**. New York: Academic Press. 151-235, 1971.

KOHLBERG, L. Moral Stages and Moralization: the Cognitive-developmental Approach. In: LICKONA, T. **Moral Development and Behavior: Theory, Research and Social**

Issues. New York: Holt, Rinehart and Winston, p. 76-90, 1976.

KOLLER, S. H.; BERNARDES, N. M. G. Desenvolvimento moral pró-social: Semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eisenberg e Kohlberg. **Estudos de psicologia**, v. 2, n. 2, p. 223-262, 1997.

KOLYNIK, H. M. R. Metamorfose e Utopia: identidade do professor de educação física que busca a emancipação humana. Dissertação de Mestrado não publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1996.

KRETSCHMANN, R., BENZ, C. God has a plan: moral values and beliefs of Christian athletes in competitive sports. **Journal of Human Sport & Exercise**, v. 7, n. 2, p. 495 - 519, 2012.

LANTZ, J. Family development and the martial arts: a phenomenological study. **Contemporary Family Therapy**, v. 24, n. 4, p. 565-580, 2002.

LEE, M. J., WHITEHEAD, J., NTOUMANIS, N. Development of the Attitudes to Moral Decision-making in Youth Sport Questionnaire (AMDYSQ). **Psychology of Sport & Exercise**, v. 8, n. 3, p. 369 - 392, 2007.

LEE, M. J., WHITEHEAD, J., NTOUMANIS, N., HATZIGEORGIADIS, A. Relationships among values, achievement orientations, and attitudes in youth Sport. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 30, n. 5, p. 588 – 610, 2008.

LEHALLE, H., ARIS, C., BUELGA, S. e MUSITU, G. Développement socio-cognitif et jugement moral : de Kohlberg à la recherche des déterminants de la différenciation du développement moral, **L'orientation scolaire et professionnelle [On line]**, v. 33, n. 2, p. 289-314, 2004.

LELEUX, C. Théorie du développement moral chez Lawrence Kohlberg et ses critiques (Gilligan et Habermas). In. FERRY, J. M., LIBOIS, B. (org.), **Pour une éducation postnationale**, Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, coll. "Philosophie et Société", p. 111-128, 2003.

LIMA, A. F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso**: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

LIND, G. **An introduction to the moral judgment test, MJT**. 1999. Disponível em <http://www.unikonstanz.de/ag-moral/mut/mjt-intro.htm>.

LIND, G. **Constructing New Dilemmas for the Moral Judgment Test (MJT)**, 2007. Disponível em http://www.uni-konstanz.de/ag-moral/mut/mjt_new_dilemma_construction.htm.

LIND, G. O significado e medida da competência moral revisitada: Um modelo do duplo aspecto da competência moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 399-416, 2000.

LIND, G. **The cross-cultural validity of the Moral Judgment test (MJT)**. 2014. From http://http://www.uni-konstanz.de/ag-moral/mut/mjt-certification.htm#certified_versions.

LINDFELT, M. Elite sports in tension: making identification the core moral norm for professional sports in the future. **Sport in Society**, v. 13, n. 2, p. 186 - 198, 2010.

LONG, T., PANTALÉON, N., BRUANT, G., d'ARRIPE-LONGUEVILLE, F. A Qualitative Study of Moral Reasoning of Young Elite Athletes. **The Sport Psychologist**, v. 20, n. 3, p. 330 – 347, 2006.

LUCIDI, F., ZELLI, A., MALLIA, L. The contribution of moral disengagement to adolescents' use of doping substances. **International Journal of Sport Psychology**, v. 44, n. 6, p. 493 – 514, 2013.

LUCIDI, F., ZELLI, A., MALLIA, L., GRANO, C., RUSSO, P. M., VIOLANI, C. The social-cognitive mechanisms regulating adolescents' use of doping substances. **Journal of Sports Sciences**, v. 26, n. 5, p. 447 – 456, 2008.

MALETE, L., CHOW, G. M., FELTZ, D. L. Influence of coaching efficacy and coaching competency on athlete level moral variables in Botswana youth soccer. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 43, n. 10, p. 2107 – 2119, 2013.

MALLOY, D. C. Stages of moral development: implication for future leaders in sport. **International Journal of Physical Education**, v. 28, n. 4, p. 21 - 27, 1991.

MARÔCO, J. **Análise de Equações Estruturais**: Fundamentos teóricos, Software e Aplicações. Pêro Pinheiro: Report Number, 2010.

MARTIN, E. M., EWING, M. E., GOULD, D. Social Agents' Influence on Self-Perceived Good and Bad Behavior of American Youth Involved in Sport: Developmental Level, Gender, and Competitive Level Effects. **The Sport Psychologist**, v. 28, n. 2, p. 111 – 123, 2014.

MCKENNEY, A., DATTILO, J. Effects of an intervention within a sport context on the prosocial behavior and antisocial behavior of adolescents with disruptive behavior disorders. **Therapeutic Recreation Journal Second Quarter**, v. 35, n. 2, p. 123 - 140, 2001.

MEAD, G. H. **Mind, self and society**: from the stand point of a social behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1987 [originalmente publicado em 1962].

MELZER, M., ELBE, A. M., BRAND, R. Moral and ethical decision-making: A chance for doping prevention in sports? **Etikk i praksis. Nordic Journal of Applied Ethics**, v. 4, n. 1, p. 69 - 85, 2010.

MILLER, B. W., ROBERTS, G. C., OMMUNDSEN, Y. Effect of perceived motivational climate on moral functioning, team moral atmosphere perceptions, and the legitimacy of intentionally injurious acts among competitive youth football players. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 6, n. 4, p. 461 – 477, 2005.

MOHER, D., LIBERATI, A., TETZLAFF, J., ALTMAN, D. G. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. **PLoS Med**, v. 6, n. 7, p. 1 – 6, 2009.

MORGAN, W. J. Amateurism and Professionalism as Moral Languages: In Search of a Moral Image for Sport. **Quest**, v. 45, n. 4, p. 470 - 493, 1993.

MORGAN, W. J. Social criticism as moral criticism: A Habermasian take on sports. **Journal of Sport & Social Issues**, v. 26, n. 3, p. 281-299, 2002.

MORGULEV, E., AZAR, O. H., LIDOR, R., SABAG, E., BAR-ELI, M. Deception and decision making in professional basketball: Is it beneficial to flop? **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 102, p. 108 – 118, 2014.

MOURATIDOU, K., BARKOUKIS, V., RIZOS, S. Achievement goals and moral competence in sport: Examining the moderating role of demographic characteristics. **European Psychologist**, v. 17, n. 1, p. 34 – 43, 2012.

MOURATIDOU, K., CHATZOPOULOS, D., KARAMAVROU, S. Moral development in sport context: Utopia or reality? **Hellenic Journal of Psychology**, v. 4, n. 2, p. 163 – 184, 2007.

MOURATIDOU, K., CHATZOPOULOS, D., KARAMAVROU, S. Validity study of the Moral Judgment Test in Physical Education: Development and preliminary validation. **Perceptual and Motor Skills**, v. 106, n. 1, p. 51 – 62, 2008.

MROCZKOWSKA, H. Moral Attitudes Towards Doping - What do Athletes on the Verge of Maturity Value? **Biology of Sport**, v. 26, n. 3, p. 235 – 243, 2009.

MUHR, T. User's Manual for ATLAS.ti, 5.0 [Version 5:]. Berlin, Germany: ATLAS.ti Scientific Software Development, 2004. Disponível em: <http://www.atlasti.com>.

NG, J. Y. Y.; LONSDALE, C.; HODGE, K. The Basic Needs Satisfaction in Sport Scale (BNSSS): Instrument development and initial validity evidence. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 12, n. 3, p. 257-64, 2011.

NTOUMANIS, N., STANDAGE, M. Morality in Sport: A Self-Determination Theory Perspective. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 21, n. 4, p. 365 - 380, 2009.

NTOUMANIS, N., TAYLOR, I. M., THØGERSEN-NTOUMANI, C. A longitudinal examination of coach and peer motivational climates in youth sport: Implications for moral attitudes, well-being, and behavioral investment. **Developmental Psychology**, v. 48, n. 1, p. 213 - 223, 2012.

OMMUNDSEN, Y., ROBERTS, G. C., LEMYRE, P. N., TREASURE, D. Perceived motivational climate in male youth soccer: relations to social-moral functioning, sportpersonship and team norm perceptions. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 4, n. 4, p. 397 – 413, 2003.

PARK, S., LAVALLEE, D., TOD, D. Athletes' career transition out of sport: a systematic review. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 6, n. 1, p. 22-53, 2013.

PARRY, S. J. Violence and aggression in contemporary sport. In. McNAMEE, M. J.; PARRY, S. J. (Ed.). **Ethics and Sport** (205-224). London: E & FN Spon, 1998.

PEARN, J. Boxing, youth and children. **Journal of Paediatrics and Child Health**, v. 34, n. 4, p. 311-313, 1998.

PERRY-BURNEY, G. D., TAKYI, B. K. Self esteem, academic achievement and moral development among adolescent girls. **Journal of Human Behavior in the Social Environment**, v. 5, n. 2, p. 15 - 28, 2002.

PIAGET, J. **Le jugement moral chez l'enfant**. 9e éd. Paris: Presses universitaires de France, 2000 [originalmente publicado em 1932].

PINTO, J. M. R. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, s/v, n. 8-9, p. 77-96, 1995

PRIEST, R. F., KRAUSE, J. V., BEACH, J. Four-year changes in college athletes' ethical value choices in sports situations. *Research Quarterly of Exercise & Sport*, v. 70, n. 2, p. 170 - 178, 1999.

PROIOS, M. Relationship Between Discrete Emotions and Moral Content Judgment in Sport Settings. **Ethics & Behavior**, v. 24, n. 5, p. 382 – 396, 2014.

PROIOS, M. Athletic identity and social goal orientations as predictors of moral orientation. **Ethics & Behavior**, v. 23, n. 5, p. 410 - 424, 2013.

PROIOS, M. Development and validation of a questionnaire for the assessment of moral content judgment in sport. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 8, n. 2, p. 189 - 209, 2010.

PROIOS, M. Development and validation of the Moral Orientation of Students in Physical Education Questionnaire (MOSPEQ). **Educational Research and Evaluation**, v. 16, n. 3, p. 249 - 268, 2010.

PROIOS, M., ATHANAILIDIS, I., WILIŃSKA, K., VASILIA, A., UNIERZYSKI, P. Moral Development and Gender Differences in Sport. **Studies in Physical Culture & Tourism**, v. 18, n. 4, p. 305 - 314, 2011.

PROIOS, M., DOGANIS, G. Age and education in moral judgment of participants in team sports. **Perceptual and Motor Skills**, v. 102, n. 1, p. 247 - 253, 2006.

PROIOS, M., DOGANIS, G. Experiences from active membership and participation in decision-making processes and age in moral reasoning and goal orientation of referees. **Perceptual and Motor Skills**, v. 96, n. 1, p. 113 – 126, 2003.

PROIOS, M., DOGANIS, G., ATHANAILIDIS, I. Moral development and form of participation, type of sport, and sport experience. **Perceptual and Motor Skills**, v. 99, n. 2, p. 633 - 642, 2004a.

PROIOS, M., DOGANIS, G., UNIERZYSKI, P., ARBANITIDOU, V., KATSAGOLIS, A. The Ability of Moral Reasoning in Stages in Prediction of Goal Orientation in Sports. **Studies in Physical Culture & Tourism**, v. 11, n. 1, p. 43 - 50, 2004b.

R-PROJECT. A language and environment for statistical computing. **R Foundation for Statistical Computing**, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, 2014, URL: <http://www.R-project.org/>.

REES, R. Fair play in sport: game reasoning and the moral orientation of Adelphi University physical education majors. **International Journal of Physical Education. 2nd Quarter**, v. 40, n. 2, p. 54 - 63, 2003.

RENSON, R. Fair Play: Its Origins and Meanings in Sport and Society. **Kinesiology**, v. 41, n. 1, p. 5 - 18, 2009.

REST, J. The major components of morality. In KURTINES, W. & GEWIRTZ, J. (Eds.). **Morality, moral behavior, and moral development** (pp. 24–40). New York: Wiley, 1984.

ROBERTS, G. C., BALAGUÉ, G. The development and validation of the Perception of Success Questionnaire. **Paper presented at the FEPSAC Congress**, Cologne, Germany, 1991.

ROBERTS, G. C., TREASURE, D. C., BALAGUE, G. Achievement goals in sport: The development and validation of the Perception of Success Questionnaire. **Journal of Sports Sciences**, v. 16, n. 4, p. 337–347, 1998.

ROMAND, P., PANTALÉON, N. A qualitative study of rugby coaches' opinions about the display of moral character. **The Sport Psychologist**, v. 21, n. 1, p. 58 - 77, 2007.

ROMAND, P., PANTALÉON, N., CABAGNO, G. Age differences in individuals' cognitive and behavioral moral functioning responses in male soccer teams. **Journal of Applied Sport Psychology**, v. 21, n. 1, p. 49 - 63, 2009.

ROMAND, P., PANTALÉON, N., D'ARRIPE-LONGUEVILLE, F. Effects of age, competitive level and perceived moral atmosphere on moral functioning of soccer players. **International Journal of Sport Psychology**, v. 40, n. 2, p. 284 – 305, 2009.

RUDD, A., GORDON, B. S. An exploratory investigation of sportsmanship attitudes among college student basketball fans. **Journal of Sport Behavior**, v. 33, n. 4, p. 466 - 488, 2010.

RUDD, A., MULLANE, S., STOLL, S. Development of an Instrument to Measure the Moral Judgments of Sport Managers. **Journal of Sport Management**, v. 24, n. 1, p. 59 - 82, 2010.

RUS, C. M., RADU, L. E. The Implications of Physical Education and Sport in the Moral Education of High School Students. **Revista de Cercetare si Interventie Sociala**, v. 45, p. 45 - 55, 2014.

RUTTEN, E. A., BIESTA, G. J. J., DEKOVIĆ, M., STAMS, G. J. J. M., SCHUENGEL, C., VERWEEL, P. Using forum theatre in organised youth soccer to positively influence antisocial and prosocial behaviour: A pilot study. **Journal of Moral Education**, v. 39, n. 1, p. 65 - 78, 2010.

RUTTEN, E. A., DEKOVIĆ, M., STAMS, G. J. J. M., SCHUENGEL, C., HOEKSMASMA, J. B., BIESTA, G. J. J. On- and off-field antisocial and prosocial behavior in adolescent soccer players: A multilevel study. **Journal of Adolescence**, v. 31, n. 3, p. 371 - 387, 2008.

RUTTEN, E. A., SCHUENGEL, C., DIRKS, E., STAMS, G. J. J. M., BIESTA, G. J. J., HOEKSMASMA, J. B. Predictors of antisocial and prosocial behavior in an adolescent sports context. **Social Development**, v. 20, n. 2, p. 294 - 315, 2011.

RUTTEN, E. A., STAMS, G. J. J. M., BIESTA, G. J. J., SCHUENGEL, C., DIRKS, E., HOEKSMAN, J. B. The contribution of organized youth sport to antisocial and prosocial behavior in adolescent athletes. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 36, n. 3, p. 255 - 264, 2007.

SAGAR, S. S., BOARDLEY, I. D., KAVUSSANU, M. Fear of failure and student athletes' interpersonal antisocial behaviour in education and Sport. **British Journal of Educational Psychology**, v. 81, n. 3, p. 391 – 408, 2011.

SAGE, L. D., KAVUSSANU, M. Goal orientations, motivational climate, and prosocial and antisocial behaviour in youth football: Exploring their temporal stability and reciprocal relationships. **Journal of Sports Sciences**, v. 26, n. 7, p. 717 – 732, 2008.

SAGE, L., KAVUSSANU, M. Moral identity and social goals predict eudaimonia in football. **Psychology of Sport & Exercise**, v. 11, n. 6, p. 461 - 466, 2010.

SAGE, L., KAVUSSANU, M. Multiple Goal Orientations as Predictors of Moral Behavior in Youth Soccer. **The Sport Psychologist**, v. 21, n. 4, p. 417 - 437, 2007a.

SAGE, L., KAVUSSANU, M. The Effects of Goal Involvement on Moral Behavior in an Experimentally Manipulated Competitive Setting. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 29, n. 2, p. 190 – 207, 2007b.

SAGE, L., KAVUSSANU, M., DUDA, J. Goal orientations and moral identity as predictors of prosocial and antisocial functioning in male association football players. **Journal of Sports Sciences**, v. 24, n. 5, p. 455 – 66, 2006.

SAMPAIO, L. R. A Psicologia e a Educação Moral. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, 584-595, 2007.

SANDELOWSKI, M.; BARROSOS, J. & VOILS, C. Using qualitative metasummary to synthesize qualitative and quantitative descriptive findings. **Res Nurs Health**, v. 30, n. 1, p. 99-111, 2007.

SHIELDS, D. L. L., BREDEMEIER, B. J. L., GARDNER, B. A. Leadership, Cohesion, and Team Norms Regarding Cheating and Aggression. **Sociology of Sport Journal**, v. 12, n. 3, p. 324 – 336, 1995.

SHIELDS, D. L., LAVOI, N. M., BREDEMEIER, B. L., POWER, F. C. Predictors of poor sportspersonship in youth sports: Personal attitudes and social influences. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 29, n. 6, p. 747 - 762, 2007.

SIEBER, L.; CYNARSKI, W. J.; LITWINIUK, A. Spheres of fight in martial arts. **Archives of Budo**, v. 3, p. 42-48, 2007.

SOLOMON, G. B., BREDEMEIER, B. J. L. Children's moral conceptions of gender stratification in sport. **International Journal of Sport Psychology**, v. 30, n. 3, p. 350 - 368, 1999.

SOREK, T. The Islamic soccer league in Israel: Setting moral boundaries by taming the wild. **Identities: Global Studies In Culture And Power**, v. 9, n. 4, p. 445 - 470, 2002.

STANGER, N., KAVUSSANU, M., BOARDLEY, I. D., RING, C. The influence of moral disengagement and negative emotion on antisocial sport behavior. **Sport, Exercise, and Performance Psychology**, v. 2, n. 2, p. 117 - 129, 2013.

STANGER, N., KAVUSSANU, M., WILLOUGHBY, A., RING, C. Psychophysiological responses to sport-specific affective pictures: A study of morality and emotion in athletes. **Psychology of Sport & Exercise**, v. 13, n. 6, p. 840 - 848, 2012.

STEINFELDT, J. A., RUTKOWSKI, L. A., ORR, T. J., STEINFELDT, M. C. Moral Atmosphere and Masculine Norms in American College Football. **The Sport Psychologist**, v. 26, n. 3, p. 341- 358, 2012a.

STEINFELDT, J. A., RUTKOWSKI, L. A., VAUGHAN, E. L., STEINFELDT, M. C. Masculinity, Moral Atmosphere, and Moral Functioning of High School Football Players. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 33, n. 2, p. 215 - 234, 2011.

STEINFELDT, J. A., VAUGHAN, E. L., LAFOLLETTE, J. R., STEINFELDT, M. C. Bullying Among Adolescent Football Players: Role of Masculinity and Moral Atmosphere. **Psychology of Men & Masculinity**, v. 13, n. 4, p. 340 - 353, 2012b.

STEPHENS, D. E. Moral Atmosphere and Aggression in Collegiate Intramural Sport. **International Sports Journal**, v. 8, n. 1, p. 65 - 75, 2004.

STEPHENS, D. E., BREDEMEIER, B. J. L. Moral atmosphere and judgments about aggression in girls' soccer: Relationships among moral and motivational variables. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, v. 18, n. 2, p. 158 - 173, 1996.

STEPHENS, D. E., BREDEMEIER, B. J. L., SHIELDS, D. L. L. Construction of a measure designed to assess players' descriptions and prescriptions for moral behavior in youth sport soccer. **International Journal of Sport Psychology**, v. 28, n. 4, p. 370 - 390, 1997.

STEPHENS, D. E., KAVANAGH, B. Aggression in Canadian Youth Ice Hockey: The Role of Moral Atmosphere. **International Sports Journal**, v. 7, n. 2, p. 109 - 119, 2003.

STOVITZ, S. D., SATIN, D. J. Ethics and the athlete: Why sports are more than a game but less than a war. **Clinics in Sports Medicine**, v. 23, n. 2, p. 215 - 225, 2004.

STRELAN, P., BOECKMANN, R. J. Why drug testing in elite sport does not work: Perceptual deterrence theory and the role of personal moral beliefs. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 36, n. 12, p. 2909 - 2934, 2006.

STUART, M. E. Moral issues in sport: the child's perspective. **Research Quarterly for Exercise & Sport**, v. 74, n. 4, p. 445 - 454, 2003.

ŠUKYS, S. Athletes' Justification of Cheating in Sport: Relationship with Moral Disengagement in Sport and Personal Factors. **Education. Physical Training. Sport**, v. 90, n. 3, p. 70 - 77, 2013.

ŠUKYS, S., JANSONIENĖ, A. J. Relationship Between Athletes' Values and Moral Disengagement in Sport, and Differences Across Gender, Level and Years of Involvement. **Education. Physical Training. Sport**, v. 84, n. 1, p. 55 – 61, 2012.

ŠUKYS, S., MAJAUSKIENĖ, D. Effects of an Integrated Olympic Education Program on Adolescent Athletes' Values and Sport Behavior. **Social Behavior & Personality: an International Journal**, v. 42, n. 5, p. 811 - 821, 2014.

The Joanna Brings Institute, 2013. Disponível em: <http://www.joannabriggs.edu.au/Home> Acesso em: Setembro, 05 de 2014.

THEEBOOM, M., DE KNOP, P., VERTONGHEN, J. Experiences of children in martial arts. **EJSS European Journal for Sport and Society**, v. 6, n. 1, p. 19 - 35, 2009.

THEODOULIDES, A. I would never personally tell anyone to break the rules, but you can bend them': teaching moral values through team games. **European Journal of Physical Education**, v. 8, n. 2, p. 141 – 159, 2003.

TOD, D., HODGE, K. Moral reasoning and achievement motivation in sport: A qualitative inquiry. **Journal of Sport Behavior**, v. 24, n. 3, p. 307 - 327, 2001.

TRACLET, A., ROMAND, P., MORET, O., KAVUSSANU, M. Antisocial behavior in soccer: A qualitative study of moral disengagement. **International Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 9, n. 2, p. 143 - 155, 2011.

TSAI, J-J., WANG, C-H., LO, H-J. Locus of control, moral disengagement in sport, and rule transgression of athletes. **Social Behavior and Personality**, v. 42, n. 1, p. 59 - 68, 2014.

TSANG, E. C. K. Evaluation on the Impact of a Soccer Training Program on the Moral Development of Teenage Participants. **Asian Journal of Physical Education & Recreation**, v. 15, n. 1, p. 38 - 47, 2009.

TSORBATZOUUDIS, H., EMMANOUILIDOU, M. Predicting moral behavior in physical education classes: an application of the theory of planned behavior. **Perceptual and Motor Skills**, v. 100, n. 3, p. 1055 - 1065, 2005.

VALLERAND, R. J., DESHAIES, P., CUERRIER, J. P., PELLETIER, L. G., MONGEAU, C. Ajzen and Fishbein's theory of reasoned action as applied to moral behavior: A confirmatory analysis. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 62, n. 1, p. 98 - 109, 1992.

VALLERAND, R. J.; BRIÈRE, N. M.; BLANCHARD, C. M.; PROVENCHER, P.J. Development and validation of The Multidimensional Sportspersonship Orientations Scale. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 19, n. 2, p. 197-206, 1997.

VIEIRA, J. L. L. Avaliação do desenvolvimento moral de adolescentes em relação a dilemas morais da vida diária e da prática esportiva. **Revista da Educação Física**, v. 4, n. 1, p. 34-39, 1993.

VIEIRA, J. L. L.; VIEIRA, L. F.; FERRAZ, C. C.; OLIVEIRA, L. P. Análise do autoconceito de atletas de voleibol de rendimento. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 315-22, 2010.

WISEK, A., WATSON, J. Ice Hockey Players' Legitimacy of Aggression and Professionalization of Attitudes. **The Sport Psychologist**, v. 19, n. 2, p. 178 - 192, 2005.

VISSOCI, J. R. N., VIEIRA, L. F., OLIVEIRA, L. P., VIEIRA, J. L. L. Motivação e atributos morais no esporte. **Revista da Educação Física-UEM**. v. 19, n. 2, p. 173-182, 2008.

WEINBERG, R. S., GOULD, D. **Foundations of Sport and Exercise Psychology**. Champaign, IL: Human Kinetics, 2011.

WEISS, M. R., GILL, D. L. What goes around comes around: Re-emerging themes in sport and exercise psychology. **Research Quarterly for Exercise and Sport**, v. 76, n. 2, p. 71 - 87, 2005.

WEISS, M., BREDEMEIER, B. J. L. Moral development in sport. **Exercise and Sport Science Reviews**, v. 18, n. 1, p. 331-378, 1990.

ZANKER, C., GARD, M. Fatness, fitness, and the moral universe of sport and physical activity. **Sociology Of Sport Journal**, v. 25, n. 1, p. 48-65, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1

ESCALA DE SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BÁSICAS NO ESPORTE (BNSSS)

Sentimentos em relação ao meu esporte favorito

Por favor, responda às questões de acordo com os sentimentos e as experiências que você vivencia quando está praticando seu esporte favorito.

	Nem um pouco verdade		Pouco de verdade			Muita verdade	
1. Em meu esporte, sinto que estou perseguindo meus próprios objetivos.	1	2	3	4	5	6	7
2. Eu sinto que pratico meu esporte por prazer.	1	2	3	4	5	6	7
3. Eu pratico meu esporte por vontade própria.	1	2	3	4	5	6	7
4. Existem pessoas em meu esporte que se preocupam comigo.	1	2	3	4	5	6	7
5. Eu sou habilidoso em meu esporte.	1	2	3	4	5	6	7
6. Eu sinto que sou bom em meu esporte.	1	2	3	4	5	6	7
7. Eu tenho oportunidade de sentir que sou bom em meu esporte.	1	2	3	4	5	6	7
8. Em meu esporte, eu realmente tenho a sensação de querer estar nele.	1	2	3	4	5	6	7
9. Em meu esporte, sinto que estou fazendo o que eu quero fazer.	1	2	3	4	5	6	7
10. Eu tenho habilidade para ter um bom desempenho em meu esporte.	1	2	3	4	5	6	7
11. Em meu esporte, existem pessoas em quem eu posso confiar.	1	2	3	4	5	6	7
12. Eu tenho um relacionamento próximo com as pessoas que praticam meu esporte	1	2	3	4	5	6	7

ANEXO 2

ESCALA MULTIDIMENSIONAL DE ORIENTAÇÃO ESPORTIVA (MSOS-25) COMPORTAMENTO NO ESPORTE

Para cada um dos itens a seguir, marque o número que melhor representa o grau que o item corresponde com você com respeito ao esporte que você identificou acima.

Não corresponde nada a mim	Corresponde um pouco a mim	Corresponde a mim em partes	Corresponde muito a mim	Corresponde exatamente a mim
1	2	3	4	5

1. Quando eu perco, eu dou parabéns ao meu adversário, quem quer que ele ou ela seja	1	2	3	4	5
2. Eu obedeco ao árbitro.	1	2	3	4	5
3. Em competição, eu dou meu máximo mesmo se eu estou quase certo de que vou perder.	1	2	3	4	5
4. Eu ajudo meu adversário a se levantar após uma queda.	1	2	3	4	5
5. Eu participo de competições por honras pessoais, troféus, e medalhas.	1	2	3	4	5
6. Após uma derrota, eu dou a mão para o técnico do meu adversário.	1	2	3	4	5
7. Eu respeito as regras.	1	2	3	4	5
8. Eu não dou o braço a torcer até mesmo após cometer vários erros	1	2	3	4	5
9. Se eu puder, eu peço ao árbitro para permitir que um adversário, que foi desqualificado injustamente, continue jogando.	1	2	3	4	5
10. Eu crítico o que o técnico me manda fazer.	1	2	3	4	5
11. Após uma competição, eu parablenizo o adversário pelo seu bom desempenho.	1	2	3	4	5
12. Eu realmente obedeco todas as regras do meu esporte.	1	2	3	4	5
13. Eu penso em maneiras de melhorar minhas fraquezas.	1	2	3	4	5
14. Quando um adversário se machuca, eu peço ao árbitro que pare o jogo para que ele possa conseguir ajuda.	1	2	3	4	5
15. Após uma competição, eu dou desculpas por um desempenho ruim.	1	2	3	4	5
16. Após uma vitória, eu reconheço o bom trabalho do meu adversário.	1	2	3	4	5
17. Eu respeito o árbitro até mesmo quando ele não é bom.	1	2	3	4	5
18. É importante para mim, estar presente em todos os treinos.	1	2	3	4	5
19. Se eu vejo que o adversário é injustamente penalizado, eu tento arrumar a situação.	1	2	3	4	5
20. Quando o meu técnico aponta meus erros após uma competição, eu me recuso a admitir que cometi tais erros.	1	2	3	4	5
21. ganhando ou perdendo, eu dou a mão ao meu adversário após um jogo.	1	2	3	4	5
22. Eu respeito a decisão de um autoridade esportiva, mesmo que ela não seja o árbitro da partida.	1	2	3	4	5
23. Durante um treino, eu dou o meu máximo.	1	2	3	4	5
24. Se, por uma infelicidade, um adversário esquece seu equipamento, eu empresto o meu equipamento extra.	1	2	3	4	5
25. Se eu cometo um erro durante um momento crucial da partida, eu fico irritado.	1	2	3	4	5

ANEXO 3

Escala de Comportamento Prosocial e Antissocial no Esporte

Maria Kavussanu and Ian Boardley
Universidade de Birmingham

Abaixo há uma lista de comportamentos que podem acontecer durante uma partida. Por favor pense sobre as partidas que jogou **nesta temporada** e indique **com que frequência** você apresentou estes comportamentos circulando o número relevante. Por favor, responda **honestamente**.

Nunca	Raramente	Às Vezes	Frequentemente	Muito Frequentemente
1	2	3	4	5

Nessa temporada, enquanto praticava o esporte, Eu...					
1. Dei feedback positivo a um colega de equipe	1	2	3	4	5
2. Critiquei um adversário	1	2	3	4	5
3. Discuti com um colega de equipe	1	2	3	4	5
4. Ajudei um adversário a levantar-se	1	2	3	4	5
5. Derrubei, intencionalmente, um adversário	1	2	3	4	5
6. Pedi para parar uma jogada quando um adversário estava machucado	1	2	3	4	5
7. Ofendi verbalmente de um colega de equipe	1	2	3	4	5
8. Incentivei um colega de equipe	1	2	3	4	5
9. Revidei após uma falta pesada	1	2	3	4	5
10. Ajudei um adversário machucado	1	2	3	4	5
11. Critiquei um colega de equipe	1	2	3	4	5
12. Dei um feedback construtivo à um colega de equipe	1	2	3	4	5
13. Tentei tirar um adversário do jogo	1	2	3	4	5
14. Xinguei um colega de equipe	1	2	3	4	5
15. Parabenizei um colega de equipe por uma boa jogada	1	2	3	4	5
16. Tentei machucar um adversário	1	2	3	4	5
17. Distraí, intencionalmente, um adversário	1	2	3	4	5
18. Demonstrei frustração para uma jogada ruim de um colega de equipe	1	2	3	4	5
19. Quebrei as regras do jogo, intencionalmente	1	2	3	4	5
20. Intimidei, fisicamente, um adversário	1	2	3	4	5

ANEXO 4

Teste de Competência Moral (MCT_tx)

Instruções

Você está recebendo três dilemas éticos para serem analisados: I) Dilema dos operários, II) Dilema do médico e III) Dilema do Juiz. Inicie com o dilema dos operários (I). Leia atentamente a descrição do dilema e a solução para ele apresentada. Você deve então, em primeiro lugar, julgar o comportamento dos operários. O que você acha da atitude tomada? Por favor, responda no item A, na escala de -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3 o quanto você concorda ou discorda com o comportamento dos operários. Em seguida, na parte B encontram-se 6 argumentos A **FAVOR** da atitude dos operários e na parte C, 6 argumentos **CONTRA** essa mesma atitude. A sua tarefa é decidir, em uma escala de -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4 o quanto você aceita ou não, cada um dos argumentos oferecidos em ambas as partes. Assim que terminar, siga as mesmas instruções para o dilema do médico e, em seguida, para o do juiz. Note que as escalas que você encontrará devem ser interpretadas da seguinte forma:

Rejeito Fortemente				Indeciso ou Impossível decidir		Aceito Fortemente		
-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4

I. Dilema dos Operários

Devido a existência de demissões aparentemente infundadas, alguns operários de fábrica suspeitam que a chefia esteja ouvindo as conversas dos empregados através de um microfone oculto, e usando tais informações contra os empregados. A chefia oficialmente nega essas acusações enfaticamente. O sindicato declara que só tomará providências contra a companhia quando forem encontradas provas que confirmem as suspeitas. Sendo assim, dois operários decidem arrombar o escritório administrativo e roubam uma transcrição de uma gravação que prova a alegação de espionagem por parte da chefia.

	Forte Discordância				Forte Concordância			
A - Você discorda ou concorda com o comportamento dos operários?	-3	-2	-1	0	1	2	3	
B - Os seguintes argumentos são A FAVOR do comportamento dos dois operários. Suponha que alguém dê essas justificativas para agir como os operários agiram. Você considera essas justificativas aceitáveis?	Rejeito Fortemente este argumento				Aceito Fortemente este argumento			
1. Eles não causaram muitos prejuízos para a companhia	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
2. Devido ao desrespeito da companhia em relação às leis, os meios utilizados seriam permitidos com o objetivo de restabelecer a lei e a ordem	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
3. A maioria dos operários aprovaria o que foi feito e muitos deles ficariam inclusive satisfeitos	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
4. A confiança entre as pessoas e a dignidade contam mais do que regulamentos internos da empresa	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
5. Desde que a companhia cometeu uma injustiça em primeiro lugar, os operários estariam justificados em arrombar o escritório	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
6. Os operários não viram nenhum meio legal de revelar o mau uso que a companhia fazia das informações dessa forma obtidas e, portanto, escolheram fazer aquilo que consideraram "mal menor"	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
C - Os seguintes argumentos são CONTRA o comportamento dos dois operários. Suponha que alguém dê essas justificativas para não agir como os operários agiram. Você considera essas justificativas aceitáveis?	Rejeito Fortemente este argumento				Aceito Fortemente este argumento			
7. A lei e ordem na sociedade seriam colocadas em risco se todos agissem como esses dois operários agiram	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
8. Não se deve violar um direito básico como o direito à propriedade e tomar a lei em suas próprias mãos, a menos que algum princípio moral universal justifique agir assim	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
9. É imprudente arriscar-se a ser demitido da empresa por causa de outras pessoas	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
10. Os operários deveriam ter percorrido os canais legais existentes ao invés de ter agido contra a lei	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
11. Se a pessoa quer ser considerada correta e decente, ela não invade um recinto alheio para apropriar-se do que quer que seja	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
12. Os operários não foram afetados pela demissão dos outros empregados e portanto, não tinham nenhuma razão para roubar as transcrições	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4

II. Dilema do Médico

Havia uma mulher com câncer e não existia nenhuma esperança de salvá-la. Ela estava sofrendo de dores terríveis e tão fraca, que uma dose maior de um analgésico como morfina, por exemplo, a mataria. Durante um período de temporária melhora, ela implorou ao médico que lhe desse morfina suficiente para matá-la. Ela disse que não poderia suportar a dor muito tempo mais e que estaria morta em poucas semanas de qualquer modo. O médico atendeu seu desejo.

	Forte Discordância				Forte Concordância			
A - Você discorda ou concorda com o comportamento do médico?	-3	-2	-1	0	1	2	3	
B - Os seguintes argumentos são A FAVOR do comportamento do médico. Suponha que alguém dê essas justificativas para agir como o médico agiu. Você considera essas justificativas aceitáveis?	Rejeito Fortemente este argumento				Aceito Fortemente este argumento			
1. O médico tinha que agir de acordo com sua consciência. O estado de saúde da mulher justificava uma exceção à obrigação moral de preservação da vida	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
2. O médico era o único que poderia realizar o desejo dessa mulher; o respeito pela vontade dela fez com que agisse como agiu	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
3. O médico apenas fez o que a mulher pediu a ele. Ele não precisava se preocupar com possíveis consequências negativas	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
4. A mulher teria morrido de qualquer forma e não custou nada a ele dar-lhe uma overdose de analgésico	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
5. O médico não agiu realmente contra a lei uma vez que a mulher não poderia ter sido salva e ele apenas quis abreviar seu sofrimento	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
6. Os seus amigos, parentes e colegas médicos, provavelmente concordariam que a eutanásia era a melhor alternativa para aquela mulher	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
C - Os seguintes argumentos são CONTRA o comportamento do médico. Suponha que alguém dê essas justificativas para não agir como o médico agiu. Você considera essas justificativas aceitáveis?	Rejeito Fortemente este argumento				Aceito Fortemente este argumento			
7. Ele agiu contra as convicções de seus colegas. Se os médicos são contrários à eutanásia, ele não deveria tê-la praticado	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
8. Deve-se ter absoluta confiança no juramento médico de preservar a vida ainda que se trate de alguém que esteja sofrendo muita dor ou quase morrendo	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
9. A preservação da vida é a mais alta obrigação moral de cada um de nós. Como nós não temos critérios morais claros para diferenciar eutanásia de assassinato, não se tem o direito de decidir sobre a vida ou morte de ninguém	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
10. O médico poderia se envolver em sérios problemas. Outras pessoas já foram severamente punidas por fazer algo semelhante	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
11. Seria muito mais fácil ele esperar e não interferir na morte da paciente	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4
12. O médico agiu contra a lei. Sendo a eutanásia ilegal, não se deve aceitar pedidos como o daquela paciente	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3 4

III. Dilema do Juíz

O serviço secreto de um país europeu tem evidências de que um grupo terrorista está planejando um ataque de bomba a um trem muito usado no horário de rush. O ataque está previsto para amanhã. Os terroristas pretendem matar duzentas pessoas e o grupo é conhecido por sua crueldade. O serviço secreto prendeu uma mulher que é uma das líderes do grupo terrorista. Há evidências de que a mulher participou do plano de ataque. A polícia acredita que poderia prevenir o ataque se conseguisse que ela falasse. Eles entrevistaram a mulher por várias horas. Entretanto, ela se recusa totalmente a cooperar. O serviço secreto teme que a mulher não fale antes que seja muito tarde para prevenir o ataque. Portanto, eles pedem a permissão ao juiz responsável pela investigação, a permissão para torturá-la e obrigá-la a falar. Nesse país a tortura é proibida por lei. A despeito disso, o juiz deu permissão para torturar a mulher visando prevenir o ataque e salvar a vida de várias pessoas.

	Forte Discordância				Forte Concordância				
A - Você discorda ou concorda com o comportamento do juiz?	-3	-2	-1	0	1	2	3		
B - Os seguintes argumentos são A FAVOR do comportamento do juiz. Suponha que alguém dê essas justificativas para agir como o juiz agiu. Você considera essas justificativas aceitáveis?	Rejeito Fortemente este argumento				Aceito Fortemente este argumento				
1. O juiz está certo porque esta seria a melhor forma de prevenir ataques futuros	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
2. Numa situação extrema, o direito das vítimas tem peso maior do que os direitos do suspeito	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
3. O juiz tem a autoridade para decidir e não precisa se preocupar com consequências futuras	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
4. O juiz deve fazer o que ordena sua consciência. Salvar a vida das vítimas, justifica uma exceção à obrigação moral de respeito à vida em geral	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
5. Como membro da justiça, o juiz tem a obrigação de salvar vidas	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
6. A maioria de seus colegas juizes, provavelmente teria feito o mesmo, se estivesse no seu lugar. O juiz teria a aprovação de seus colegas	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
C - Os seguintes argumentos são CONTRA o comportamento do juiz. Suponha que alguém dê essas justificativas para não agir como o juiz agiu. Você considera essas justificativas aceitáveis?	Rejeito Fortemente este argumento				Aceito Fortemente este argumento				
7. A tortura viola os direitos do suspeito e todas as pessoas têm os mesmos direitos	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
8. Um juiz deve seguir a lei e nesse país a tortura é ilegal	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
9. O juiz não deveria ter permitido a tortura porque ele poderia ser condenado pelas instâncias superiores	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
10. Ele agiu contra a convicção de seus colegas juizes e por isso perderia o respeito de seu grupo	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
11. O juiz está errado porque a vida humana deve ser o mais alto valor moral. Uma vida humana não pode ser usada como meio para atingir um fim	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4
12. Agindo assim, o juiz arriscou sua própria reputação	-4	-3	-2	-1	0	1	2	3	4

ANEXO 5

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - CESUMAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INFLUÊNCIA DO ESPORTE NO DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA MORAL E AUTONOMIA DO ATLETA

Pesquisador: Leonardo Pestillo de Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 41397414.1.0000.5539

Instituição Proponente: Centro Universitário de Maringá - CESUMAR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.009.268

Data da Relatoria: 09/04/2015

Apresentação do Projeto:

Este estudo tem como objetivo investigar o esporte como fator de influência no desenvolvimento da competência moral em atletas associado à sua busca de autonomia e emancipação. Para isso serão realizados estudos com o intuito de coletar o maior número de informações possível sobre o tema moral e esporte. O Estudo 2 será a proposta de um Modelo de Equações Estruturais sobre as variáveis que podem influenciar no comportamento prosocial e antissocial do atleta; este estudo será realizado com atletas de diversas modalidades esportivas, que responderão a 5 instrumentos de medida sobre assuntos relacionados à moral. O Estudo 3 será uma pesquisa qualitativa com a metodologia de narrativa de história de vida de um atleta que se caracterizará como sujeito emblemático no contexto esportivo. Espera-se que esta pesquisa possa trazer elementos importantes para auxiliar os profissionais da área esportiva sobre a necessidade de se trabalhar assuntos e elementos psíquicos específicos para colaborar com o desenvolvimento da competência moral dos atletas, bem como favorecer sua busca por autonomia e emancipação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar o esporte como fator de influência no desenvolvimento da competência moral em atletas associado à sua busca de autonomia e emancipação.

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 07 2º Térreo

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 75.000-000

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@cesumar.br

Continuação do Parecer: 1.009.268

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O estudo não apresenta riscos aparentes aos sujeitos, pois trata-se de uma pesquisa em que a coleta das informações se dará por meio de entrevistas e questionários autoaplicáveis.

Benefícios:

A partir dos resultados da pesquisa, os sujeitos terão a oportunidade de conhecer um pouco mais suas características psicológicas quanto à sua capacidade de juízo moral, seja no contexto esportivo ou não. Além disso, os dados poderão ser utilizados por profissionais da área esportiva como informação útil no dia a dia para colaborar com a formação esportiva, seguindo parâmetros que possam desenvolver nos jovens atletas um pensamento mais crítico quanto aos aspectos que envolvem a moralidade seja no contexto esportivo, social ou profissional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa encontra-se muito bem formulado, com boa revisão teórica, bem como objetivos e metodologia bem delineados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta todos os termos exigidos pelo CEP, exceto a autorização do local, a qual será emitida mediante o parecer do Comitê de Ética, conforme declaração apresentada pelo pesquisador: "As Confederações Esportivas contatadas para a realização da pesquisa solicitaram a autorização do Comitê de Ética para a aprovação da mesma. Esta medida foi tomada por experiências anteriores de pesquisadores que não respeitaram critérios relativos à ética científica para a realização das pesquisas."

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador deverá apresentar a autorização do local no prazo de 30 dias após o parecer do Comitê de Ética, através de notificação, sendo submetido à reavaliação do Comitê

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 07 2º Térreo
Bairro: Jardim Aclimação **CEP:** 75.000-000
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3027-6360 **E-mail:** cep@cesumar.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - CESUMAR



Continuação do Parecer: 1.009.268

MARINGÁ, 02 de Abril de 2015

Assinado por:
Nilce Marzolla Ideriha
(Coordenador)

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 07 4º Térreo
Bairro: Jardim Aclimação **CEP:** 75.000-000
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3027-6360 **E-mail:** cep@cesumar.br

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Busca completa utilizada na base Pubmed

Pubmed search strategy

"Morals"[Mesh] OR "Morality"[All Fields] OR "Moral Development"[Mesh] OR "Development, Moral"[All Fields] OR "Retrospective Moral Judgment"[Mesh] OR "Judgment, Retrospective Moral"[All Fields] OR "Judgments, Retrospective Moral"[All Fields] OR "Moral Judgments, Retrospective"[All Fields] OR "Retrospective Moral Judgments"[All Fields] OR "Moral Judgment, Retrospective"[All Fields] OR "Moral Obligations"[Mesh] OR "Moral Obligation"[All Fields] OR "Obligation, Moral"[All Fields] OR "Obligations, Moral"[All Fields] OR "Moral Duties"[All Fields] OR "Duties, Moral"[All Fields] OR "Duty, Moral"[All Fields] OR "Moral Duty"[All Fields] OR "Ethics"[Mesh] OR "Ethical Issues"[All Fields] OR "Ethical Issue"[All Fields] OR "Issue, Ethical"[All Fields] OR "Issues, Ethical"[All Fields] OR "Situational Ethics"[All Fields] OR "Ethics, Situational"[All Fields] OR "Moral Policy"[All Fields] OR "Moral Policies"[All Fields] OR "Policies, Moral"[All Fields] OR "Policy, Moral"[All Fields] OR "Natural Law"[All Fields] OR "Law, Natural"[All Fields] OR "Laws, Natural"[All Fields] OR "Natural Laws"[All Fields] OR "Egoism"[All Fields] OR "Metaethics"[All Fields] OR "Complicity"[Mesh] OR "Moral Complicity"[All Fields]

"Sports"[Mesh] OR "Sport"[All Fields] OR "Athletics"[All Fields] OR "Athletic"[All Fields] OR "Sports Medicine"[Mesh] OR "Sport Medicine"[All Fields] OR "Medicine, Sport"[All Fields] OR "Medicine, Sports"[All Fields] OR "Athletic Performance"[Mesh] OR "Athletic Performances"[All Fields] OR "Performance, Athletic"[All Fields] OR "Performances, Athletic"[All Fields] OR "Sports Performance"[All Fields] OR "Performance, Sports"[All Fields] OR "Performances, Sports"[All Fields] OR "Sports Performances"[All Fields] OR "Exercise"[Mesh] OR "Exercises"[All Fields] OR "Exercise, Physical"[All Fields] OR "Exercises, Physical"[All Fields] OR "Physical Exercise"[All Fields] OR "Physical Exercises"[All Fields] OR "Exercise, Isometric"[All Fields] OR "Exercises, Isometric"[All Fields] OR "Isometric Exercises"[All Fields] OR "Isometric Exercise"[All Fields] OR "Warm-Up Exercise"[All Fields]

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

“Luta por autonomia e liberdade moral: orientação esportiva como viabilizadora de metamorfoses emancipatórias”

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido pelo pesquisador Leonardo Pestillo de Oliveira, em relação a minha no projeto de pesquisa intitulado **“Luta por autonomia e liberdade moral: orientação esportiva como viabilizadora de metamorfoses emancipatórias”**, cujo objetivo é investigar a orientação esportiva como fator de influência no desenvolvimento moral em atletas associado à sua busca de autonomia e emancipação. Os dados serão coletados por meio de questionários autoaplicáveis ou por uma entrevista que abordará a história de vida do sujeito. Esta coleta dos dados ocorrerá de forma individual em dias e horários predeterminados com os sujeitos, não apresentando riscos ou causando algum desconforto aos mesmos, assim como todas as despesas serão arcadas pelo pesquisador. No caso da entrevista de história de vida, o sujeito será submetido à metodologia de escuta e gravação do áudio para que seja possível transcrever toda a história de forma fidedigna ao que foi dito. Este termo será assinado em 2 vias, uma ficará com o pesquisador e outra com o sujeito. Estou ciente e autorizo a realização dos procedimentos acima citados e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins didáticos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras contanto que seja mantido em sigilo informações relacionadas à minha privacidade, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. Caso haja algum efeito inesperado que possa prejudicar meu estado de saúde físico e/ou mental, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou com demais pesquisadores. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa. Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com o Professor Leonardo Pestillo de Oliveira, CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar do mesmo.

Eu, **Leonardo Pestillo de Oliveira** declaro que forneci todas as informações referentes ao estudo ao sujeito da pesquisa. Para maiores esclarecimentos, entrar em contato com os pesquisadores nos endereços abaixo relacionados:

Nome: Leonardo Pestillo de Oliveira
Endereço: Av. Guedner, 1610
Bairro: Jardim Aclimação
Cidade: Maringá UF: PR
Fones: (44) 3027 6360 e-mail: leonardo.oliveira@unicesumar.edu.br

APÊNDICE 3

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO ATLETA

Data: ____/____/____ Sexo: () Masc. () Fem. Cidade: _____

Nome: _____ Idade: _____

Modalidade Esportiva: _____ Tempo de Prática: _____ anos

Quantidade de Títulos () Internacionais () Nacionais () Estaduais

Convocações para seleção: (_____ vezes) Estadual (_____ vezes) Nacional

DILEMA DO ATLETA

Após passar por uma cirurgia em decorrência de uma lesão séria, um atleta profissional começa o período de recuperação acompanhado por diversos profissionais. Estes mesmos profissionais o avisam que a recuperação não será rápida. Pensando nisso um destes profissionais lhe oferece um tratamento alternativo, com o uso de substâncias que o ajudariam na recuperação pós-cirúrgica e também na recuperação de seu condicionamento físico. Esse tratamento faria com que ele voltasse a praticar o esporte profissionalmente antes do previsto, no entanto, o uso destas substâncias é considerado proibido no contexto esportivo, mas é difícil de se descobrir pelos exames tradicionais. Então o atleta decide aceitar o tratamento.

1 - Você discorda ou concorda com o comportamento do atleta?

() Discordo () Concordo

2 – Suponha que o atleta tenha realizado o tratamento, qual seria a justificativa mais aceitável nesta situação?

3 – Suponha que o atleta não tenha realizado o tratamento, qual seria a justificativa mais aceitável nesta situação?
